

Universidade de Brasília

GEA – Departamento de Geografia
PPG/GEA- Programa de Pós-Graduação

Ananda de Melo Martins

Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta
pelo habitar em Brasília/DF

Brasília – DF

2016

Ananda de Melo Martins

**Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta
pelo habitar em Brasília/DF**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutor em Geografia. Linha de Pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Brasília – DF

2016

Tese de doutorado apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutor em Geografia. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

Ananda de Melo Martins

Tese apresentada em 28/11/2016

Banca Examinadora

PROF^a DR^a NELBA AZEVEDO PENNA
Orientadora

PROF. DR. ALVARO FERREIRA
Membro externo – PUC/Rio

PROF. DR. ALDO PAVIANI
Membro externo – CODEPLAN/GDF

PROF^a. DR^a. LUCIA CONY
Membro interno – PPGEA/UnB

PROF. DR. NEIO CAMPOS
Membro interno – PPGEA/UnB

PROF. DR. RAFAEL SANZIO
Suplente – PPGEA/UnB

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de de Melo Martins, Ananda
Entre a utopia do direito à Cidade e a Resistência
Urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF / Ananda
de Melo Martins; orientador Nelba Azevedo Penna. --
Brasília, 2016.
167 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2016.

1. Direito à Cidade. 2. Resistência urbana. 3.
Movimento Social Urbano. 4. Movimento dos
Trabalhadores Sem Teto. 5. Brasília. I. Azevedo
Penna, Nelba, orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação (tese) e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado (tese de doutorado) pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Às lutadoras e lutadores que
no âmbito do espaço vivido sonham, lutam e
disputam o *urbano* pela possibilidade de *Ser*.

Ao prof. Brasilmar Ferreira Nunes, *in memoriam*,
pela gentileza e carinho que reforçaram em mim
a alegria de relações acadêmicas sempre humanas.

AGRADECIMENTOS

*Quero escrever movimento puro.
Clarice Lispector*

São poucas palavras, mas com agradecimentos sinceros àqueles que de alguma maneira contribuíram no período de realização dessa pesquisa, a partir da qual eu ansiava transformar em algo maior, mas que foi me mostrando aos poucos os limites de reflexão e ação no âmbito do fazer acadêmico, ou partindo dele.

Meu agradecimento a prof^a Dr^a Nelba Azevedo Penna, minha orientadora. Foram tempos difíceis, em que na maior parte dele, me sentindo perdida, a privei de espaços para que pudéssemos ampliar as trocas e superar as dificuldades do percurso; ainda assim, a confiança no meu comprometimento me deram segurança para iniciar, da forma que fosse possível, a finalização dessa etapa. À prof^a Nelba toda minha admiração.

Ao prof. Dr. Alvaro Ferreira por novamente estar presente e pela contribuição que tem dado ao longo desses anos de doutorado, seja durante as aulas de sua disciplina Representações do Espaço Urbano – vivência que muito me enriqueceu acadêmica e humanamente, seja nos horários pós-aulas cujas prosas sempre me davam a sensação de tantas possibilidades diante de tamanho acolhimento. Tem sido uma experiência sempre inspiradora observar em suas intervenções a clareza teórico-metodológica e a apropriação em relação a leitura do "real".

Ao prof. Emérito Aldo Paviani, nome de referência na Geografia e idealizador de uma rica coleção – Coleção Brasília – que muito me ajudou a conhecer a Capital Federal, na tentativa de entender um pouco de sua história no tempo e no espaço. Agradeço a disponibilidade sempre gentil de nossas solicitações de informações e relatos sobre Brasília.

Ao prof. Dr. Neio Campos, mestre e amigo que nunca se furtou de ouvir todas as minhas confusões mentais sempre me incentivando e, quando necessário, me puxando a orelha por menos insegurança e mais confiança na pesquisa. Ao prof. Neio além do meu carinho e amizade, toda minha admiração por sua trajetória e o quanto isso tem contribuído na formação contínua na qual estamos. Seguramente, sem o seu apoio e incentivo esse trabalho, mesmo com todas suas limitações, não teria sido finalizado.

À prof^a Dr^a Lucia Cony, agradeço a presença e o esforço para compreender os caminhos de pesquisa. O trabalho se transformou completamente desde a disciplina de

metodologia, mas de alguma maneira traz muito dos debates realizados nos seminários e discussões no âmbito da disciplina de Metodologia que ministra anualmente.

Agradeço ainda ao prof. Dr. Rafael Sanzio que gentilmente aceitou compor a banca, na suplência, para a contribuir com a presente pesquisa caso seja necessário.

Dedico agradecimento especial ao prof. Horacio Capel, da Universitat de Barcelona, que gentilmente me recebeu para uma curta temporada de 5 meses, intermediada pelo prof. Alvaro Ferreira. O prof. Brasilmar tinha razão, quando disse que um período fora me abriria os horizontes significativamente, e a experiência foi tão intensa que de fato modificou para além das minhas perspectivas de pesquisa, minha própria leitura quanto a construção profissional, a vida em Brasília e o longo caminho para edificar pontes pelas quais possam ser compartilhados os conhecimentos adquiridos/construídos.

Aos familiares, amigas e amigos, pessoas especiais que já estavam e permaneceram presentes, ou mesmo os que por algum motivo não estão tão presentes, minha singela, mas verdadeira, gratidão. A todos os meus familiares, sem exceção, pois muito embora sempre cite meus pais – Haydee, Cacah e Alcides – cada um como parte importante da minha vida se torna também importante nos meus momentos e processos, apesar de todas as minhas dificuldades.

Aos amigos de Recife, por permanecerem presentes mesmo com a distância: Rodrigo, Heitor, Hugo, Tata, Thati, Julio, Valeska, Amanda, Terezinha. Aos amigos no Rio de Janeiro, parte importante do Club Colômbia: Camila, Amanda, Vivian (colombiana super carioca), Juan, Dani; além dos cariocas da gema, da turma de Representações do Espaço Urbano, colegas da PUC/Rio: Zé Gomes, Barbara, Ana, e tantos outros queridos: agradecimentos pela acolhida sempre calorosa, alegre e sorridente.

Agradeço, em Brasília, a Ilka e toda a família Fagundes Correa, Paula Daniela, Tulio, Luana, Aryanne, Raquel, Sabrina, Ingrid, Pedro Peixão, Chico, Rafa Madeira, Michelle, Luiz Spiller, Sandra, Thiago, Karol... muitas pessoas que me acolhem, compartilham ideias e ideais, me socorrem, e sem as quais seria impossível sobreviver a esse processo todo. E entre tantas/os amigas/os uma lembrança especial aos meninos do bom samba brasileiro que inspiram não só com a poesia de lindas canções, mas com a persistência, dedicação e trabalho com que acham o tom de suas melodias; em muitos momentos pensei nos espaços de alegria compartilhados buscando a nota e a melodia dessa pesquisa, desejando que ela se transformasse também em poesia, uma poesia de transformação.

Agradeço especialmente a David por todos os momentos compartilhados, o apoio e o amor que me manteve, as vezes não tão firme, na continuidade desse processo; a vida seguramente não teria sido tão transformadora se não fosse nosso encontro e nossos momentos. Alegria, amor e gratidão estão sempre presentes quando penso em ti.

À Gilberto e Rosangela, parceiros e amigos de outros carnavais, sempre presentes, agora com mais carinho e muitas saudades de nossa convivência cotidiana. À Nirvana – sim eu tenho uma amiga chamada Nirvana, o melhor de Barcelona, com quem compartilhei, desde o primeiro instante, questões e inquietações de todas as ordens.

À Orlando, meu agradecimento que vem desde outros tempos e agora também pelo acolhimento na FEAY – Fraternidade Espiritualista Arcanjo Yramael. Agradeço a amizade e o amor dedicados a mim e a toda corrente que muito tem me ensinado; me sinto em casa e agradeço ao Astral por ser esse o espaço de acolhida para mais esse aprendizado.

À Luiz Andrade que ao longo do processo, e principalmente na fase final, esteve presente em uma intensa troca de ideias e incentivo, ouvindo meus descaminhos e lidando com as aflições e a ansiedade do momento com paciência e tranquilidade; grata por me lembrar que este não é o fim, mas o começo de um longo caminho.

À todas e todos integrantes do MTST com os quais pude ter contato e conviver ao longo do tempo; mesmo com todas as limitações de tempo e ação, mesmo com as dificuldades, agradeço a cada um que compartilhou sua história – em oficinas, entrevistas ou conversas informais. Suas lutas me fazem manter os pés firmados no chão e o coração conectado na força dessa aspiração por transformações que tomo para mim, com a qual quero continuar contribuindo e aprendendo. Nas ocupações, nos atos ou nas festas, estejam certos, ninguém aprendeu mais que eu, por isso meu agradecimento sincero.

Institucionalmente registro agradecimento a CAPES que por 48 meses manteve a concessão de bolsa de estudo, além de subsidiar o intercâmbio de 5 meses em Barcelona, experiência que todo pós-graduando deveria ter a oportunidade de vivenciar. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB pelo suporte necessário ao longo do curso.

APRESENTAÇÃO

Foi um longo percurso até aqui, embora pareça que tudo tenha se iniciado ontem. Ao longo dos últimos quatro anos e meio houve momentos em que as coisas pareciam mais turvas, e a sensação é de que era quase impossível reconhecer os caminhos. Muito embora nesse momento final algumas questões ainda estejam clareando acredito que as bases daquilo que se quer construir e, principalmente, das ciladas que é preciso evitar vão sendo consolidadas.

Em meio a um momento no qual as redes sociais se expandem e "ampliam as relações" se tornando um espaço onde todo mundo tem algo a dizer, me vi sem saber como dialogar a partir das minhas inquietações e do conhecimento construído. Logo me dei conta que nesse espaço onde todo mundo opina nem sempre algo estava sendo dito de fato; estamos em um momento de estranho ativismo virtual, enquanto as práticas ainda parecem pouco efetivas, com construções ainda confusas no mundo "real".

No ir e vir entre Brasília e Rio de Janeiro a dificuldade de assentar práticas e ideias de certa forma prolongaram demasiado os conflitos e a insegurança sobre quais direcionamentos tomar, ao mesmo tempo em que todas as mobilizações que prometiam colocar fogo no país traziam um misto de encantamento e imobilidade. Mais uma vez, uma vivência pessoal me levava a uma analogia, ainda que grosseira, à realidade que eu gostaria de analisar: em meio a uma multidão nas manifestações, sentia-me isolada por falta de um coletivo com o qual compartilhar, me solidarizar, me identificar, e estando nessa posição me pergunto se realmente a ida às ruas promoveu encontros para novas construções de fato.

Fato é que, independente desse potencial ter se enfraquecido momentaneamente ou não, foram acontecimentos importantes para a capitalização política por alguns movimentos, entre eles o MTST que expande seu processo de nacionalização com maior notoriedade e recoloca a problemática da habitação em Brasília/DF. Claro que esse não é o único movimento que tem a ocupação urbana como estratégia de pressão frente aos agentes hegemônicos, e como instrumento de reunião da base de trabalhadoras/es, mas era preciso fazer delimitações e a sua atuação no contexto da cidade me colocava em contato com outras facetas de Brasília/DF.

Aos poucos, com a convivência na Ocupação Maria da Penha Resiste, principalmente, fui assentando o entendimento sobre o que sempre ouvia: "Juntos nós somos fortes". Aprendi que é somente na troca com o outro que construímos diálogos, ideias e práticas que casem de fato com o que é "real", com o que é vivido – algo que sempre ouvimos e dizemos no âmbito

da universidade, cuja prática ainda não parece lugar comum. Assim, como durante a realização do mestrado, novamente me vi em meio a necessidades burocráticas que nada acrescentavam à construção de pesquisa, mas que ao fazer parte do processo faz com que, involuntariamente, você tenha que escolher entre priorizar a execução da pesquisa pensando no tempo, ou priorizar a própria pesquisa, o que certamente não me daria tempo de amadurecer muitas questões.

É certo que é preciso haver disciplina em meio a autonomia de pensamento que necessitamos para pensar nossos objetos de pesquisa. Contudo, nessa etapa da vida acadêmica me questiono sobre o que é mais importante: cumprir os prazos em detrimento do amadurecimento de nossas ideias e do caráter mais coletivo do que estamos produzindo enquanto conhecimento, ou a individualização da pesquisa e do pesquisador.

Nos espaços do MTST a todo momento somos chamados a contribuir. Existe uma ânsia em conhecer e uma dificuldade na nossa linguagem e treinamento em transformar o conhecimento que construímos dentro da universidade acessível a todo e qualquer espaço; são realidades distantes e essa distância tem que ser reduzida com a ampliação da extensão universitária, com experiências que realmente deem sentido prático ao conhecimento.

Ao final me dei conta que a pesquisa me trouxe questionamentos que não necessariamente estariam contidos nas análises, mas tem se tornado base para o início de uma nova etapa, sem dúvida. Essa pesquisa, ainda com um longo caminho de amadurecimento pela frente, traz o estranho movimento entre a vivência pessoal e a ânsia do coletivo, os conflitos da vida e os enquadramentos acadêmicos, e a certeza que ao finalizar uma etapa viria, em realidade, o início de um longo caminhar.

RESUMO

Discutir as ocupações urbanas no contexto das ações e práticas dos Movimento Sociais Urbanos na conjuntura atual se coloca como uma necessidade e um desafio, considerando o direito à Cidade enquanto tema teórico e metodológico, mas também como prática cotidiana que coloca em xeque a produção do espaço urbano com predomínio do valor de troca. A habitação, nesse contexto, tem representado não somente uma demanda objetiva, mas um elemento agregador de ações e estratégias de resistência urbana dos Movimentos Sociais na disputa de um modelo de cidade alternativo ao projeto neoliberal que a transforma em mercadoria. As ocupações urbanas também em Brasília/DF estão postas como um contraponto à dinâmica de valorização, e ao longo do tempo se diferenciam representando momentos e ações de resistência distintos, mas que indica a oferta desigual das condições da urbanização na cidade. E tal desigualdade de condições explicita uma problemática que aponta não somente para a forma em que se dá a crescente organização coletiva na Capital Federal, mas como os conteúdos que se materializam nas ocupações urbanas podem radicalizar o enfrentamento à apropriação privada da cidade. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é desvelar a relação entre as ações de resistências urbanas e as estratégias tecidas e articuladas nas ocupações na luta pela moradia, para além das determinações da esfera da produção, considerando a relação contraditória entre a reprodução social na metrópole de Brasília e as resistências urbanas abordadas no plano das práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Com forte demanda por habitação desde sua construção, a Capital Federal passa por diversos momentos de lutas sociais, tendo sido revigoradas nos últimos anos pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST – que renova a luta por moradia digna e tem, em suas ocupações urbanas, o espaço no qual pode germinar o sentido do habitar. O nível de precarização da vida ainda prevalece sobre o nível de apropriação da luta, da história, do espaço vivido, mas este último guarda em sua dinâmica indícios de possíveis transformações a partir da coletividade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos; direito à Cidade; resistência urbana; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Brasília.

RESUMEN

Entre la utopía del derecho a la Ciudad y la resistencia urbana: la lucha por el *habitar* en Brasíli/DF

Discutir las ocupaciones urbanas en el contexto de acciones y prácticas de movimientos sociales urbanos en la actualidad es una necesidad y un desafío, considerando el derecho a la ciudad como tema teórico y metodológico, así como práctica cotidiana que pone en jaque la producción de espacios urbanos, con predominio del valor de cambio. En este contexto, habitar no solamente representa una demanda objetiva sino también un motivador (elemento agregado) de acciones y estrategias de resistencia urbana de los movimientos sociales en la disputa de un modelo de ciudad alternativa al diseño neoliberal que la transforma en mercancía. La ocupación urbana también en Brasilia/DF se propone como una contradicción a la dinámica de valorización, y a lo largo del tiempo se diferencian representando momentos y acciones de resistencia distintos, pero que indica una desigualdad en la oferta de condiciones de urbanización en la ciudad. Dicha desigualdad de condiciones explica una problemática que no solamente apunta a la forma en que se genera la creciente organización colectiva en la capital federal, pero como los contenidos que se materializan en las ocupaciones urbanas pueden radicalizar el enfrentamiento a la apropiación privada de la ciudad. Siendo así, el objetivo de esta investigación es revelar la relación entre las acciones de la resistencia urbana y las estrategias desarrolladas y articuladas en las ocupaciones en la lucha por la vivienda, además de las determinaciones de la esfera de la producción, considerando la relación contradictoria entre la reproducción social en la metrópoli de Brasilia y las resistencias urbanas abordadas en las practicas de trabajadores sin techo. Con una fuerte demanda por vivienda desde su construcción, la capital federal pasa por diversos momentos de luchas sociales, habiendo sido revitalizadas en los últimos años por la actuación de movimientos de trabajadores sin techo. Que renuevan la lucha por vivienda digna y tienen en sus ocupaciones urbanas, un espacio en el cual puede germinar el sentido de habitar. El precario nivel de vida aún prevalece, sobre el nivel de apropiación de la lucha, de la historia, del espacio vivido, pero este último guarda en su dinámica indicios de posibles transformaciones de forma colectiva.

Palabras clave: movimiento social urbano; derecho a la ciudad; resistencia urbana; movimiento de trabajadores sin techo; Brasilia.

ABSTRACT**Between the utopia of the right to the City and urban resistance: the struggle for “inhabiting” in Brasília/DF**

To discuss urban occupations in the context of actions and practices of Urban Social Movements in the current conjuncture is a necessity and a challenge, considering the right to the City as a theoretical and methodological theme, as well as an everyday practice that puts the production of urban space with the domain of exchange value in check. The habitat, in this context, has represented not only an objective demand, but also an aggregating element of actions and strategies of urban resistance of the Social Movements in the struggle for a model of the city alternative to the neoliberal project that transforms it into a commodity. The urban occupations in Brasília/DF are set as a counterpoint to the valorization dynamic, and with time they differentiate themselves, representing distinct moments and actions of resistance, but which indicate the unequal supply of the conditions of urbanization of the city. Such inequality of conditions makes explicit the problematic that points not only to the way that the growing collective organization of the Federal Capital is given, but also to how the contents materialized in the urban occupations may radicalize the confrontation against the private appropriation of the city. Given this, the objective of this research is to reveal the relation between the actions of urban resistance and strategies drawn out and articulated in the occupations in the struggle for housing, beyond the determinations of the sphere of production, and considering the contradictory relation between social reproduction in the Brasília metropolis and the urban resistances approached in the practices of the Homeless Workers' Movement. With a strong demand for housing/inhabiting since its construction, the Federal Capital goes through diverse moments of social struggles, which were reinvigorated in the last years by the actions of the Homeless Workers' Movement – MTST, which renews the struggle for dignified housing and has, in its urban occupations, the space wherein the meaning of inhabiting may come into fruition. The level of precariousness of life still prevails over the level of appropriation of the struggle, the history, and the lived space, though this last one has in its dynamics indications of possible transformations derived from collectivity.

Keywords: Urban Social Movements; right to the City; urban resistance; spatial practice; Homeless Workers' Movement; Brasília.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de análise no interior da tríade vivido-percebido-concebido	26
Figura 2 - Representação da organização coletiva do MTST	29
Figura 3 – Vista aérea da ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 12/12/1963	56
Figura 4 – Ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 15/05/1969	56
Figura 5 – Remoção de barracos para Samambaia em 13/04/1989.....	60
Figura 6 – Barracos da ocupação na Telebrasilíia removidos para Samambaia em 22/02/1991	60
Figura 7 – Cartazes expostos no gradil do Campo de Santana, na Av. Presidente Vargas.	76
Figura 8 – Av. Presidente Vargas/Rio de Janeiro.....	76
Figura 9 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia.	78
Figura 10 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia.	78
Figura 11 – Ocupação Rosa Luxemburgo – Ceilândia.....	79
Figura 12 – Ocupação Maria da Penha – Planaltina.....	79
Figura 13 – Ocupação Anita Garibaldi – Recanto das Emas.	79
Figura 14 – Ocupação Olga Benário – Samambaia.....	79
Figura 15 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia, 2015	104
Figura 16 – Ocupação na Telebrasilíia, 1991.	104
Figura 17 – Vista de Paraisópolis com o bairro do Morumbi/SP ao fundo.....	114
Figura 18 – Condomínio Joao Cândido, empreendimento coletivo do MTST em Taboão da Serra/SP	121
Figura 19 – Barracos Ocupação Maria da Penha Resiste - Planaltina.....	124
Figura 20 – Ciranda Ocupação Maria da Penha Resiste	124
Figura 21 – Construção da escolinha Ocupação Maria da Penha Resiste	124
Figura 22 – Escolinha Ocupação Maria da Penha Resiste	124
Figura 23 - Isolamento da Ocupação Maria da Penha Resiste contra reintegração de posse. 133	133
Figura 24 - Roda antes da chegada do oficial de justiça acompanhado da polícia.....	133
Figura 25 - Remoção de famílias da Ocupação Maria da Penha Resiste	133
Figura 26 - Ocupação Ministério das Cidades para reivindicação do lançamento do MCMV etapa 3	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de Desemprego por grupos de RAs do Distrito Federal –	70
---	----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Ações gerais de pesquisa	26
Quadro 2 – Trabalho de campo exploratório.....	27
Quadro 3 – Estrutura organizativa do MTST	28
Quadro 4 – Escolha de entrevistadas/os e tipos de entrevista	30
Quadro 5 - O significado de "ter a casa", do morar, entre as/os acampadas/os da ocupação Maria da Penha Resiste – MTST/DF, Planaltina.....	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Ocupações removidas no Distrito Federal (1958-1960).....	57
Mapa 2 – Ocupações removidas no Distrito Federal (1971).....	59
Mapa 3 – Ocupações removidas no Distrito Federal (Década de 1980)	65
Mapa 4 - Ocupações MTST/DF (2010-2015)	80

LISTA DE SIGLAS

AMB – Área Metropolitana de Brasília

BNH – Banco Nacional de Habitação

CATs – Categorias Ocupacionais

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões

CIETA – Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales

CMP – Central de Movimentos Populares

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CoHab – Companhia de Habitação

CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores

DAL – Droit au Logement

DC – Direito à Cidade

DF – Distrito Federal

d.h. – Deficit Habitacional

EC – Estatuto da Cidade

FAR – Fundo de Arrecadação Residencial

FJP – Fundação João Pinheiro

FPSM – Frente Povo Sem Medo

HIS – Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHAB – Instituto de Desenvolvimento Habitacional

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JN – Jeudi Noir

MS – Movimento Social

MSUs – Movimentos Sociais Urbanos

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia

NMS – Novos Movimentos Sociais

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAH – Plataforma de los Afectados por la Hipoteca

PDOT – Plano de Ordenamento Territorial

PED/DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal

RAs – Regiões Administrativas

RMs – Regiões Metropolitanas

RU – Resistência Urbana

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SHIS – Sociedade de Habitações de Interesse Social

SQN – Super Quadra Norte

TERRACAP – Agencia de Desenvolvimento do Distrito Federal

u.h. – Unidade Habitacional

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
APRESENTAÇÃO.....	ix
RESUMEN	xii
ABSTRACT	xiii
LISTA DE FIGURAS	xiv
LISTA DE GRÁFICOS.....	xv
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	xv
LISTA DE MAPAS.....	xv
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – DA PRODUÇÃO DA PRECARIEDADE DA VIDA À RESISTÊNCIA URBANA	31
1.1. A precarização da vida e o neoliberalismo: afinal qual a relação?.....	32
1.2. A produção política do espaço: entre a dominação e a resistência.....	39
1.2.1. Entre as necessidades imediatas e as necessidades cultivadas: a luta	47
CAPÍTULO II – AS OCUPAÇÕES URBANAS EM BRASÍLIA/DF: DA CONCEPÇÃO DA CIDADE IDEAL AOS CONFLITOS DO ESPAÇO VIVIDO.....	51
2.1. Entre a monumentalidade da "cidade nova" e as urgências da cidade real.....	53
2.2. Das remoções a doações de lotes: a memória coletiva e a desarticulação das lutas sociais ⁶³	
2.3. Entre invasores e ocupantes: o tensionamento do espaço vivido sobre o habitat.....	68
2.3.1. A (re)organização das ações de resistência urbana com a atuação do MTST....	73
CAPÍTULO III – A (RE)COMPOSIÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	83
3.1. Para além da velha dicotomia diante de uma “nova” composição de lutas sociais ...	84
3.1.1. A dimensão do urbano na cidade.....	92
3.1.2. No contexto do debate do urbano, a organização da resistência	95
CAPÍTULO IV – AS OCUPAÇÕES URBANAS E O MTST EM BRASÍLIA: EM BUSCA DO SENTIDO DE <i>HABITAR</i>	102
4.1. A construção da luta cotidiana: percepções e vivências	103
4.2. Reencontrando o sentido do habitar?	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
Apêndice.....	157

Anexos 164

INTRODUÇÃO

*Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade*
(BRECHT *apud* HARVEY, 2013: 34)

Compreender as lições da realidade socioespacial e com isso construir coletivamente a possibilidade de transformá-la é um dos elementos mobilizadores desse trabalho e que certamente ultrapassa os limites da constituição de uma tese. Ainda assim, a intenção de fazer da ação/momento "individual", que é a composição de uma pesquisa, um movimento de retorno ao coletivo por meio da investigação acerca das ocupações urbanas realizadas por Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), mostrou-se uma tarefa necessária e desafiadora, e nos colocou frente a conflitos e inquietações suscitados no âmbito dos espaços da vida.

O interesse acerca das lutas sociais, as ocupações e o urbano foi tecido pela observação das grandes mobilizações sociais que evidenciam a importância de se pensar a prática do direito à Cidade¹ no contexto das desigualdades e das injustiças socioespaciais atuais. Há um questionamento constante sobre como articular a força da teoria com o potencial de sua prática; afinal, quem, onde e de que maneira essa prática estaria sendo pensada, gestada, percebida, vivida?

Essa inquietação nos remeteu inúmeras vezes ao indicativo de Milton Santos que em algumas entrevistas afirmou estar na pobreza os germes da transformação dessa realidade, que conta com uma parcela grande da população em condições de vida precárias em suas condições de trabalho – informalidade e subempregos – mas também pela dificuldade de acesso e/ou ausência de possibilidades efetivas no que se refere à mobilidade, saúde, educação, ao *morar* como direito básico e fundamental para o desenvolvimento da vida.

¹ Mantivemos o entendimento construído desde a dissertação, considerando que na obra *O direito à cidade* (2001), Henri Lefebvre inicia a grafia da palavra cidade ora com letra maiúscula, ora com letra minúscula. Naquele momento observamos que o contexto em que a palavra cidade era empregada com o uso do "C" maiúsculo indicaria a cidade enquanto obra que assim seria escrita diante da possibilidade da sua plenitude humanizadora, o que nos leva a adotar novamente esta interpretação de modo a enfatizar a Cidade que queremos construir a partir e por meio do vivido.

A urgência da sobrevivência nos saltou mais uma vez aos olhos. E mesmo com a forte sensação de estranhamento em relação a dinâmica urbana e as lutas sociais em Brasília/DF sabíamos, de antemão, que a problemática da habitação evidenciava de maneira concreta essa urgência como um dos resultados dessa precarização – ainda que com especificidades inerentes ao processo de formação histórico-territorial da Capital Federal. A questão da habitação em Brasília aparecia na literatura – representada na Coleção Brasília² – em muitos momentos, relacionada a tensões, reivindicações e organização coletiva por parte das/os trabalhadoras/es que aqui chegaram para a construção da cidade.

O resgate dessa história demarcada pelo tempo é também a busca pela espacialidade que dessa história se origina e a qual se rearticula, em certa medida, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST – no Distrito Federal. A presença desse movimento em Brasília desde 2010 faz emergir um posicionamento distinto das experiências anteriores relacionadas à habitação, pois este movimento a situa como elemento estratégico na luta efetiva pelo direito à Cidade.

E qual é a história de luta pelo direito à Cidade em Brasília/DF³? Em quais condições os diferentes momentos da organização coletiva na Capital Federal foram tecidos e se espacializaram de modo a transformar grandes ocupações em partes integrantes da cidade formal, ou não? Pensando o direito à Cidade como uma construção coletiva, ao acioná-lo inevitavelmente estaremos tratando de um movimento de reapropriação não somente dos espaços físicos da cidade, mas da possibilidade de transformá-los construindo novas possibilidades de uso.

As ocupações urbanas, nesse sentido, ao serem tomadas como estratégia para efetivação desse direito indicam que ações de resistência urbana, entendidas enquanto práticas espaciais, podem revelar sujeitos que vão sendo forjados cotidianamente como potencial de uma *práxis* emancipatória. A *práxis* – e a *poíesis* – enquanto um nível da realidade social (LEFEBVRE, 1991), traduz a possibilidade de apropriação (valor de uso, sonhos, afetividade), entendida como "produção real e concreta do espaço, que ilumina a atividade do sujeito da ação e da

² A Coleção Brasília, organizada pelo prof. Emérito da Universidade de Brasília Aldo Paviani, tem uma série de publicação que abordam diferentes temas; ao longo dos anos algumas discussões sobre a urbanização, a gestão e o planejamento da cidade, as lutas sociais, entre outros, no contexto de Brasília/DF foram sistematizadas nessas obras.

³ Indicamos nosso entendimento sobre Brasília no Capítulo II, ao abordar o processo de formação territorial da cidade. De antemão indicamos a leitura desse espaço como a malha urbana que forma o Distrito Federal em sua totalidade, sem desconsiderar, no entanto, a heterogeneidade que a compõe.

consciência que orienta essa ação” (CARLOS, 2011: 48). Trata-se de um movimento dialético e, por isso conflituoso cuja pressão da cotidianidade e de sobrecargas ideológicas, ora explicitam, ora omitem/mascaram o contínuo agravamento das condições de sobrevivência da maior parte das/os trabalhadoras/es.

Com base no indicativo de Lefebvre (*apud* MARTINS, 1996), observamos que o desenvolvimento das forças produtivas desde a era industrial, que se mundializa ao longo do século XX, não alterou a realidade na qual as necessidades continuavam postas. Diante dessa realidade A. Heller⁴ (1986: 24) defende o fato de que ao refletir e analisar as condições de necessidade não se pode restringi-las à questão natural ou unicamente econômica, uma vez que tal redução, ao negar a historicidade das necessidades sociais, constitui uma expressão de alienação capitalista das necessidades.

Segundo Heller (*Ibid*: 25), devemos ter clareza de que a satisfação das necessidades não é objetivo da produção, ao contrário, trata-se unicamente da valorização do capital que mantém o sistema de necessidades baseado na divisão do trabalho, o que faz com que esta só apareça por meio do mercado, sob a forma de demanda solvente. Assim, embora a necessidade apresente forte dimensão econômica e esteja, a princípio, submetida ao econômico, não se reduz a ela. Portanto, ainda que a produção da vida material, as ideias e a consciência estejam, a princípio, subordinadas às relações de produção, como indicado por Marx e Engels, o residual nos indica possibilidades de escape, trazendo uma perspectiva utópica que para Henri Lefebvre estaria contida no impossível-possível.

Ou seja, para além das determinações da esfera da produção, o residual que escapa a partir das relações constituídas nos espaços de reprodução da vida pode delimitar uma via de transformação, levando em consideração a indicação de Lefebvre (1973: 39) de que “para alargar o possível é preciso pensar, proclamar e querer o impossível”. Nesse sentido, Vaneigem (2002) nos incita à “busca da vida antes de todas as coisas”, a partir de uma luta diária para separar da vida aquilo que a entrava e a exaure em meio a um mundo em mutação, onde a mercadoria, de modo geral, passa a ser posta como central, e o consumo passa a ditar o modo de vida que afirma o modo de produção capitalista (*Ibid*).

⁴Esse debate é feito por Heller considerando a teoria das necessidades em Marx a partir da mediação da teoria do valor.

Assim, observar o residual, que emerge na escala local e escapa à homogeneização instituída no âmbito global, implica no aprofundamento da reflexão acerca das ações de resistência urbana em um momento em que as ruas no Brasil e no mundo podem conter uma sinalização de um novo ciclo das lutas sociais. As diferentes formas de ocupação nas cidades explicitam a realização cotidiana de lutas sociais históricas que tomam ruas e praças, ocupam órgãos públicos/governamentais, indica no movimento dos secundaristas que ocuparam suas escolas em várias cidades do Brasil a disputa radical dos espaços educativos e seus conteúdos.

A estas ações se soma a forte representação da luta organizada pelos MSUs diante da ausência de solução no que se refere à habitação, que tem ampliado sua representatividade após as chamadas Jornadas de Junho, reforçando a centralidade desse elemento já que, segundo Seabras, “na cidade e sua região [...] os processos econômicos e políticos espacializam-se, podendo ser compreendidos nas formas de morar, porque a habitação modula o quadro de vida”. E se a habitação modula o quadro de vida, sua negação tem gerado diversas formas de ocupação como uma estratégia extrema e, em certa medida, radical. Em âmbito nacional, a partir das ações dos principais MSUs relacionados a esse tema: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLML), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM); e internacionalmente com experiências desenvolvidas na Espanha com a Plataforma de los Afectados por la Hipoteca (PAH) e o movimento Okupa, Itália a *Rete Crisi nella Abitare*, e na França *Droit au Logement* (DAL) e *Jeudi Noir* (JN), entre outros.

As distintas ações de resistência urbana destacam a questão da habitação e suas contradições e esta, por sua vez, expõe a relação dialética entre a sua captura no âmbito das relações de produção *stricto sensu* (como uma mercadoria de grande valorização do capital em função da renda fundiária que agrega). Ao mesmo tempo, explicita seu papel fundamental enquanto direito humano e social, indicando os conteúdos do *habitar* que assume “o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, uma vez que cria identidades” (CARLOS, 2011: 56).

Cientes de que o direito à Cidade não se reduz ao direito à moradia, colocamo-nos de acordo com Rodrigues (2013: 07) que enfatiza ser este último um elemento que aponta o

⁵ Passagem na página 09 da Apresentação feita por Odette Seabra para o livro de Adriano Botelho: *O urbano em fragmentos* (2007), listado ao final nas referências bibliográficas.

processo de ampliação das lutas sociais. Dessa forma, Brasília/DF como uma cidade que se torna realidade a partir do traço do urbanista Lucio Costa, vai sendo conformada em sua verdadeira realidade quando ocupada e apropriada por aquelas/es que não cabem no seu plano e no seu planejamento. E esse contraste indica a inserção da Capital Federal no processo global de urbanização capitalista, na qual a terra urbana passa a ser cada vez mais direcionada à produção da habitação como valor de troca, o que tem dificultado conquistas que ampliem de forma efetiva a Reforma Urbana e o direito à Cidade na Capital do país.

As ocupações urbanas também em Brasília/DF estão postas como um contraponto à dinâmica de valorização e ao longo do tempo se diferenciam representando momentos e ações de resistência distintos, mas que indicam a oferta desigual das condições da urbanização na cidade. E tal desigualdade de condições explicita uma problemática que aponta não somente para a forma em que se dá a crescente organização coletiva na Capital Federal, mas como os conteúdos que se materializam nas ocupações urbanas podem radicalizar o enfrentamento à apropriação privada da cidade.

A habitação, como elemento que evidencia o movimento do capital e o movimento da vida, tem mobilizado a organização coletiva, sendo central para compreensão das condições da produção do espaço no âmbito da construção da coletividade, para além das necessidades demarcadas pela produção. Assim, a tese se centra nos indícios de que as ações de resistência urbana, constituídas a partir das experiências do espaço vivido nas ocupações urbanas do MTST/DF, contém atributos importantes para além da reivindicação pela habitação de interesse social como direito, mas como luta contra a produção de vidas precárias, contra a privação do urbano.

Em Brasília/DF o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST – tem deslocado o debate da esfera estritamente econômica para fazer sobressaltar a sua dimensão política, o sentido político, suscitando reflexões acerca do sentido do urbano na composição dos Movimentos Sociais e da radicalidade potencial das ocupações urbanas na organização das ações de resistência urbana. A nova base em Brasília/DF representa uma ação coordenada de nacionalização desse movimento que desde 2011 realiza ocupações sistemáticas na Capital Federal – em terrenos das áreas periféricas e órgãos públicos, desenvolve trabalho de base em Ceilândia, Samambaia e Planaltina – Regiões Administrativas que compõem Brasília/DF, e atualmente compõem a Frente Povo Sem Medo (FPSM) – frente unitária de movimentos sociais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações populares.

Seguindo orientação nacional, as ações do MTST em Brasília/DF estão direcionadas à organização das/os trabalhadoras/es a partir do local em que vivem: a periferia. A valorização de iniciativas autônomas na construção do que denominam como *poder popular* aponta para o redirecionamento da discussão, que no âmbito da política institucional se restringe à esfera da produção. As ocupações urbanas realizadas pelo MTST traduzem sua forma de ação baseada na ação direta com intuito de pressionar diretamente os proprietários e o Estado, mas também como elemento essencial para o trabalho de base comunitário⁶.

E em meio a essa organização e suas formas de ação quais seriam, então, os caminhos, as estratégias e as possibilidades no enfrentamento das tensões e dos conflitos para a efetivação do direito à Cidade? De que maneira as ocupações urbanas se tornam espaços de construção de uma *práxis* que garanta o direito a casa, mas para além dessa estrutura o direito ao *habitar*? Como o espaço vivido impacta na constituição de ações de resistência urbana enquanto prática espacial, considerando o uso que se constitui nas ocupações urbanas?

Buscaremos responder nossos questionamentos partindo da experiência concreta de Brasília/DF, que assume centralidade para atuação do MTST por localizar o poder político institucional como Capital Federal e por sua história de luta por moradia que, todavia, esbarra na ideologização da necessidade individual (o sonho da casa própria) em detrimento da moradia no sentido do *habitar*. Nesse contexto, o objetivo geral é desvelar a relação entre as ações de resistências urbanas e as estratégias tecidas e articuladas nas ocupações na luta pela moradia, para além das determinações da esfera da produção, considerando a relação contraditória entre a reprodução social na metrópole de Brasília e as resistências urbanas abordadas no plano das práticas do MTST.

Os objetivos específicos, nesse contexto, são:

1. Delimitar o processo de formação territorial de Brasília/DF a partir das distintas ocupações urbanas que formaram/formam a Capital Federal.
2. Relacionar o sentido do urbano na composição dos MSUs e as ações de resistência urbana na luta pela moradia que se materializa nas ocupações urbanas como germe da transformação da realidade na cidade.

⁶ MTST. Cartilhas de Princípios. Disponível em <http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf>

3. Analisar em que medida o habitar se fortalece na experiência vivida nos espaços das ocupações do MTST/DF e como impacta a melhoria das condições de vida das/os trabalhadoras/es.

De modo a viabilizar os objetivos traçados, os caminhos metodológicos adotados apresentam de forma breve o método de análise no qual esta pesquisa está apoiada e os procedimentos metodológicos utilizados para sua execução. A narrativa construída em meio a conjuntura que vem sendo delineada desde as Jornadas de Junho de 2013, evidencia a complexidade da realidade diante dos conflitos entre diferentes interesses sociais.

Nesse contexto, a importância da delimitação do método no processo de análise da realidade é colocada por Harvey (1980)⁷ a partir do estudo da prática humana como meio de resolver os inúmeros dualismos que cercavam, e ainda cercam, o pensamento ocidental. Harvey alerta (*Ibid*: 248) que o método “só pode ser bem compreendido através de sua prática”, indicando que não se trata da mera reprodução de *modus operandi*.

Minayo (2002) afirma que não é possível fazer ciência sem método uma vez que este se apresenta como caminho do pensamento. Na construção desse caminho, utilizamos o método de análise dialético como base para compreender e desvelar os conflitos e tensões na luta pelo direito à Cidade, pois consideramos o Ser dialético no plano ontológico que se constitui enquanto totalidade, cuja realização se dá enquanto mundo natural e enquanto mundo histórico (LEFEBVRE, 1975).

Assim, torna-se indissociável do movimento dialético a análise das formas que caracteriza o que Lefebvre chamou de lógica formal, por um lado, sendo necessário a apreensão dos conteúdos que dão sentido e significado a essas formas, por outro, ou seja, todo movimento dialético passa pela lógica formal. Dessa maneira, adverte-nos esse autor, pois, não se deve “desdenhar a lógica formal, mas retomá-la” (*Ibid*: 21). Ou seja, não se trata de superar a lógica formal simplesmente, mas de acrescentar a ela o movimento que caracteriza a existência do processo histórico, uma vez que a história representa “o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades, conflitos, problemas teóricos e práticos, e resolvendo-os (ou não)” (*Ibid*: 22).

⁷ Essa colocação é tecida por Harvey em diálogo com a contribuição de Marx que tem como eixo central de análise prática humana e suas relações no contexto histórico do capitalismo concorrencial.

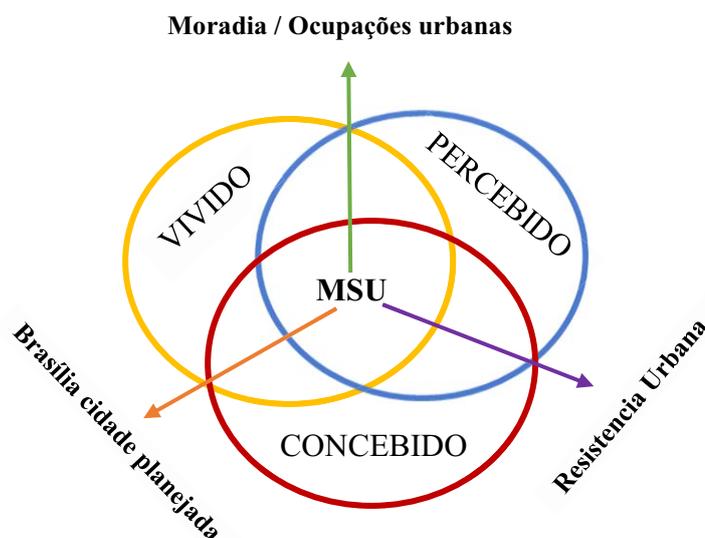
De modo a apreender o movimento dialético da realidade Lefebvre (2013) propõe a análise social por meio de tríades que correspondem a diferentes dimensões do espaço: a tríade *vivido-percebido-concebido* com foco na percepção através do corpo – da corporeidade, tem sua correspondência espacial na tríade *práticas espaciais-representação do espaço-espacos de representação* – esta, centrada na espacialidade, uma vez que as relações sociais são sempre espaciais. A tríade *espaço absoluto-espaço abstrato-espaço diferencial* traz à luz o tempo, a temporalidade em todas as suas contradições, sendo elas sobrepostas e indissociáveis.

No processo de nossa construção teórico-metodológica identificamos a luta pela *moradia* em sua relação com *ocupações urbanas* como elemento importante do/para o espaço vivido, sendo articulada pelos *Movimentos Sociais* em suas ações estratégicas de *resistência urbana*. Estas ações de resistência urbana enquanto experiências vividas dentro e fora das ocupações podem explicitar conflitos no que se refere à habitação frente à concepção do *modelo de cidade ideal* pensado/ideologizado no projeto de Lucio Costa – delineado pelo projeto do Plano Piloto de Brasília, bem como a partir da sua inserção no processo de (re)produção do capital.

Ao focar na tríade *vivido-percebido-concebido* buscamos passar da abstração do concebido à concretude do vivido, em meio a diferentes percepções da vida cotidiana na cidade e a permanente tensão entre esses espaços. Isso implica considerar a contínua tentativa do espaço concebido em reduzir o vivido ao visível, ao legível, quando, em verdade, a experiência vivida traduz alto grau de complexidade e peculiaridade – "El 'corazón' vivido [...] difiere extrañamente del corazón pensado y percibido", indica Lefebvre (2013: 99).

No interior da tríade, portanto, a **moradia** e as **ocupações urbanas** como categoria de análise do espaço vivido, espaço da imediatividade, relaciona-se com as ações de **resistência urbana** no âmbito do espaço percebido pelas práticas espaciais dos MSUs e tensiona a concepção da **cidade planejada** sob o mito da modernidade que cria discursos sobre o novo, mas se concretiza por meio de velhas práticas de controle e segregação. O movimento dado a essas categorias analíticas a partir da leitura tríadica indica a interface das relações entre elas, cuja tentativa de ilustrar está registrada na figura 1.

Figura 1 – Categorias de análise no interior da tríade vivido-percebido-concebido



A compreensão das categorias de análise no interior da tríade para apreensão do movimento da realidade concreta nos levou a optar por procedimentos metodológicos que privilegiasse a observação direta e a pesquisa qualitativa. Nesse sentido, a dinâmica de trabalho, desde a investigação acerca da literatura até o trabalho de campo, embora seguisse um cronograma de atividades e ações (Lógica Formal) assumiu, inevitavelmente, um movimento de retroalimentação entre as "etapas formalmente delineadas" para execução desta pesquisa.

Em um primeiro momento foram delimitadas ações gerais, necessárias para identificar e apreender o processo em seus aspectos globais no que diz respeito ao tema em análise, bem como as particularidades de distintas realidades socioespaciais e formações socioeconômicas. Então, considerar como etapas contínuas a visita à literatura diversa, a busca por contribuições que explicitem outras realidades, além da diversidade nacional, e a busca por dados que viabilizassem a conexão com a realidade observada, indicou os movimentos básicos aos quais sempre retornamos (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações gerais de pesquisa

	Ação	Foco	Objetivo
A1	Levantamento bibliográfico contínuo	O debate sobre os MSU, as diferentes ações de resistência urbana no Brasil e no mundo; (re)conhecimento das lutas sociais em Brasília/DF.	Situar conceitualmente o entendimento acerca dos MSU, explorar o urbano nesse contexto; e a delimitação conceitual-metodológica das ações de resistência urbana.

	Ação	Foco	Objetivo
A1.1	Delimitar bibliografia internacional	Experiências de organizações coletivas no mundo, revoltas populares, manifestações que ocuparam as ruas nos últimos anos.	Recolher os elementos empíricos e teóricos em torno do que Harvey chamou de “cidades rebeldes”.
A2	Coleta de dados	Dados secundários: população/trabalho/habitação/migração/deficit habitacional	Fundamentar a estrutura de ocupação distrital
A4	Construção e mapas	Mapeamento das diferentes formas, momentos e objetivos das ocupações urbanas no DF	Construir uma linguagem visual de informação característica da geografia, através de mapas, como suporte a espacialização do processo.

A realização do trabalho de campo exploratório desde o início evidenciou a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto como principal organização coletiva de luta por moradia em Brasília/DF. As primeiras aproximações foram mediadas pela *observação direta* e a pesquisa *participante* (Quadro 2), esta última se caracteriza essencialmente pela interação entre a/o pesquisadora/or e os sujeitos da realidade em análise (GIL, 1991); ou ainda, como indica Grossi (1981), trata-se de uma ação de pesquisa educacional orientada à ação.

Quadro 2 – Trabalho de campo exploratório

Período	Ação	Atividades
1º semestre de 2014	Aproximação das atividades do MTST/DF	Acompanhamento de assembleias, reuniões e atos de manifestação pública.
2º semestre de 2014	Visita à sede nacional do MTST	Aproximação da estrutura de atuação em São Paulo e a dinâmica de autogestão em torno do Condomínio João Candido – MCMV/Entidades, bem como algumas das ocupações urbanas ativas – Chico Mendes II e Nova Palestina
1º semestre de 2015	Participação no Ocupa DF	Contribuição na construção e execução da ação, bem como a realização de atividades formativas nas ocupações do MTST/DF.

No processo de observação, incorporamos a *sequência interpretativa* proposta por Somekh (2015: 81) como procedimento para organização e execução de análise sistematizando parte do material utilizado a partir das:

1. *Notas teóricas* – “Pesquisar implica necessariamente fazer relações entre dados e compreende-los. [...] Nas *notas teóricas* você tenta reter essas ideias e evitar seu esquecimento”;
2. *Notas metodológicas* – com indicativo de estratégias, métodos e atividades de pesquisa;
3. *Notas de planejamento* – necessárias à combinação de pesquisa com ação prática, a exemplo da pesquisa-ação.

A partir dessa estruturação inicial, a construção do trabalho de campo – a definição dos instrumentos de pesquisa, a delimitação das entrevistas e das/os entrevistadas/os – apontou para a necessidade de definir estruturas de apoio para a operacionalização da pesquisa. Como principal ferramenta de coleta de dados foi definida a entrevista, entendida a partir de um sentido de troca uma vez que, embora tenha suporte em um roteiro semi-estruturado, não tem intenção de se transformar em um procedimento burocrático apenas.

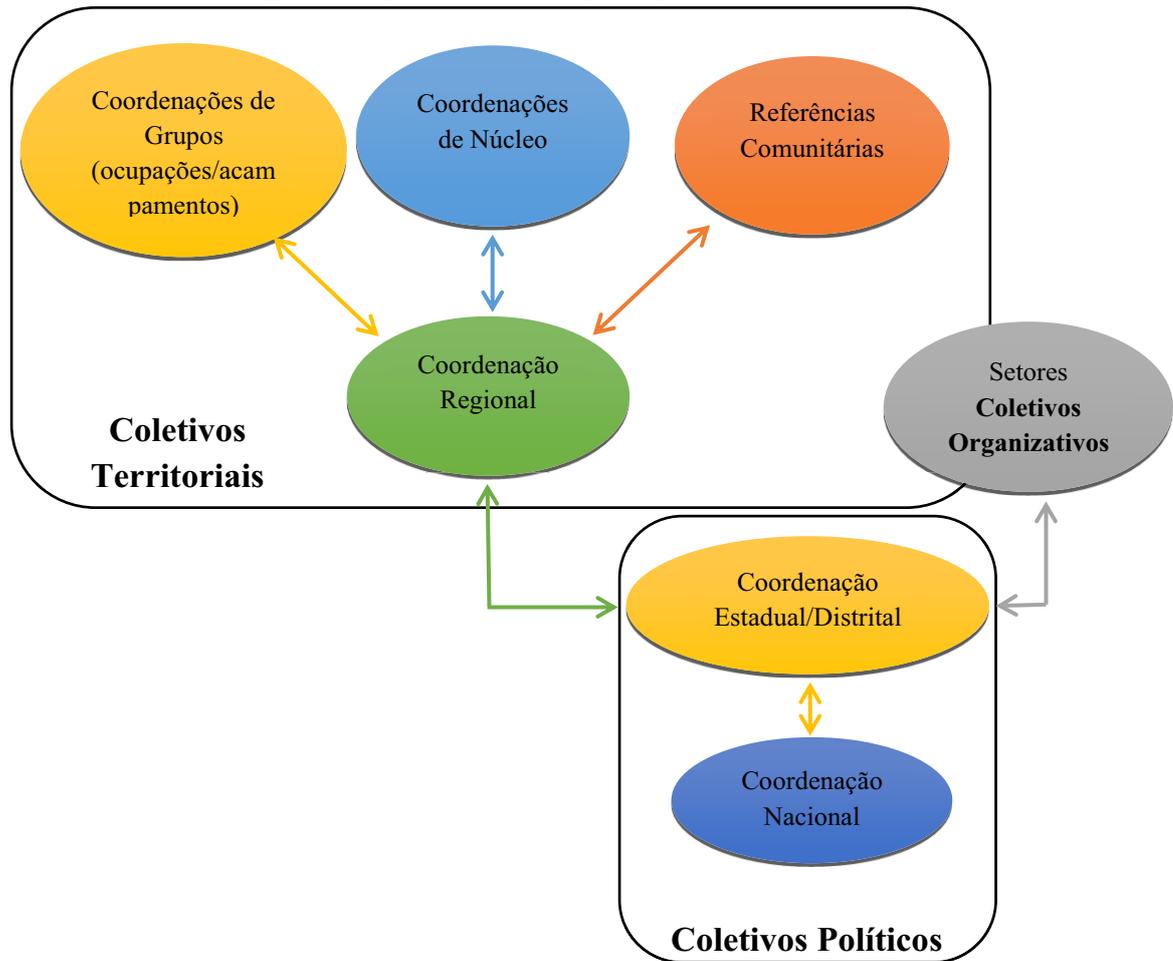
A definição das/os entrevistadas/os foi apoiada na estrutura organizacional do MTST. Segundo material disponibilizado pelo próprio movimento, são três os coletivos (Quadro 3) que compõem sua estrutura organizativa (Figura 2).

Quadro 3 – Estrutura organizativa do MTST

Coletivos Políticos	Coletivos Organizativos	Coletivos Territoriais
assumem a função de tomada de decisões políticas gerais a nível nacional (coordenação nacional) e estadual/distrital (coordenações estaduais/distrital)	nesses coletivos se encontra a organização de tomada de decisões e execução de tarefas referentes à formação política, articulação, organização, segurança, auto sustentação, finanças e comunicação e simbolismo	assumem a organização do trabalho de base, “decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo, ou uma região mais ampla”.

Não se trata de uma hierarquização, mas de fluxos de relação/articulação a partir das condições locais existentes, uma vez que não são todas as cidades nas quais o MTST tem atuação que contam com todas as estruturas mencionadas. Em Brasília/DF, por exemplo, muitas vezes aqueles que desempenham papel nos coletivos organizativos também estão participando, ou podem vir a participar, do coletivo político e/ou do coletivo territorial.

Figura 2 - Representação da organização coletiva do MTST



Fonte: www.mtst.org.br

Com base nessa estrutura organizativa foram definidas as/os entrevistadas/os e o formato de entrevista a ser utilizado com cada um/a delas/es (Quadro 4), uma vez que nos parecia importante buscar em seus distintos espaços e experiências relatos que pudessem nos indicar as relações constituídas nas ocupações urbanas, suas potencialidades e/ou limites.

Foram realizadas entrevistas individuais e entrevistas coletivas. As entrevistas coletivas foram preparadas em formato de painel, nos quais expostas as questões do questionário foram, então, registradas as colocações das/os entrevistadas/os, de modo que, ao compor o painel, não somente ficassem ali registradas as informações concedidas, mas que naquele momento as/os participantes pudessem visualizar suas colocações e se situar em meio ao coletivo presente.

Quadro 4 – Escolha de entrevistadas/os e tipos de entrevista

Coletivo MTST*	Função	Tipo de entrevista
<i>Político</i>	Coordenação Nacional/Distrital	Individual
	Coordenação Estadual – RJ	Individual
Coletivo MTST*	Função	Tipo de entrevista
Territorial	Coordenação de Acampamento Regional Sul – Ceilândia/Samambaia	Coletiva
	Coordenação de Acampamento Regional Norte – Planaltina	Coletiva

Elaboração própria.

*No caso do Distrito Federal, o coletivo organizativo é composto por militantes que compõem os coletivos políticos e/ou os coletivos territoriais, não tendo sido destacado, portanto, com nenhuma diferenciação.

Sendo a ocupação Maria da Penha Resiste (Planaltina) a única ocupação urbana do MTST/DF ativa no momento da realização do trabalho de campo, realizamos uma entrevista coletiva com algumas/ns acampadas/os de perfil variado; foram sete pessoas no total. O conjunto de questões elaboradas para os diversos perfis de entrevistadas/os, orientados pelas categorias de análise, foram pensadas com o intuito de explorar no ambiente de luta pela moradia digna e pelo direito à Cidade a relação entre a prática que se constitui e a experiência com o espaço vivido das ocupações urbanas a partir da orientação da problemática construída e os objetivos traçados.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo foi construído como ponto de partida para ampliar discussões conceituais importantes no contexto das ocupações urbanas e ação dos MSUs em meio ao processo de produção do espaço urbano contemporâneo e suas contradições. O capítulo II conduz um exercício de reconhecimento e elaboração sobre Brasília/DF, desde a sua concepção até a sua concretização a partir das ocupações que se tornam uma questão central na Capital Federal, antes mesmo de sua inauguração.

A partir dessa elaboração que destaca a problemática da habitação e a disputa da cidade como uma prática cotidiana de diferentes organizações coletivas, o capítulo III traz o debate acerca dos Movimentos Sociais Urbanos – diferentes contribuições sobre seu papel na constituição da sociedade contemporânea, mas, principalmente, a centralidade do debate sobre o urbano e a cidade na sua própria composição.

O capítulo IV retoma ao imediatismo do vivido nas ocupações urbanas do MTST/DF explorando o envolvimento com o MSU e seus condicionantes, a experiência nas ocupações realizadas por esse movimento e como pensam e vivem o morar, buscando em que medida é possível resgatar o sentido do habitar a partir das experiências vividas.

CAPITULO I – DA PRODUÇÃO DA PRECARIIDADE DA VIDA À RESISTÊNCIA URBANA

As *ocupações urbanas* realizadas em áreas periféricas pelo MTST⁹ têm como um de seus objetivos denunciar a especulação imobiliária favorecida pelo Estado, além de transformá-las em lugar onde seja possível “intensificar a mobilização para a construção da resistência urbana enquanto prática coletiva” (MARTINS, 2015). No entanto, o contexto socioespacial em que se dão, bem como a natureza dos conflitos frente ao mercado imobiliário e a ação do Estado, requer a recomposição de determinados debates e suas articulações ao tema de pesquisa aqui desenvolvido.

Nesse sentido, não podemos desprezar a concepção da habitação como valor de troca com função central na acumulação capitalista como mercadoria no âmbito da esfera da produção. Na realidade social e histórica atual, a produção em sua totalidade não está, aparentemente, relacionada unicamente ao *trabalho* uma vez que as condições de reprodução do modo de produção estão postas para além dos espaços fabris da era industrial.

Na sociedade urbana, entendida por Lefebvre (1999) como a sociedade que nasce da industrialização e a sucede, são conformados espaços nas cidades que reúnem todos os artifícios "necessários" a melhor qualidade de vida – condomínios com serviços básicos e especializados, áreas de lazer, áreas fitness e gourmet; ou empreendimentos imobiliários para grandes centros de negócios, por exemplo – concebendo um padrão social no qual as necessidades da vida urbana são postas à venda, negociadas e comercializadas, o que ressalta a centralidade do poder econômico.

A ação de *ocupar* realizada pelos MSUs, nesse contexto, insere na complexidade da realidade social contemporânea elementos que se diferenciam do discurso hegemônico e da representação que se limita ao sonho da casa própria. Discutir a construção da prática do direito à Cidade a partir das ocupações urbanas como um dos espaços onde se pode gestar essa construção requer situar as bases sobre as quais a sociedade tem sido fundamentada. Para tanto,

⁹ As ocupações urbanas são empreendidas por diferentes movimentos sociais com estratégias e/ou perspectivas distintas. Por exemplo, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), outro grande movimento de luta pela moradia no Brasil, assume como estratégia a ocupação de edifícios abandonados em áreas centrais das cidades, pressionando pela requalificação dessas propriedades para a habitação de interesse social.

partimos do contexto em que a acumulação do capital tem na centralidade do espaço o principal meio para superar suas crises e se reafirmar com ainda mais força, e esse movimento não se refere somente nem a esfera da produção de mercadorias, tampouco se limita a dimensão econômica, como indicado anteriormente.

1.1. A precarização da vida e o neoliberalismo: afinal qual a relação?

Considerando os conflitos de diferentes ordens que explodem na cidade contemporânea no âmbito da luta cotidiana pela sobrevivência, observamos que as urgências do dia a dia das/os trabalhadoras/es pobres se dão no limite da exploração/expropriação, da espoliação urbana (KOWARICK, 1979), que aos poucos evidencia a interligação entre o crescimento econômico e a pauperização de vastas parcelas da população de trabalhadoras/es no contexto do processo de acumulação do capital.

Essa vinculação nos permite analisar um conjunto de aparências representadas muitas vezes sob o discurso de desordem urbana que passa a autorizar a remoção da população pobre para áreas periféricas da cidade, o que mantém a dinâmica especulativa de valorização de terras vazias entre a área central e as áreas periféricas. Ou, sob a concepção do espaço como raridade que eleva a valorização de determinadas áreas da cidade e resulta na criação de mecanismos de expulsão da população pobre original dessas localidades em função do alto preço de manutenção da vida – aumento de aluguel, de itens de necessidades básica, transporte público, entre outros.

Esse deslocamento induzido pelo alto custo de vida em determinadas localidades da cidade também promove grande fluxo entre bairros, municípios e até entre estados, a exemplo do crescimento populacional relacionado ao intenso processo migratório no sentido Brasília – municípios do entorno de Goiás em função do encarecimento do custo de vida em Brasília e as dificuldades das/os trabalhadoras/es em se manter em seus locais de moradia. Com isso se percebe a modificação do perfil da população de parte da periferia e a intensificação dos fluxos na conformação de uma dinâmica metropolitana¹⁰.

¹⁰ O espaço da Área Metropolitana de Brasília, embora sem regulamentação legal, foi instituída em estudo da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) por meio da Nota Técnica 1/2014 que fundamenta a existência de uma dinâmica metropolitana entre Brasília e os municípios goianos próximos – Formosa, Cristalina, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás.

Segundo Vasconcelos & Gomes (2015: 157), o aumento das taxas médias anuais de crescimento populacional entre 1980 e 1991 é mais elevada na Área Metropolitana de Brasília (AMB) que no Distrito Federal (DF) “evidenciando a intensa migração para os municípios goianos (3,8% ao ano contra 2,8%, entre 1980 e 1991, respectivamente)”¹¹, já que o custo da terra urbana é bem menor nessas localidades se comparado a Brasília.

Ainda sobre a dinâmica da AMB, Ribeiro & Tenório (2015) utilizam Categorias Sócio-Ocupacionais (CATs)¹², base de uma metodologia do Observatório das Metrôpoles, para identificar topologias socioespaciais que indicam a organização social da AMB por meio do mapeamento da disposição das pessoas no território. Essa metodologia parte da classificação das ocupações que considera tanto as relações de produção quanto o status social, tendo como critérios: 1) relação capital x trabalho; 2) relação trabalho manual x trabalho não manual; 3) relação trabalho de comando x trabalho subordinado; 4) relação trabalho público x trabalho privado. A combinação desses critérios lhes permite afirmar que "em geral, os moradores do centro da capital têm renda e formação superiores e, quanto mais para a periferia, menor a renda e formação educacional dos habitantes" (*Ibid*: 104).

A impossibilidade de permanência em determinados espaços da cidade, bem como a negação do próprio direito à cidade, indica condições em que os indivíduos, segundo Bauman (2000: 14), são "destituídos de formas e meios de sobrevivência", o que tem determinado a precarização da vida das/os trabalhadoras/es não somente nos grandes centros urbanos. Ao afirmar que o mundo está cheio, Bauman (*Ibid*) não se refere a um indicativo quantitativo, mas aponta a dimensão política e social de sua inquietação, pois, segundo este autor, a ausência de um espaço social implica na constituição do que chama de párias da modernidade, aqueles que são considerados inaptos pela sociedade de consumo, sendo eles expulsos e marginalizados, uma forma de exclusão particular no processo de globalização: a exclusão do não-consumidor.

E o espaço, nesse sentido, radicaliza os conflitos da sociedade diante da concepção da cidade para investir, como nos faz lembrar Harvey (informação verbal)¹³, contraposta ao desejo da cidade para viver, onde a exclusão dos mais pobres evidencia a constatação de que “a qualidade da vida urbana [nos moldes atuais] é defeituosa”. Para entender a complexidade na

¹¹ As autoras utilizam os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como base de dados.

¹² Quadro correspondente no Anexo 1.

¹³ Em alguns momentos Harvey é citado com base nos inúmeros discursos/palestras que tem apresentado no Brasil, a exemplo da conferência de encerramento do XIII SIMPURB em 2013 no Rio de Janeiro, de sua participação no Seminário Cidades Rebeldes, promovido pela Boitempo e transmitido em tempo real na internet.

qual estão inseridos os conflitos é importante considerar que estes se acirram nesse início de século sob o marco da intensificação do neoliberalismo, não estritamente como uma política econômica que destrói regras, instituições e direitos para maximização da valorização econômica, mas, principalmente, como uma racionalidade que passa a definir "*a forma de nossa existência*" (DARDOT & LAVAL, 2016).

Essa racionalidade pressupõe a definição de um receituário a partir do qual a ação do Estado, por meio de distintos governos, está voltada a regulação da acumulação; ou seja, que não se trata do enfraquecimento do Estado, mas do seu fortalecimento sob o discurso fortemente marcado pelo empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005). O Estado como agente empreendedor na produção do espaço urbano traduz a ação neoliberal como filosofia política ligada a uma escola de pensamento econômico cujo impacto no processo de produção do espaço "envolve a definição da 'agenda do setor público' ideal para o afloramento de mercados, indicando um nexo causal que parte do Estado em direção à economia" (MAGALHÃES, 2016: 36).

Nesse sentido, Ribeiro (2006) salienta que as políticas urbanas orientadas pelas ideias neoliberais fazem o Estado recuar da sua responsabilidade de implementação dessas políticas gerando forte concentração espacial e profundas desigualdades sociais, o que resulta no que chamou de uma crise societária. No marco dessa racionalidade e dessa crise, a cidade gestada como empresa no interior do planejamento estratégico foi, ainda, um ideário amplamente difundido por Jordi Borja e Manuel Castells ao disseminar o modelo catalão – em especial na América Latina – a partir do "sucesso de Barcelona" (SILVA, 2012).

A cidade, nesse contexto, é posta como um ator político e econômico cuja consolidação do seu novo papel depende "da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e conquistem um amplo consenso público" (CASTELLS & BORJA, 1996: 154). Porém, como construir consenso social sem garantir não somente a participação da sociedade, mas as condições necessárias para que essa participação seja efetiva?

O empreendedorismo urbano tende a introduzir uma racionalidade empresarial na administração pública de modo a constituir os consensos, cuja cidadania participativa encontra

limites na contradição exposta por Gutiérrez¹⁴ entre a lógica da produção (mercantil) do espaço, a lógica da dominação (estatal) e a lógica da apropriação (social), uma vez que esta última passa a ser capturada pela lógica mercantil por meio da dominação estatal.

A mercantilização da vida urbana a partir de modelos de sucesso vela, em realidade, o que Sánchez (1999: 118), identifica como "profundas e questionáveis mudanças na atuação dos governos municipais com relação às suas prioridades na alocação de recursos e compromissos na implementação de políticas", uma vez que essa forma de atuação reforça o fortalecimento do Estado não como promotor de justiça socioespacial, mas como indutor das desigualdades que se concretizam a partir da esfera política-institucional.

Assim, enquanto o ideário do liberalismo clássico buscou alcançar "a vida individual e social como um todo", para além da adaptação compatível com as transformações econômicas, promovendo a mudança do *próprio homem* (DARDOT & LAVAL, 2016: 91), o neoliberalismo soma a isso uma perspectiva que altera

[...] radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. (*Ibid*: 190).

A concepção pensada pelo liberalismo clássico de um domínio da liberdade individual com referência em regras de conduta, coincidindo com a esfera da vida privada, definiu uma ordem tida como "sociedade de direito privado" – expressão do alemão Franz Böhm que Hayek toma para si" (*Ibid*: 165). Contudo, a virada dada pelo neoliberalismo está relacionada "a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova orientação" (*Ibid*: 190), o que Andrew Gamble chamou de "Economia livre, Estado forte."

Um Estado forte em uma economia livre se refere, em realidade, ao desmonte do Estado Social que segundo o neoliberalismo é tido como oneroso e destruidor das "virtudes da sociedade civil" – a honestidade, o sentido de trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade e o patriotismo – e parte da concepção de um discurso que se baseia em argumentos fundamentados na eficácia e no custo, uma vez que, segundo as teses neoliberais:

¹⁴ GUTIÉRREZ, Emilio Martínez. *Introducción: Ciudad, espacio y cotidianidad en el pensamiento de Henri Lefebvre*. In: LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

O seguro-desemprego e a renda mínima são os responsáveis pelo desemprego; os gastos com saúde agravam o deficit e provocam a inflação dos custos; a gratuidade dos estudos incentiva a vadiagem e o nomadismo dos estudantes; as políticas de redistribuição de renda não reduzem as desigualdades, mas desestimulam o esforço; as políticas urbanas não eliminaram a segregação, mas tornaram mais pesada a taxação local. (*Ibid*: 210)

A solidariedade é posta nesse discurso como elemento perverso para a construção social, continua Dardot & Laval (2016: 211), cuja solução se daria no âmbito do comportamento individual:

O “Estado de bem-estar” querendo promover o bem-estar da população por meio de mecanismos de solidariedade, eximiu os indivíduos de suas responsabilidades e dissuadiu-os de procurar trabalho, estudar, cuidar dos seus filhos, prevenir-se contra doenças causadas por práticas nocivas. A solução, portanto, é pôr em ação, em todos os domínios e em todos os níveis, sobretudo do nível microeconômico do comportamento dos indivíduos, os mecanismos do cálculo econômico individual. O que deveria ter dois efeitos: a moralização dos comportamentos e uma maior eficiência dos sistemas sociais.

Assim como o indivíduo deve ser o único responsável pelas suas condições, nesses termos, deve também provar a todo momento o seu valor para a sociedade. E nesse sentido, o Estado passa a ter uma função no processo produtivo, sendo transformado em uma esfera também orientada pelas regras da concorrência e submetida às exigências de eficácia assim como às empresas privadas, e essa transformação vai além da questão econômica.

O Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais. A gestão da população muda de método e de significado. Enquanto no período fordista a ideia predominante era, segundo a expressão consagrada, a "harmonia entre a eficácia econômica e o progresso social", hoje num contexto de um capitalismo nacional, essa mesma população é percebida apenas como um "recurso" à disposição das empresas, segundo uma análise em termos de custo-benefício. A política que ainda hoje é chamada de "social" por inércia semântica não se baseia mais em uma lógica de divisão dos ganhos de produtividade destinada a manter um nível de demanda suficiente para garantir o aumento da produção em massa: ela visa a *maximizar a utilidade da população*, aumentando sua "empregabilidade" e sua produtividade, e diminuir seus custos, com um novo gênero de política "social" que consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da produção social em nome da "adequação à globalização". Portanto, não abandona o seu papel na gestão da população, mas sua intervenção não obedece mais aos mesmos imperativos nem aos mesmos motivos. (DARDOT & LAVAL, 2016: 284)

E não seria nesse molde de gestão empresarial que tem se dado a gestão das cidades contemporâneas nas últimas décadas? Não seria, então, esses indivíduos que oneram o Estado diante da pauperização extrema aqueles excluídos sem meios e formas de sobrevivência

indicados por Bauman? Não seria essa transformação nos custos da ação pública, que subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, o reconhecimento de direitos sociais ligados a cidadania, a base da precarização da vida das/os trabalhadoras/es?

No Brasil, atualmente¹⁵, podemos identificar a prática da racionalidade neoliberal ao observarmos a Proposta de Emenda à Constituição 241 – PEC 241 – para instituição de um "novo regime fiscal" (NRF), cujo discurso está centrado no controle de gastos de modo a pôr em prática uma política de austeridade. Trata-se de uma proposta de alteração dos critérios do cálculo das despesas mínimas para áreas primárias – Educação e Saúde, por exemplo, – cuja correção passaria a ser feita pela variação da inflação do ano anterior no período de 20 anos, o que representa o congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais nesse período.

Segundo Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP)¹⁶, que avalia a PEC 241 considerando a realidade de desigualdade historicamente constituída no país:

A austeridade pode funcionar em casos muito específicos, em países muito pequenos voltados à exportação. [...] Quando você corta gastos, o crescimento cai, a arrecadação cai e o deficit aumenta. Como não adianta, eles vão dizer que é preciso cortar ainda mais. Isso reforça o ciclo vicioso. Na realidade a austeridade só serve a um propósito: desconstruir o Estado [social].

No documento *Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil*, um compendio analítico elaborado por economistas de distintas instituições (entre eles o prof. Pedro Rossi)¹⁷, uma avaliação a partir da PEC 241 aponta que

[...]a austeridade se sustenta em argumentos controversos e até mesmo falaciosos. Entre os principais experimentos internacionais, vem predominando resultados contraproducentes, não resultando em crescimento, tampouco equilíbrio fiscal. O que sim, é menos controverso é que tais experimentos têm como objetivo redesenhar o papel do Estado para atender interesses velados.

A experiência grega, em 2010, indica a piora das condições de crise no país. Embora tenha sido uma política de austeridade imposta de fora para dentro, uma vez que esse país está

¹⁵ Embora a PEC 241 seja uma proposta do governo Michel Temer, com legitimidade questionada diante das condições políticas em que se concretiza após o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, o discurso de austeridade e ajustes fiscais vem sendo delineado efetivamente desde 2014 posto como único caminho para recuperar a economia.

¹⁶ Entrevista do prof. Pedro Rossi à Carta Capital em 26/10/2016. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FPedro-Rossi-PEC-241-e-o-desmonte-do-Estado-social-%2F7%2F37086>

¹⁷ Disponível em http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/10/PEC_241-Austeridade.pdf

inserido na zona do euro, traduziu uma ação que reduziu pensão e elevou a idade de aposentadoria, entre outras medidas, o que fez eclodir manifestações por todo país diante das dificuldades geradas à classe trabalhadora em praticamente todos os seus extratos.

A precarização da vida, nesse contexto, implica considerar que não podemos pensar de forma simplória que as dificuldades vividas na escala local quanto ao acesso a postos de trabalhos, condições de moradia, acesso a saúde, educação e mobilidade urbana, entre outros, está desarticulada dessa estrutura política-ideológica que passa a normatizar a vida. Ou ainda, reduzir a problemática à questão econômica, uma vez que a reprodução do capital na modernidade não mais se restringe à produção de bens, mas diz respeito a produção de um modo de vida cuja normativa perpassa o consumo e se viabiliza por meio de uma concepção política traduzida pelo projeto neoliberal.

A habitação, então, absorvida pela esfera da produção na perspectiva neoliberal traduziria mais uma forma de exclusão que se materializa na metrópole por meio do *habitat*? O *habitat* funcionalizado que restringe os indivíduos às suas condições básicas se impondo como ideologia e prática dilui a prática do *habitar* reprimindo as características elementares da vida urbana que, segundo Lefebvre (1999), estão relacionados às diferentes formas de viver, com valores e culturas distintas.

Enquanto representação do espaço global homogêneo, que se apropria dos elementos do espaço vivido, o *habitat* acaba por obrigar a este espaço o encerramento em caixas, gaiolas, ou máquinas de *habitar* (LEFEBVRE, 1999). Essa produção padronizada pode ser observada nas vilas operárias da era industrial, nos pavilhões construídos ao redor de Paris com a reforma de Haussmann cujo padrão influenciou de certa forma as moradias construídas pelas Companhias de Habitação, as CoHabs¹⁸, ou mesmo os atuais empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na modalidade do Fundo de Arrecadação Residencial (FAR).

A conjuntura neoliberal e a padronização acerca do novo jeito de morar nas cidades, gestadas como espaços de eficiência e competitividade, exige novas formulações por parte das organizações coletivas. Os limites da política urbana diante da orientação do Estado capitalista que põe em prática o projeto neoliberal, em maior ou menor grau a depender dos governos,

¹⁸ Instituídas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) como agentes promotores para o atendimento da demanda por moradia popular. Segundo Azevedo (1988: 111), "As Cohab, empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais, desempenham, na promoção pública de construção de moradias para os setores de baixa renda, um papel análogo ao dos incorporadores imobiliários na produção de residências para as camadas de renda alta".

acabam por explicitar enfrentamentos entre os interesses hegemônicos e os interesses sociais, estes retomados pelos MSUs na construção da utopia que oriente transformações radicais.

1.2. A produção política do espaço: entre a dominação e a resistência

Pensar a cidade enquanto lugar do encontro proporcionando a formação de relações justas social, econômica, política e espacialmente como propõe Henri Lefebvre (2001) é um movimento oposto àquele modelo de cidade empresariada que tem resultado na crescente segregação socioespacial. A cidade como lugar de construções coletivas por meio de apropriação e as lutas reais pela reforma urbana têm na aprovação do Estatuto da Cidade (EC) a efetivação de uma conquista importante, no entanto, esse instrumental parece não ser suficiente para que possamos caminhar rumo a concretização do direito à Cidade. Podemos então questionar: seria de fato essa a questão? Podemos reduzir o problema ao instrumental?

Sabemos que a complexidade da problemática urbana envolve, para além do instrumental e sobrepondo-se a ele, conflitos e tensões entre *interesses* e *direitos* no contexto de um modelo de sociedade e de cidade onde o ato da troca passa a constituir novas relações, sendo ele mesmo “uma atividade produtiva, ou seja, uma atividade capaz de produzir novas relações” (SPOSITO, 1996: 42), uma vez que,

Não se trata assim de mera reprodução das relações produzidas pela base econômica, mas de emergência de novas relações, pois quando essa produção se liga ao Estado e nele e por ele é conduzida, ocorre a produção política da sociedade. Assim, se passa da produção de relações sociais a partir das forças produtivas à produção política pela ação do Estado, que nasce com as instituições e se estende à sociedade inteira por ela – produção política – modificada¹⁹ (*Ibid*: 40)

Assim, a produção política da sociedade, segundo Lefebvre (2008), relacionada à estratégia da ação do Estado na produção de novas relações se fundamenta na associação com o capital para ampliação da ideologia de consumo, conformando relações sociais cujo arranjo político-econômico não é recente, e tem incorporado formas distintas ao longo do tempo. Esse arranjo, no entanto, é estreitado a partir da industrialização, mas o seu aprofundamento substancial tem se dado ao longo do processo de urbanização que supera o processo que lhe deu

¹⁹A base dessa referência é a obra de Henri Lefebvre: De l'État, tome III, Le mode de production étatique, Paris: Union Générale d'Éditions, col. 10-18, p. 157.

origem, conforme a tese de Lefebvre:

[...] a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada no processo de industrialização. Enquanto a maioria dos teóricos e também os “práticos” que procedem de maneira empírica consideram ainda a urbanização como uma consequência exterior e menor, quase acidental, do processo essencial, a industrialização, nós afirmamos o inverso (LEFEBVRE, 2008: 80).

A repercussão do desenvolvimento e consolidação da realidade urbana, ainda em curso, coloca no centro do debate o papel do espaço enquanto dimensão social, diante de um entendimento de que este não é neutro como defendem os tecnocratas, mas político como afirma Lefebvre (2008: 61/62): “O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. [...] O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente”.

A dimensão política da produção do espaço urbano na discussão posta por Pogrebinschi (2009) ressalta o resgate da essência do *político* na obra de Marx e a relevância em se distinguir este da política:

[...] assumo que “o político” deve significar algo distinto da política. Com efeito “a política” encontraria um fim com a revolução que pusesse abaixo o Estado moderno e seu modo de reprodução correspondente. Mas o político irrompe precisamente com a superação desse Estado separado da sociedade civil. Por isso, a tarefa de resgate da essência do político apresenta-se, na verdade, como uma demanda pela reconstrução do seu sentido (*Ibid*: 18)

Essa contribuição nos parece oportuna considerando a reflexão acerca do direito à Cidade e sua utopia, da produção política da sociedade a partir das ações do Estado moderno no contexto do neoliberalismo e as ocupações urbanas como espaços de lutas historicamente constituídas. Mas, quando as urgências se colocam como as ações de resistências urbanas viabilizam a afirmação do político a partir da crítica da política? De que maneira a questão urbana coloca acento nessa discussão?

Em Brasília/DF a problemática da habitação (não sendo esta a única) associada ao planejamento urbano desencadeia intervenções – públicas e privadas – na cidade e tem como principal instrumento de planejamento o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), cuja atualização foi aprovada em 2009. Segundo o PDOT (2009), a habitação de interesse social pode ser viabilizada com apoio de instrumentos como a Operação Urbana Consorciada e a Transferência do Direito de Construir, contudo, sendo o acesso à moradia enquanto valor de uso viabilizado via lógica de mercado – valor de troca – conforma-se uma tensão entre as

necessidades sociais da população como um todo e os interesses e as demandas dos agentes econômicos em torno da propriedade da terra urbana e do capital imobiliário.

A relação entre a política e o Estado, indicada por Lefebvre em seu intenso diálogo com Marx, torna explícito que não se trata de uma redução do primeiro termo ao segundo, como comumente acontece, mas, ao contrário, aponta para a relação/identificação na qual, segundo Marx, a política representa “o modo de organização das coisas políticas no âmbito do Estado moderno” (*apud* POGREBINSCHI, 2009: 30).

Esta relação indica para Marx “o poder organizado de uma classe para oprimir a outra” (*apud* POGREBINSCHI, 2009: 32). Na crítica feita ao Estado moderno, segundo esta autora, Marx apresenta como uma de suas linhas de argumentação a vinculação entre o Estado moderno e à evolução histórica da propriedade privada:

Ao passo que a institucionalização da propriedade corresponde a um determinado modo de produção e a uma determinada divisão do trabalho, o Estado moderno apresenta-se como um ente político erigido a fim de servi-lhes de proteção e garantia. (*Ibid.*: 38)

Tomamos esse argumento como importante orientação a esta discussão uma vez que nos indica a base de constituição das cidades contemporâneas, onde a propriedade privada representa não somente um ponto de tensão e conflito, mas se constitui enquanto contradição central, sendo fundante no processo de construção social no contexto do capitalismo por meio da dinâmica espacial.

Ao resgatar brevemente a história da propriedade privada tem-se um “primeiro” momento onde a “propriedade” estava diretamente ligada ao uso da terra, relacionada no Brasil ao período das sesmarias e ao mercantilismo privilegiando determinada classe social. Em um segundo momento, a delimitação da propriedade privada faz com que a terra seja transformada em mercadoria, segundo Marés (2003: 182) “a modernidade capitalista transformou a terra em mercadoria quando a fez propriedade privada individual e transferível a quem não usa”.

Esse fundamento liberal concede o direito absoluto sobre a propriedade, dando ao proprietário o direito de uso ou não, deixando margem à especulação. Segundo Ferreira (2005), a Lei de Terras instituída no Brasil em 1850, como intervenção do Estado no processo de regulação da propriedade privada, coibiu a pequena produção de subsistência, tendo sido a propriedade fundiária demarcada nas mãos dos grandes latifundiários que se apropriaram de vastas terras do Estado.

Historicamente a intervenção do Estado na economia tem se dado em defesa da manutenção do liberalismo e da economia capitalista, sendo a imposição do uso da terra aos seus proprietários posta como sinônimo de “produtividade”, o que não significou um retorno aos moldes anteriores (*Ibid*). Ao contrário, havendo a promulgação do fim da escravidão a Lei de Terras representou a solução para transferência de poder e riqueza das elites da época: “sua hegemonia não era mais medida pelo número de escravos, mas pela terra que possuía, agora convertida em mercadoria, e o trabalho assalariado podia então se expandir no Brasil, respondendo às pressões inglesas” (FERREIRA, 2005: 03).

Esse processo político-econômico impacta diretamente a dinâmica de apropriação de terras urbanas, e a *relação* campo-cidade, que a nosso ver não deve ser representada pela ideia de oposição ou sobreposição, aponta em um primeiro momento para a centralidade da cidade no que tange seu caráter político-administrativo a serviço da exportação da produção agrícola. O crescimento inicial das cidades no Brasil, portanto, está relacionado à mudança dos grandes latifundiários para os centros urbanos, apropriando-se também de terras urbanas: a cultura coronelista constituída nas áreas rurais migra para cidade em função do poder econômico, mas se estabelece por meio da política, que tem o Estado como principal agente.

Exemplo disso é o domínio coronelista no Distrito Federal (DF) que consolidou a segregação socioespacial na capital federal com as ações do governador Joaquim Roriz a partir do final dos anos 1980. Durante os 15 anos à frente do governo do DF (com intervalos), as mudanças ocorridas na conformação territorial do DF se deram não somente pelo intenso fluxo de migração – que teve aumento de 50% nos anos 1980, mas principalmente pela "política habitacional" colocada em prática com base na distribuição de lotes, o que proporcionou certo “domínio político e econômico sobre o DF”²⁰.

Vê-se que a mais-valia, inicialmente formada no campo cuja produção do espaço está relacionada à produção agropecuária (e à especulação) em grandes extensões de terra, deslocou-se para a produção na cidade como resultado do trabalho social. Contudo, a valorização do solo urbano, diferente das áreas rurais, está relacionada à sua localização (fixa) e a infraestrutura nela existente, atributos utilizados para especulação cada vez mais vinculada ao capital

²⁰ Essa leitura é feita em interessante análise de Francisco Carneiro de Filippo e Érika Lula de Medeiros no artigo *Ensaio sobre a política habitacional no DF*, na revista **Territórios Transversais – resistência urbana em movimento**, um espaço construído pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Frente de Resistência Urbana. Voltaremos a esse debate no capítulo II.

financeiro-imobiliário.

No entanto, segundo Harvey (1980), o solo urbano enquanto propriedade não é uma mercadoria qualquer, e para além da sua localização se diferencia, ainda, por se tratar de um elemento imprescindível a todas as pessoas e cuja frequência de troca entre proprietários também se distingue, entre algumas outras peculiaridades²¹. Ainda assim, as relações de produção e as relações de propriedade são fortalecidas na cidade industrial e o valor de troca não só “ganha” cada vez mais centralidade como passa a ser constituído enquanto base, numa perspectiva macro, para o modelo de cidade excludente no qual a problemática urbana vai sendo sistematicamente reduzida a questões urbanísticas, sendo a habitação, tal como o solo urbano, reduzida a mercadoria.

A cidade industrial que promove maior concentração urbana em função do êxodo rural, expandindo o tecido urbano, passa por um processo denominado por Lefebvre (1999) de implosão-explosão do urbano, este concebido por Lefebvre enquanto “[...] lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens [para que] encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 2001, p.117).

A explosão das formas urbanas relacionado à implosão do sentido desse urbano indica o ponto de inflexão entre a cidade industrial e a realidade urbana que a supera, na qual a atividade industrial estava ligada, antes de mais nada, a *não-cidade*, cuja explosão estende desmesuradamente o espaço urbano, “levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria” (LEFEBVRE, 1999: 23).

E nesse movimento a periferia representa, de certa forma, fragmentos múltiplos e disjuntos da explosão da cidade, ao mesmo tempo em que guarda a insistência, a permanência, a resistência que aponta para o residual. E de modo a neutralizar esse “residual”, dificultando a possibilidade de reconhecimento daqueles que vivem a periferia enquanto parte da totalidade da cidade, engendra-se o que Lefebvre (1999) denominou, com reservas, de uma “lógica de classe”, onde “o poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos)” (*Ibid*: 76). Ainda segundo esse autor, “Ele [o poder político] tem capacidades de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do ‘valor’ criado pelo trabalho produtivo (ou seja,

²¹ Harvey indica seis características de diferenciação do solo urbano enquanto mercadoria. Vide em HARVEY, D. (1977). *Urbanismo y Desigualdad Social*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores.

da mais-valia)” (*Ibid*).

O Estado moderno (capitalista) cumpre esse papel por meio da legislação e dos planos urbanísticos, tendo sido o urbanismo uma ferramenta estratégica para acumulação do capital. A tensão explicitada por aqueles que reivindicam e lutam pelo direito à Cidade aponta para a realidade em que a cidade – o solo urbano, mas também a sua imagem e representação – passa a ser concebida enquanto um grande negócio no qual a questão fundiária – usos e ocupação do solo, a especulação imobiliária e a não democratização dos direitos – compromete a essência da política urbana e inviabiliza, ainda que momentaneamente, a reforma urbana com vistas a toda população.

A Reforma Urbana como instrumento de justiça socioespacial, no contexto da luta pelo direito à Cidade, deve priorizar os interesses coletivos, o que não tem sido parte efetivamente da agenda pública dos governos, e que não deve ser reduzida a melhoria de serviços. Segundo o próprio MTST²² a proposta de Reforma Urbana refere-se a um projeto

[...] de classe, de enfrentamento à cidade do capital” (Idem), tendo, como contraposição, a apropriação coletiva do espaço, a partir dos seguintes eixos: “crítica à cidade-mercadoria, combate ao capital imobiliário em todas as suas formas, defesa das expropriações de terras, questionamento das políticas de cidadania participativa.

Dá-se, assim, a disputa do Estado entre os que têm um projeto de sociedade fragmentada e individualista e aqueles com um ideário coletivo para os quais os espaços públicos enquanto espaços coletivos estão relacionados à disputa por outro modelo de cidade e de sociedade. A luta pelo *direito à Cidade*, nesse contexto, nos proporciona enxergar o espaço da cidade enquanto possibilidade de ruptura com esta racionalidade do capital que nega a cidade em sua dimensão humanizadora.

O direito à Cidade (DC) pensado conceitualmente por Lefebvre na década de 1960, retomado na Carta Mundial pelo DC em 2005, referenciado no Estatuto da Cidade em 2001, mesmo considerando os distintos entendimentos e contextos possíveis, apresenta-se como algo pelo qual efetivamente é preciso lutar diante desse cenário. E ao ganhar “popularidade” em diferentes espaços é preciso ter claro que esse debate não deve ser banalizado, seja no âmbito teórico-conceitual ou nas ações cotidianas de organizações coletiva e/ou institucional.

²² Construindo o Poder Popular. 2008. MTST - Construindo o Poder Popular 2008 - Brigada de Guerrilha Cultural do MTST - sobre a ocupação Silvério de Jesus. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=-Gc1AqkTcq8&feature=player_detailpage

Dessa forma é preciso considerar que a cidade aqui entendida como espaço de lutas e disputas orienta a reflexão acerca desse direito enquanto um direito coletivo, no contexto não somente da disputa dos espaços existentes na cidade, mas da concepção de novos espaços referenciados socialmente a partir de relações justas e horizontalmente constituídas. Ou seja, trata-se de um direito e uma utopia que traduz a expressão política do desejo de retornar à cidade enquanto lugar de encontros e possibilidades coletivas, cuja efetivação, segundo Harvey (2013), depende de agentes governamentais e não governamentais para potencializar o exercício do poder coletivo.

A produção do espaço urbano, portanto, explicita, por um lado, a reprodução das relações de produção e as relações de propriedade, e por outro, as ações de *resistência urbana* empreendidas pelos MSUs nas lutas sociais que, na conformação de uma relação dialética, tem também na centralidade do espaço como produto-produtor²³ da sociedade um componente estratégico nas reivindicações das lutas sociais da cidade como direito (RODRIGUES, 2007).

O espaço compreendido enquanto instância social, na perspectiva de Milton Santos (2004) o espaço geográfico, assume conteúdo humano e social na medida em que, segundo Penna (2000), esse espaço é “modificado e transformado pelo homem por meio de sua relação dialética com a natureza”. O espaço social, nesse contexto, refere-se àquele que incorpora os atos sociais (LEFEBVRE, 2013: 93) situando diferentes práticas espaciais que englobam:

[...] producción y reproducción, lugares específicos y conjuntos espaciales propios de cada formación social; práctica que asegura la continuidad en el seno de una relativa cohesión. Por lo que concierne al espacio social y a la relación con el espacio de cada miembro de una sociedad determinada, esta cohesión implica a la vez un nivel de *competencia* y un grado específico de *performance*. (*Ibid*: 92)

O direito à Cidade, nesse sentido, é resgatado para além dos debates acadêmicos, é incorporado por alguns MSUs ao discurso e, em certa medida, à prática, dando-lhe centralidade também no âmbito da ação. E diante da captura do *habitar* pelo *habitat* enquanto ideologia e prática, Lefebvre argumenta que é preciso reencontrar o sentido do primeiro, destacando que “a casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do ‘ser humano’” (*Ibid*: 79), e ao serem privados desses aspectos passarão a busca-los à sua maneira.

²³ Ferreira (2013) afirma não se tratar de transformar o espaço em sujeito, mas de ter claro o impacto que a produção do espaço tem no cotidiano de cada um de nós.

O “ser humano” (não dizemos “o homem”) só pode habitar como poeta²⁴. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando. (LEFEBVRE, 1999: 79)

“A opção de viver é uma opção política”, afirma Vaneigem (2002) cujo impacto deve ser pensar a objetividade do mundo e a subjetividade dos sujeitos que estão entre as urgências da sobrevivência e a utopia da transformação social – seus desejos, sonhos, conflitos e tensões – afinal, continua esse autor, “não queremos um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio”. A realidade indicada por Vaneigem continua sendo reproduzida como meio de controle e dominação, ainda que em outros moldes:

O que sobra de centelha humana, de criatividade possível, em um ser arrancado do sono às 6 da manhã, sacudido nos trens suburbanos, ensurdecido pelo barulho das máquinas, lixiviado e vaporizado pelas cadências, pelos gestos sem sentido, pelo controle estatístico, e empurrado no fim do dia para os saguões das estações, quando a multidão comunga na fadiga e no embrutecimento? Da adolescência à aposentadoria, os ciclos de 24 horas sucedem-se com seu mesmo estilhamento, como balas acertando uma janela: repetição mecânica, o tempo-que-é-dinheiro, submissão aos chefes, tédio, fadiga. Da aniquilação da energia da juventude à ferida aberta da velhice, a vida é estilhada sob os golpes do trabalho forçado. Nunca uma civilização chegou a um tal grau de desprezo pela vida. Afogada no desgosto, nunca uma geração sentiu uma tal raiva de viver.

A absorção do vivido e do cotidiano desde a sociedade capitalista clássica até a modernidade manifesta a consciência como um simples reflexo, faz com que se perca “toda função ativa à medida que o processo de reificação [...] se estende e penetra no âmago de todos os setores não-econômicos do pensamento e da afetividade” (GOLDMANN, 1977: 165/166). Por isso, a necessidade dos agentes hegemônicos quanto a constituição do mundo do espetáculo, da reprodução de relações sociais baseadas no consumo, onde o homem salvo pela sua transformação em consumidor “tem de se tornar o mais apreciado bem de consumo” (VANEIGEM: 2002, 78).

As resistências aos processos hegemônicos, no entanto, sempre existiram e trazem em si suas próprias contradições, explicitando a impossibilidade de se descolar completamente da sociedade e suas representações. Assim, é importante compreender não somente as representações

²⁴ Em referência à frase de Hölderlin assinalada por Heidegger: “O homem habita como poeta”.

hegemônicas construídas, mas, como estas são absorvidas e recriadas no âmbito do cotidiano de luta e de resistência urbana.

1.2.1. *Entre as necessidades imediatas e as necessidades cultivadas: a luta*

Entre assembléias, ocupações e atos públicos é recorrente o discurso de que "somente a luta muda a vida" como referência à importância da mobilização popular frente às condições socioespaciais às quais estão submetidos. Dialeticamente, portanto, mudar a vida através da luta social seria optar por condições além da sobrevivência, o que nos leva a pensar, então que somente a busca pela Vida é capaz de tudo transformar.

A construção da *práxis* para essa transformação remonta à ideia do homem como um *ser* de necessidades como algo inerente que “aparece e reaparece como fundamento” (LEFEBVRE, 1977: 181) que se apresenta numa perspectiva individual, mas também como necessidades sociais e políticas conforme indica Lefebvre:

Nada existe que não corresponda a uma necessidade ou que não suscite necessidade. Mesmo o que parece mais afastado na cultura e na técnica. Com maior razão na vida econômica. Se existem necessidades individuais (que só se satisfazem socialmente), existem também necessidades sociais propriamente ditas e necessidades políticas, necessidades imediatas e necessidades cultivadas, necessidades naturais e artificiais, reais e alienadas. (*Ibid*)

A *práxis* que compreende as relações entre os seres humanos (LEFEBVRE, 1977: 183) requer a “reabilitação do sensível e a restituição [...] do prático sensível” (*Ibid*: 181) no sentido de resgatar o fundamento do ser confrontando as estratégias hegemônicas, conduzindo-nos à compreensão prática das experiências para além da mercadoria:

Fonte de inesgotável riqueza a ser conquistada, o prático-sensível nos conduz à *práxis*. Ele possibilita incessantes revelações, bastando abrir os olhos para que se perceba a amplidão da *práxis* nesta obra humana que vai até às paisagens, às cidades, aos objetos de uso corrente, como aos objetos raros (obras-de-arte). A unidade do sensível e do intelecto, da natureza e da cultura, se nos oferece de todos os lados. Nossos sentidos tornam-se teóricos, como diz Marx, e **o imediato revela as mediações que envolve**. O sensível nos conduz à noção de *práxis* e essa descortina a riqueza do sensível (LEFEBVRE, 1977: 181) [negrito nosso]

As necessidades cultivadas são reveladas por meio da *práxis* no imediato da vida cotidiana, através das banalidades que fazem com que a descoberta do cotidiano seja a expressão reveladora de sua riqueza escondida (LEFEBVRE, 1991: 16). Sob a perspectiva dialética reafirmamos que não se pode admitir que o mundo da mercadoria seja único e total, embora saibamos de sua hegemonia e poder.

A possibilidade de construção de espaços de representação a subverter a ordem reduzida ao consumo se dá, entre outros fatores, pelas experiências de necessidade imediata que implica na sobrevivência ampliada. O condicionamento hegemônico à sobrevivência, contraditoriamente, não elimina as possibilidades de sua subversão considerando que muitas pessoas subjugadas, de certa forma, não têm muito mais a perder, visto que, em tese, estão vivos, mas não gozam da vida em sua totalidade.

O discurso de que "não temos mais nada a perder", como resultado da experiência vivida, é recorrente nas falas daquelas/es que chegam nas ocupações urbanas do MTST, e este está vinculado, em certa medida, não somente à insatisfação de suas necessidades individuais, mas, principalmente, à sua indignação as necessidades sociais e políticas ao se darem conta de que são tratadas/os como se não tivessem direito a ter direitos, uma vez que mesmo sob o discurso concebido de que vivemos em uma democracia e que esta promoverá justiça e igualdade, vivenciam cotidianamente a repressão, a discriminação, e a desigualdade nos mais diversos setores e momentos da vida.

Assim, no âmbito das necessidades imediatas, que coexistem com as necessidades cultivadas, o espaço pode ser representado como lugar pelo qual se luta, onde a casa tem mais que o sentido de uma mercadoria, e a vida urge por mais que os bens materiais existentes. É certo que a organização de ações de resistência urbana sofre impactos com essa relação dialética entre o que é essencialmente necessário e aquilo que nos fazem pensar que precisamos, sem ao menos avaliar friamente se essa é uma necessidade real. Nesse contexto a ação dos MSUs desempenha um papel importante, tanto frente aos agentes hegemônicos quanto na formação da base popular, ao colocar em questão esse modelo onde nós mesmos, muitas vezes, somos tidos como produtos, seja para a produção, seja para o consumo.

A luta e a resistência não estão imunes à força das representações sociais hegemônicas constituídas. Contudo, são os atores que podem e/ou querem construir outras representações sejam estas relacionadas à identidade cultural e espacial ou mesmo à história, tendo em vista

que a construção da historicidade fortalece as organizações coletivas tanto quanto a identificação espacial com os lugares pelos quais lutam e reivindicam. A banalização, assim como aquilo que é trivial pode desvelar muitos signos desse modelo de sociedade. A supressão da rua como ação de controle da rua para manutenção da ordem demonstra que “existem cem maneiras de estar do lado do poder. [No entanto] Só existe uma maneira de ser radical” (VANEIGEM, 2002: 71).

Para Vaneigem (2002: 71) existe uma “terceira força, com todas as paixões individuais que alimentaram as insurreições!” frente às abstrações concretas que tentam manter a urgência e a emergência da sobrevivência ampliada. Isso porque a vida não pode ser suprimida; as suas dimensões política, social e cultural com base no espaço vivido dão às experiências no cotidiano outro conteúdo, nem sempre completamente descolado da perspectiva social dominante, mas também não totalmente adequada a ela.

A narração inicial de Vaneigem, no capítulo *Abstração mediatizada e mediação abstrata*, mostra de forma interessante e criativa questionamentos e sensações quanto ao que está preestabelecido, o que, no entanto, não pode ser concebido como algo definitivo.

Que trilha é essa na qual, ao me procurar, acabo me perdendo? Que cortina é essa que me separa de mim mesmo sob pretexto de me proteger? E como me reencontrar nesses fragmentos desintegrados que me compõem? Avanço a uma terrível incerteza de que um dia eu consiga me apoderar de mim. Tudo se passa como se meus passos me precedessem, como se pensamentos e afetos seguissem os contornos de uma paisagem mental que eles pensam criar, e que na realidade os modela. (VANEIGEM, 2002: 105)

Cientes de que “a luta é desigual” (*Ibid*: 112), reconhece-se no âmbito das ações dos MSUs que não se pode deixar de considerar “a mentira”, como trata Vaneigem se referindo à ideologia concebida, sendo preciso aprender a introduzir o que chamou de verdade corrosiva. Segundo ele “o agitador não age de outra forma: dá às suas palavras e aos seus signos um peso de realidade vivida que tira todos os outros do lugar. Ele os *subverte*” (VANEIGEM, 2002: 113). A vida ressurgue no cotidiano também e por meio da luta e da resistência e há aí uma comunicação silenciosa numa disputa que visa a inversão de perspectiva onde o conhecimento é substituído pela *práxis*, “a esperança pela liberdade, a mediação pela vontade do imediato” (*Ibid*: 198), consagrando “o triunfo de um conjunto de relações humanas baseadas em três princípios inseparáveis: a participação, a comunicação, a realização”.

O processo de formação territorial em Brasília/DF traz evidências dessa discussão: a cidade que surge do plano traçado pelo urbanista, conforma-se para além dele, a partir de um

conjunto de ocupações que deveriam ser dissipadas ao final da construção da nova Capital, apresentando tensões que se contrapõem à harmonia com a qual, ou para a qual, fora idealizada. As/os trabalhadoras/es empobrecidas/os que passam a viver na cidade dão a ela outra representação a partir da experiência vivida.

CAPÍTULO II – AS OCUPAÇÕES URBANAS EM BRASÍLIA/DF: DA CONCEPÇÃO DA CIDADE IDEAL AOS CONFLITOS DO ESPAÇO VIVIDO

Em uma tarde de sábado conhecemos outra cidade. Uma área onde a paisagem fica mais árida com a ausência quase completa de arborização, as ruas “bem cuidadas”, com jardins floridos na rotatória, dão lugar a ruas esburacadas, com calçadas quebradas, cortadas por ruas secundárias sem asfaltamento. Os relatos de conflitos e o trânsito de carros importados nessa área tão precária denunciam a problemática das drogas que fez com que uma senhora, ao nos contar sobre os primeiros momentos daquele lugar, resolvesse ajudar outras mães no cuidado de suas filhas e filhos, que resultou em um trabalho social na comunidade que hoje conta com diferentes colaboradoras/es. Em outro ponto da cidade, vem do lixo o sustento de muitos, com péssimas condições de saneamento básico, educação, saúde, segurança, onde a violência, de todos os tipos, é recorrentemente explicitada.

Essas realidades retratam as condições precárias no Sol Nascente e Pôr do Sol – localidades da Ceilândia – a primeira delas considerada em 2013 pelo IBGE como a maior favela do país, a frente inclusive da Rocinha/RJ. A segunda localidade é a Estrutural, Região Administrativa que se formou a partir das atividades do lixão a céu aberto existente em Brasília e tem forte resistência de seus moradores quanto à remoção dos moradores, apesar dos riscos de saúde. Estes são alguns exemplos atuais de um longo processo de ocupação do espaço da cidade que começa com a sua construção. Antes mesmo da sua inauguração, em 21 de Abril de 1960, Brasília/DF não estava mais circunscrita somente no Plano Piloto desenhado por Lucio Costa e construído sob orientação urbanística de Oscar Niemeyer.

É necessário, portanto, que o primeiro exercício analítico esteja direcionado a esclarecer o nosso entendimento sobre essa cidade que apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal mais altos do país (IDHM) – 0,824 em 2010²⁵ – ao mesmo tempo em que apresentam uma das maiores desigualdades socioespacial. Ou seja, de que maneira está composta de fato a cidade em sua totalidade socioespacial? Quais os conflitos e tensões que a compõem? De que maneira essa concepção do novo e moderno se constitui como mito diante do

²⁵ Valo acima do IDHM Brasil que em 2010 foi calculado em 0,699. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/brasil_df

processo de ocupação da cidade?

Sobre a concepção da cidade de Brasília/DF e o processo de sua construção há vasta bibliografia que, segundo Quinto Jr e Iwakami (1998: 55), se apresentam desde aqueles com "teor ufanista/historicista que procuram manter a visão mitológica da cidade enquanto símbolo da utopia da nova sociedade brasileira" até análises que buscam, em realidade, "desmistificar esta visão messiânica de 'nação-potência'". A ideia de romper com o passado do país considerado arcaico com a criação "do novo" parece se encaixar como um dos mitos da modernidade exposto por Harvey em seu livro *Paris, capital da modernidade* (2015).

A ideia disseminada de que "não havia nada" nessa área central do país além de cerrado e algumas poucas fazendas, até a construção da imponente Capital Federal, parece se articular à concepção da modernidade que emerge sem que nenhuma recordação (material ou simbólica) fosse capaz de indicar referências pertinentes ao passado. É como se o moderno, na sua gana de se impor, no limite, pudesse simplesmente destituir o passado de qualquer existência digna de crédito. Assim, prossegue Harvey (2015: 11), "[...]a modernidade sempre diz respeito à 'destruição criativa', quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário".

Brasília nasce de um projeto utópico de "nova cidade" cujo projeto – o Plano Piloto – é considerado por Carpintero (1998) como *simbiótico*, por "procurar fundir pensamentos urbanísticos de um período, como os da Cidade – linear, Cidade – jardim e alguns dos princípios da Carta de Atenas" (LAUANDE, 2007). E seu projeto foi desenvolvido em meio as ações de integração do país o que demarca o pensamento desse momento histórico no qual, segundo Lucio Costa (2001), há um empenho na construção do que chamou de um *novo Brasil*, "voltado para o futuro e já senhor do seu destino".

O "bom urbanismo" colocado acima das ideologias por Costa (1995) é utilizado por ele como algo que deve ocorrer tanto em um sistema político autoritário quanto em um modelo liberal, uma vez que os profissionais responsáveis não deveriam se submeter ao que chamou de caprichos políticos. Essa concepção deixava transparecer o ideário de que nesse modelo, por meio da forma conceitual da cidade, seria possível harmonizar os conflitos de classe neutralizando as contradições que são expressas com a negação sistemática aos trabalhadores migrantes de melhores condições de vida, e a permanência em muitos dos locais que ocuparam ao longo da construção da cidade, assim como no período de sua consolidação.

A utopia da cidade planejada se choca com tudo aquilo que aparece como não planejado, e a reprodução do padrão de urbanização na Capital Federal aponta a heterogeneidade da cidade diante das diferentes estratégias de apropriação da terra urbana. Consideraremos, então, um primeiro momento em que faremos a referência ao contexto em que ocorrem as ocupações, lutas e resistências pela posse da terra em Brasília/DF a partir de sua concepção, de modo a explicitar a composição da cidade em sua heterogeneidade. Em um segundo momento iremos apontar as ações de resistências e as ocupações urbanas no contexto dos MSUs atuais, introduzindo a atuação do MTST em Brasília/DF.

2.1. Entre a monumentalidade da "cidade nova" e as urgências da cidade real

Brasília de fato não é uma cidade comum. Querer descobri-la, vivenciá-la, como uma cidade dita “normal” pode causar imensa frustração, mas assumir suas particularidades como algo positivo pode resultar em grandes surpresas. Sua concepção, em si, já a diferencia, mas a reivindicação de seus espaços por aqueles que a construíram traz algo de similar a outras cidades brasileiras, ainda que com particularidades.

Passados 56 anos de sua inauguração e quase 60 anos do início de sua construção, tem-se na Capital Federal todos os padrões globais de desigualdade e injustiça social diante da intensa valorização da terra urbana associada ao capital imobiliário, que orientado pela política neoliberal acentua a problemática da habitação e sua centralidade na produção do espaço urbano da cidade. A configuração espacial de Brasília demonstra como sua condição física, a concepção idealizada para a construção dessa cidade e as relações sociais que aí se desenvolvem evidenciam o espaço produzido socialmente, como aponta Lefebvre (2013: 47) ao afirmar que:

el espacio es un *producto social*. No se plantea pues como mero hecho de la naturaleza modificada ni como resultado de una cultura, sino del *producto* de una segunda naturaleza (la sociedad urbana) que es y ala nuestra – y como producto no hace referencia a un simple objeto o cosa, sino a un conjunto de relaciones. [itálico no original]

Embora se trate de uma cidade “jovem”, acumula uma diversidade de relações e ações que lhes foi atribuindo sentido, para além da sua forma monumental, cujo espaço físico se conforma a partir do espaço pensado pelo plano para conformar um espaço social controlado e direcionado pelo planejamento urbanístico caracterizado pela tecnocracia. A construção física

de Brasília, “preenhe de projetos e símbolos”, como indica Ana Clara Torres Ribeiro ao prefaciar a obra de Nunes (2004: 07), desencadeou uma série de inquietações que, ao longo do tempo, vão sendo resolvidas, reforçadas e/ou reformuladas.

A habitação, nesse contexto, sempre figurou a história de Brasília de forma protagonista, e marcou o processo de produção do espaço urbano na Capital Federal de maneira bastante particular, ainda que reproduza padrões globais presentes nas grandes cidades do Brasil e do mundo. A especificidade de Brasília diante do plano e o planejamento, traçados para conceber a nova capital do país, não a isola do processo de urbanização do Brasil à época. Ao contrário, segundo Ferreira (1985: 44), o fato de ser criada a partir da especificação prévia do uso da terra urbana “não a torna totalmente diferente das demais cidades brasileiras, nem dissociada do processo de urbanização do país”.

Já Silveira (2008: 18) aponta para os termos da urbanização nesse período (1950/60), que se caracterizaram pela “escassez de habitação e de equipamentos coletivos, alimentando o círculo vicioso da pobreza”, ou seja, na prática o planejamento da cidade foi pensado com aquela referência em meio às tensões que envolvem esse padrão de urbanização. Antes mesmo da inauguração, em torno da área central – Plano Piloto de Brasília – foram formados diversos núcleos urbanos delimitados, muitas vezes, sem qualquer infraestrutura urbana e garantia de posse aos novos moradores²⁶.

Estas áreas delimitadas na periferia do quadrilátero foram definidas pela ação estatal como solução para as ocupações *espontâneas*²⁷ – chamadas na literatura referente à Brasília de *invasões* em função da irregularidade/ilegalidade – que cresceram próximo a área planejada, o que levou a ações sistemáticas de remoção dessa população. Em meio a essa Brasília assumiu desde o primeiro momento uma forma associada, para além de sua monumentalidade e as estruturas de poder²⁸, à permanência, à luta e à resistência de diferentes grupos de

²⁶ O Processo de desapropriação das terras do novo DF foi iniciado pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital (1955-1958), mas não foi concluído. Ainda assim, mais de 50% do território do DF é de propriedade do Estado. Farias (2006: 15) indica que “A Comissão nomeada pelo então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, tinha como objetivo apressar o processo da mudança da capital para uma região demarcada, previamente, no território daquele Estado. Mesmo antes da posse de Juscelino Kubitschek, ainda em dezembro de 1955, a Comissão de Cooperação já havia realizado a primeira desapropriação”.

²⁷ O termo *espontâneo* não é utilizado aqui como equivalente de um processo natural. Ao contrário, trata-se de uma referência ao fato de que as áreas ocupadas ao longo da construção de Brasília estavam relacionadas ou a localização das construtoras/obras, ou a localização das áreas comerciais; não houve uma ação organizada, muitas vezes nem mesmo por parte do Estado, e o tamanho das ocupações existentes não estava previsto.

²⁸ Ao pensar a construção de Brasília existia no plano de Lúcio Costa a intenção de criar as cidades satélites como apoio às demandas do Plano Piloto de Brasília. No entanto, essa seria, segundo o plano, uma intervenção futura, que se antecipa em função da dinâmica impressa pelas ocupações dos trabalhadores. Essas cidades-satélites são

trabalhadoras/es pela fixação em terras do Distrito Federal, ainda que muitas vezes essa faceta da cidade seja velada pelo mito construído em torno do símbolo de modernidade a ela atribuído.

No período de implantação/construção da cidade alguns núcleos periféricos já foram criados, passando a compor o município de Brasília/DF como uma "cidade-satélite", atualmente denominadas Regiões Administrativas (RAs). Não pretendemos com isso resgatar a ideia de que "*a cidade é uma só*", mas considerar que na heterogeneidade da cidade está posto um processo no qual há como ação prioritária a preservação do plano concebido afastando esses aglomerados populacionais de trabalhadoras/es, mas não se desvinculando deles, não sendo possível isolar a cidade idealizada, como pretendia Israel Pinheiro²⁹.

O que levou à criação das cidades-satélite foi a necessidade de dar respostas à maneira como se processou a atração da mão-de-obra para a construção de Brasília, que se transformou numa antítese das propostas originais de se criar uma capital isolada das massas urbanas e dos migrantes que iniciavam um processo de transformação radical das cidades brasileiras.

A história de Brasília desde a sua fundação está marcada por um longo processo para erradicar as chamadas 'invasões', como ocorreu na Vila IAPI em 1971 (formando Ceilândia), assim como todas as tentativas de conter os fluxos de migrantes (governo Lamaison, governo José Aparecido). (QUINTO JR & IWAKAMI, 1998: 63)

A dinamização gerada pela construção da cidade resultou no crescimento populacional de trabalhadores migrantes, e as ações de remoção deixam claro que estes não seriam absorvidos nos limites do Plano Piloto, tendo em vista que a destinação dessa área foi claramente definida a partir da função político-administrativa da cidade. A preservação dessa função faz com que sejam definidas as primeiras remoções ordenadas pelo Estado, o que inicia, segundo Ferreira (1985: 51), um processo de seletividade espacial e de segregação.

Desse processo se origina Taguatinga (RA III), instituída em 1958 para absorver toda a ocupação da "favela Sarah Kubitschek" (próxima à Cidade Livre). Em 1960, a população que ocupava a Vila Amaury – área de acampamento de uma das construtoras com atuação na construção, alagada pelo lago Paranoá – foi removida para formação do Gama (RA II) (Mapa 1). Nesse mesmo ano foi criada, ainda, Sobradinho (RA V), que teve o planejamento urbanístico concebido pela Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – e junto com Taguatinga

chamadas de Regiões Administrativas diante da composição econômica, política e social que muitas delas assumiram ao longo do tempo independente do Plano Piloto de Brasília; a nova denominação foi determinada pelo Decreto nº 19.040 de 18 de fevereiro de 1998, disponível em <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=19040&xtAno=1998&txtTipo=6&txtParte=.>>.

²⁹ Responsável da Novacap pela coordenação da construção e inauguração de Brasília.

e Gama somente em 1967 passam a condição oficial de "cidades-satélite" (CODEPLAN, 2014: 19).

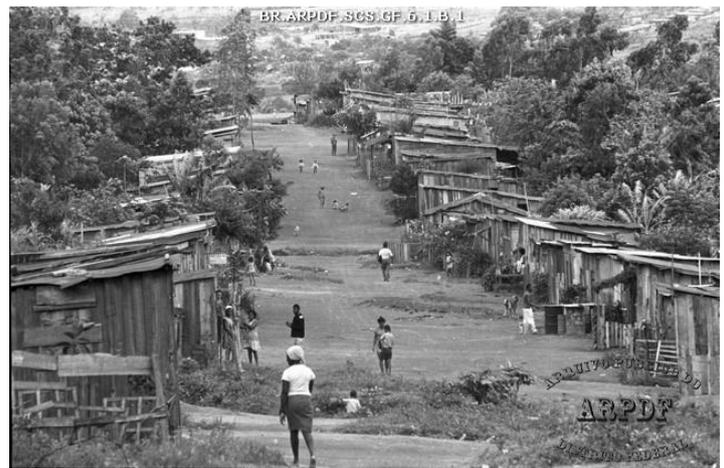
O Paranoá (RA VII), que se origina de um acampamento de trabalhadores foi criada em 1964 diante do crescimento populacional, que nesse ano já contabilizava 3000 moradores (CODEPLAN, 2013a: 16), tendo sido fixado próximo à barragem do Paranoá. E uma das maiores expressões das ações de remoção se refere ao aglomerado de ocupações periféricas da Cidade Livre – atual Núcleo Bandeirantes – que deu origem a Ceilândia (1971), uma das RAs mais populosas de Brasília/DF. É resultado da Campanha de Erradicação de Invasões – CEI³⁰ – (1971) promovida pelo Estado contra a Vila IAPI (Figuras 3 e 4), as Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, dos Morros do Querosene e do Urubu, Curral das Éguas e Placa das Mercedes.

Figura 3 – Vista aérea da ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 12/12/1963



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

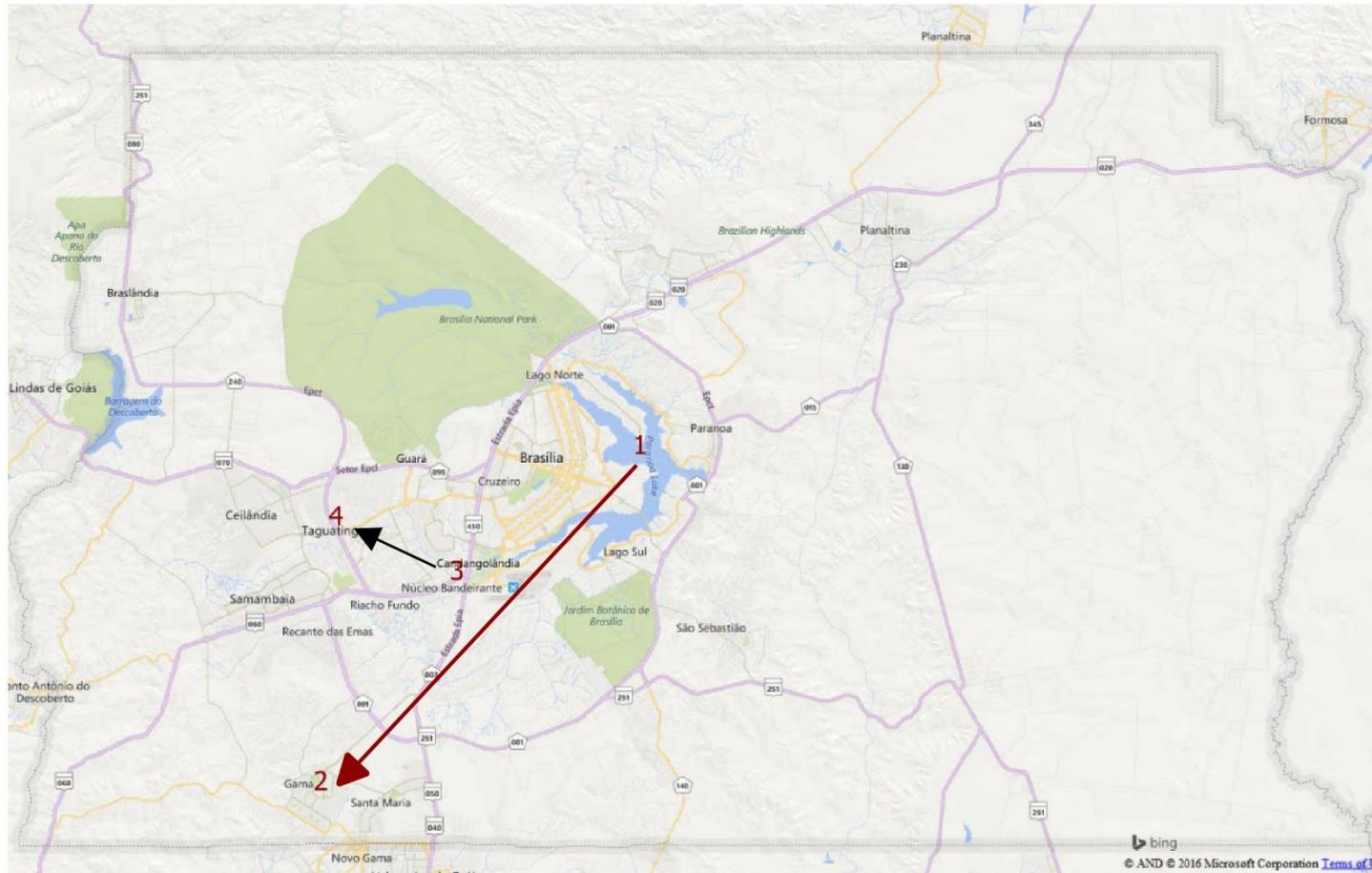
Figura 4 – Ocupação do IAPI (Núcleo Bandeirantes) em 15/05/1969



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

³⁰ A sigla dessa ação dá nome a esta RA: Campanha de Erradicação de Invasões – CEI^{lândia}.

Mapa 1 – Ocupações removidas no Distrito Federal (1958-1960)



Legenda

Origem das Ocupações

1 Vila Amaury

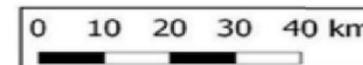
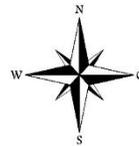
3 Vila Sarah Kubitschek

Destino das Remoções

2 Gama

4 Taguatinga

→ 4.000 habitantes



Sistema de Coordenadas Geográficas e DATUM SIRGAS2000
Elaboração: Ananda de Melo Martins e Aryanne Audrey Rodrigues

Foram removidos aproximadamente 82 mil moradores (FILIPPO & MEDEIROS, 2014) (Mapa 2), e a constante chegada de migrantes ao Distrito Federal fez com que vários setores fossem criados através do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social. (CODEPLAN, 2013b: 16). Essa periferia formada como "espaço da reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e sua implementação" representava no início da década de 1970 um percentual de 66% da população urbana do DF (FERREIRA, 1985: 51), cujo movimento pendular diário entre centro e periferia era de 60.000 pessoas a uma distância de 130 km ida e volta (BARBOSA & PAVIANI, 1972). Nesse contexto, “da concepção urbanística à modelagem atual [em meados da década de 1980] do aglomerado urbano de Brasília desenvolveu-se um processo de produção do espaço da cidade” (*Ibid*: 50). A interação do processo de urbanização nacional com o plano urbanístico e a destinação do uso da terra resulta na organização do espaço desse aglomerado e sua distribuição entre as RAs que foram sendo criadas ao longo do tempo³¹.

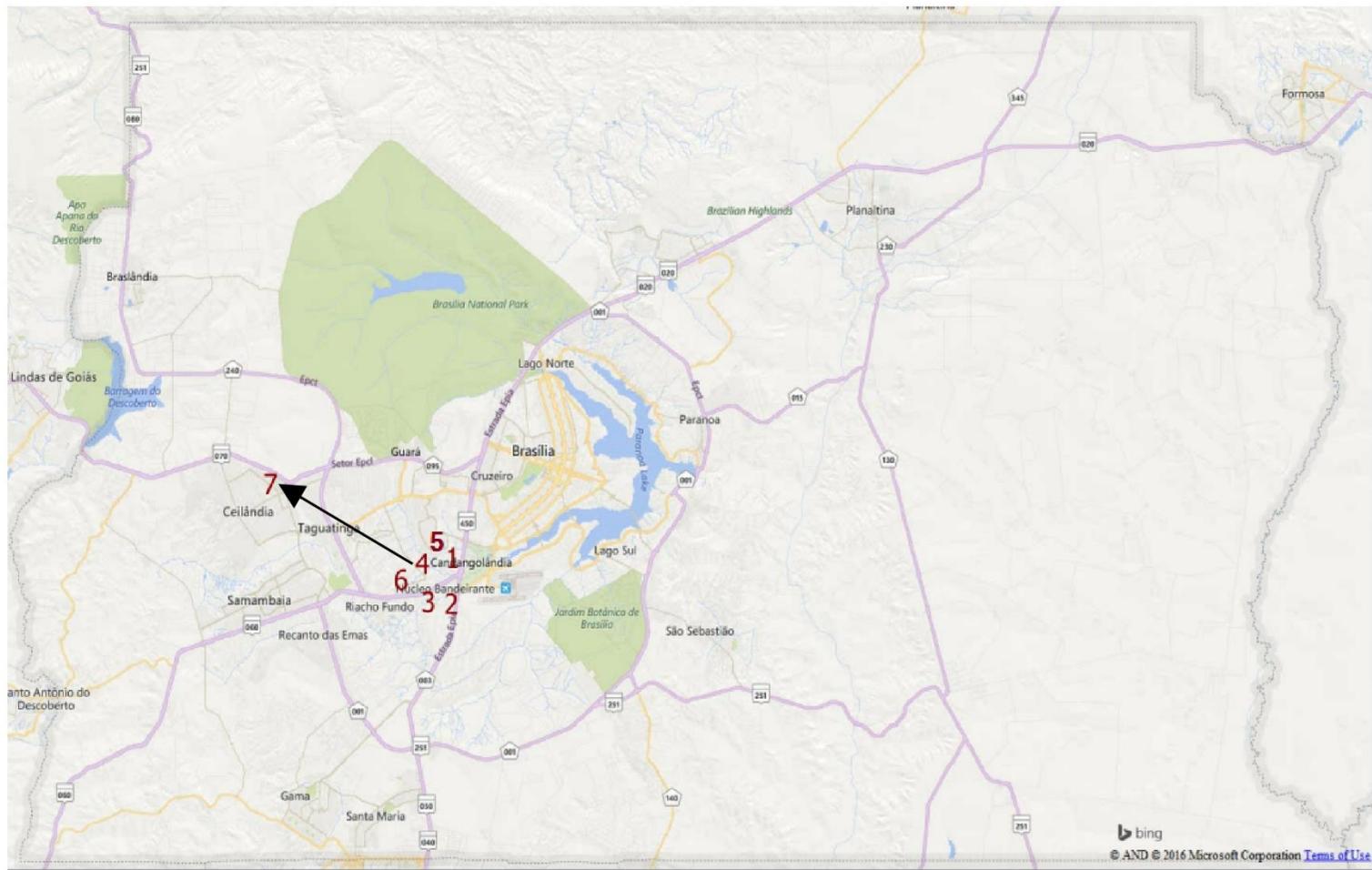
Apesar da efetivação das remoções (Figuras 5 e 6) houve resistência. Segundo depoimentos registrados (SOUSA, 1998; GUIDI, 2013), os candangos³² não queriam deixar as vilas e as relações de vizinhança formadas, embora alguns tenham sido convencidos pela possibilidade de acesso à propriedade do lote. A transferência representou, de certa forma, a ressignificação que essa população teve que empreender de suas demandas, uma vez que as condições de remoção e instalação continuaram precárias, e os anos de consolidação dessas áreas se caracterizaram pelas dificuldades diante da ausência de infraestrutura e das longas distâncias a percorrer. Fato é que a remoção enquanto imposição indica a tendência segregadora e discriminatória que distingue a população social e espacialmente (GOUVÊA, 1999).

Ao mesmo tempo, parte da população que recusou a “proposta” de transferência e decidiu se organizar pela reivindicação da fixação, enfrentou a determinação coordenada no âmbito do Estado e conquistou, depois de muita luta, a permanência no lugar habitado, como é o caso emblemático da Vila Planalto, às margens da L4 Norte, da Vila Telebrasília, às margens da L4 Sul – esta última apesar de ter tido parte das famílias removidas teve sua fixação reconhecida no início dos anos 2000 – e mesmo parte da população do Núcleo Bandeirantes (RA VIII), antiga Cidade Livre.

³¹ Anexo 2 – Lista de RAs e períodos de criação.

³² Como eram chamados os trabalhadores que vieram construir a cidade, a maioria do nordeste brasileiro.

Mapa 2 – Ocupações removidas no Distrito Federal (1971)



Legenda

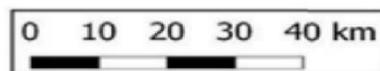
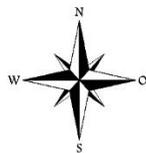
Origem das Ocupações

- 1 Vila IAPI
- 2 Vila Tenório
- 3 Vila Esperança
- 4 Morro do Querosene
- 5 Morro do Urubu
- 6 Placa das Mercedes

Destino das Remoções

7 Ceilândia

→ 82.000 habitantes



Sistema de Coordenadas Geográficas e DATUM SIRGAS2000
 Elaboração: Ananda de Melo Martins e Aryanne Audrey Rodrigues
 Fontes: Bing Road (Openlayers)

Figura 5 – Remoção de barracos para Samambaia em 13/04/1989



Foto: Rodolfo Stuckert /Fonte: Arquivo Público do Distrito

Figura 6 – Barracos da ocupação na Telebrasilândia removidos para Samambaia em 22/02/1991



Foto: Luiz Cruvinel /Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A luta pela fixação em Brasília/DF, nas ocupações originais – sejam estas os acampamentos de construtoras ou aglomerados em torno das áreas comerciais – ou nos locais para os quais foram transferidos nesse primeiro momento, evidencia uma dimensão da *resistência* que está sobreposta em relação dialética com a necessidade de sobrevivência inicial, uma vez que reivindicam o reconhecimento e regulamentação da fixação nos locais em que já construíram vínculos e relações sociais, além da proximidade do trabalho e/ou a possibilidade de ter que realizar menor deslocamento, e o fazem por meio da organização coletiva, ainda que em certa medida.

O *Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante* foi um dos principais movimentos de caráter popular que se caracterizou, segundo depoimento de um dos seus integrantes, pelo sentido de comunidade responsável por dar à ação de resistência urbana um forte caráter de coletividade. Isso porque, ainda segundo esta autora (SOUSA, 1998: 187), estava expressa nas falas “uma sociabilidade nascente permeada pela solidariedade, onde cada um se sentia responsável pela causa de todos”.

Outra forte referência de resistência urbana no período de consolidação da cidade foi o *Movimento Os Incansáveis da Ceilândia*, em 1979. Este movimento empreendeu a luta pela regularização dos lotes ocupados sob a coordenação do governo do Distrito Federal à época da Campanha de Erradicação de Invasões (1971). A *Comissão dos Incansáveis Moradores da Ceilândia*, segundo Guidi (2013), questionava a alteração implementada em 1979 quanto à cobrança de preço de mercado pelos lotes, que dentro da política social do governo deveria ter

preços simbólicos compatíveis com a renda como indicado no momento da remoção³³. A comissão questionava: “Por que vamos pagar esse preço se a gente veio para cá tudo na mesma época e sofre as mesmas privações? Como fica agora nossa situação de povo trabalhador que construiu a capital do nosso país? ” (GUIDI, 2013: 63).

A reivindicação de questões objetivas relacionadas à habitação e a infraestrutura urbana desvela elementos subjetivos onde as/os trabalhadoras/es buscam reconstruir um ambiente de vizinhança, formas de identidade coletiva e uma sociabilidade na qual se comparte os momentos de privação na cidade, e em função desta privação também passam a compartilhar a luta organizada que resultou em diversas mobilizações populares ao longo da década de 1980. O Movimento dos *Incansáveis da Ceilândia* demonstrou força da organização coletiva entre as/os interessadas/os na regularização de seus lotes, mas também o poder agregador e mobilizador deste em relação a outras entidades, considerando o apoio de diferentes sindicatos, associações, e da própria OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) seção DF.

De certa maneira, Brasília/DF estava sincronizada com o movimento nacional que neste momento (década de 1980) desencadeia nos bairros de periferia urbana em várias outras cidades do Brasil a organização da população em “luta pela obtenção de bens e serviços de consumo coletivo, colocando em cena novos atores políticos e contribuindo assim para a formação de novos sujeitos coletivos, novas práticas e formas de fazer política por meio das organizações de base”³⁴ (SADER *apud* GUIDI, 2013:86). A vitória dos Incansáveis da Ceilândia em 1986/87, após quase uma década de enfrentamento, indica as ações de *resistência urbana* constituídas além da demanda material, mas relacionada à possibilidade de vida digna.

A luta por justiça assume um caráter popular que mobiliza a organização e gera uma identidade coletiva, ainda que essa forte mobilização tenha se enfraquecido ao longo dos anos em função da ação burocrática da justiça brasileira, e se dissipando a partir da conquista histórica frente à TERRACAP, quando, em última instância, foi dado ganho de causa às 468 famílias que iniciaram o processo judicial. Posteriormente, a sentença em favor dessas famílias foi estendida por reivindicação do movimento às outras famílias que estavam em situação similar, ainda que não tivessem composto o processo judicial; assim, as famílias removidas para

³³ A referência do acordo inicial está na Resolução 75/1971 da Novacap que, segundo Guidi (2013: 67) “na ocasião havia levado em conta as condições econômicas dos removidos [...]”.

³⁴ Recife foi uma das cidades com movimentos de bairros históricos nesse período que com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base desenvolveu atividades políticas importantes na década de 1980. Vide MARTINS (2009).

Ceilândia sem oferta de qualquer infraestrutura conquistaram o direito de realizar o pagamento do lote de acordo com a Resolução 75/1971 da NOVACAP.

Se por um lado a experiência de lutas³⁵ na Ceilândia foi um território fértil na composição de relações de solidariedade voltada à ação coletiva; por outro, a intensa e contínua fragmentação da própria Região Administrativa dividida em diversos setores foi vista por Guidi (*Ibid*: 158) como um obstáculo à formação/consolidação dessa identidade comum, elemento importante no processo de mobilização e luta social. Nesse início do século XXI – mais de 20 anos após a ação dos *Incansáveis da Ceilândia*, nota-se uma recomposição progressiva diante das estratégias de acumulação do capital.

Assim, tendo o próprio governo do Distrito Federal induzido a ocupação dispersa e periférica, observa-se nestas áreas a concentração do incremento da população urbana da cidade – no período de 1970-1975 de um total de 68,8%, apenas 3,6% refere-se ao Plano Piloto de Brasília (GONZALEZ, 1985). Além da CEI, tem forte impacto nessa concentração a Companhia Imobiliária do DF, atualmente denominada Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal³⁶ (TERRACAP), que segundo Gonzalez (*Ibid*: 84) produziu solo residencial, e a Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), "construindo grande parte das unidades residenciais populares através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

No entanto, não tendo sido ofertado moradia na quantidade e nas condições necessárias, constata-se que "a população urbana periférica do DF não só reparte entre si um número insuficiente de habitações. Ela reparte as piores habitações: as provisórias, na forma de barracos, de área mínima, dos conjuntos residenciais da SHIS e a sublocação de unidade residenciais" (*Ibid*: 84).

³⁵ Desde a persistência inicial de permanecer em lotes em meio ao cerrado virgem sem nenhum apoio, diante da falta de opção, até a resistência de manter a mobilização ao longo dos anos até a regularização nos termos inicialmente propostos.

³⁶ A TERRACAP, enquanto Companhia Imobiliária de Brasília foi criada em 1972 pela Lei nº 5.861 como "empresa pública do Governo do Distrito Federal que tem por objetivo a execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens". A partir de 1997 passou a ser denominada Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal nos termos do Decreto nº 18.061. Informações disponíveis em <http://www.terracap.df.gov.br/institucional/a-terracap>

2.2. Das remoções a doações de lotes: a memória coletiva e a desarticulação das lutas sociais

As ações de remoção pelos agentes do Estado foram facilitadas pela propriedade da terra em Brasília/DF ter sido constituída como propriedade pública. No plano urbanístico original da cidade a comissão especial criada pelo governo federal propôs uma política territorial com a utilização da enfiteuse com foro móvel³⁷, cujo fim principal era manter baixa a valorização territorial. Contudo, essa proposta não chegou a ser implementada por ser considerada "avançada demais para a realidade fundiária do país" (CAMPOS, 1998: 101); ao invés disso, optou-se efetivamente

por uma política territorial que, apesar de ter assegurado a propriedade de certa quantidade de terra em mãos do poder público, não diferia fundamentalmente das regras prevaletentes num mercado imobiliário comum, onde existe uma renda da terra auferida por quem detém a propriedade privada da terra, diferindo apenas neste caso, por ser o Estado, representado pelo governo do Distrito Federal, o referido proprietário. (*Ibid*)

Ao longo das ações de remoção emerge o debate da condição fundiária urbana e a propriedade estatal da terra "como condição básica para a promoção da justiça social" (DOYLE 1996: 117), o que não se comprova ao longo do tempo. Ao contrário, em meio ao processo de urbanização contemporânea que se materializa a partir da intensa mercantilização do espaço, a propriedade estatal não só não é condição suficiente para a promoção da justiça social, como tem funcionado como elemento de valorização e disputa no âmbito da política institucional.

Na década de 1980, Brasília continuou apresentando crescente incremento populacional – embora em ritmo desacelerado – e chega a contabilizar 1.177.393 de habitantes – crescimento de 118,70% em relação a década anterior (IBGE, 1981). E se no início da construção o perfil dos trabalhadores era de uma população de baixíssimo nível socioeconômico, como afirma Ferreira (1985)³⁸, a partir e sua inauguração, com a transferência dos servidores públicos dos órgãos federais, ministérios, autarquias, o perfil dos migrantes com maior qualificação passa a compor as características demográficas da cidade (CODEPLAN, 2013).

³⁷ Trata-se de um instrumento jurídico que, segundo Campos (1998) foi proposto pela comissão especial para política territorial do DF. Segundo este autor, esse instrumento apresenta com um dos seus princípios que "a terra é pública, isto é, de todos, e sua renda reverte em benefício de todos. As benfeitorias e a produção, isto é, os frutos do trabalho e do capital, são de propriedade exclusiva e absoluta de seus produtores e ficam resguardadas contra o fisco; o domínio útil permanente é assegurado pela perpetuidade do aforamento; é elevada a taxa de aforamento com o fim principal de manter permanentemente baixos os valores territoriais" (SILVA *apud* CAMPOS, 1998: 100).

³⁸ Segundo registros feitos no censo experimental em 1959 estava relacionada o baixo nível de escolaridade e qualificação profissional como uma das características da construção civil (CODEPLAN, 2010).

No final dos anos 1980, Brasília já era composta por 12 RAs, e as remoções sistemáticas como estratégia segregadora continua sendo ação oficial inclusive, segundo Gouvêa (1999: 254), de governos neopopulistas como os de Joaquim Roriz³⁹ que removeu a favela do Ceub – 906 norte –, além das ocupações SQN 707, SQN 109, SQN 110 (Mapa 3). Ao tentar realizar a remoção da Vila Telebrasilândia, assim como da Vila Paranoá, esbarrou com a organização das/os moradoras/es que resistiram e conquistaram o direito de permanência no local.

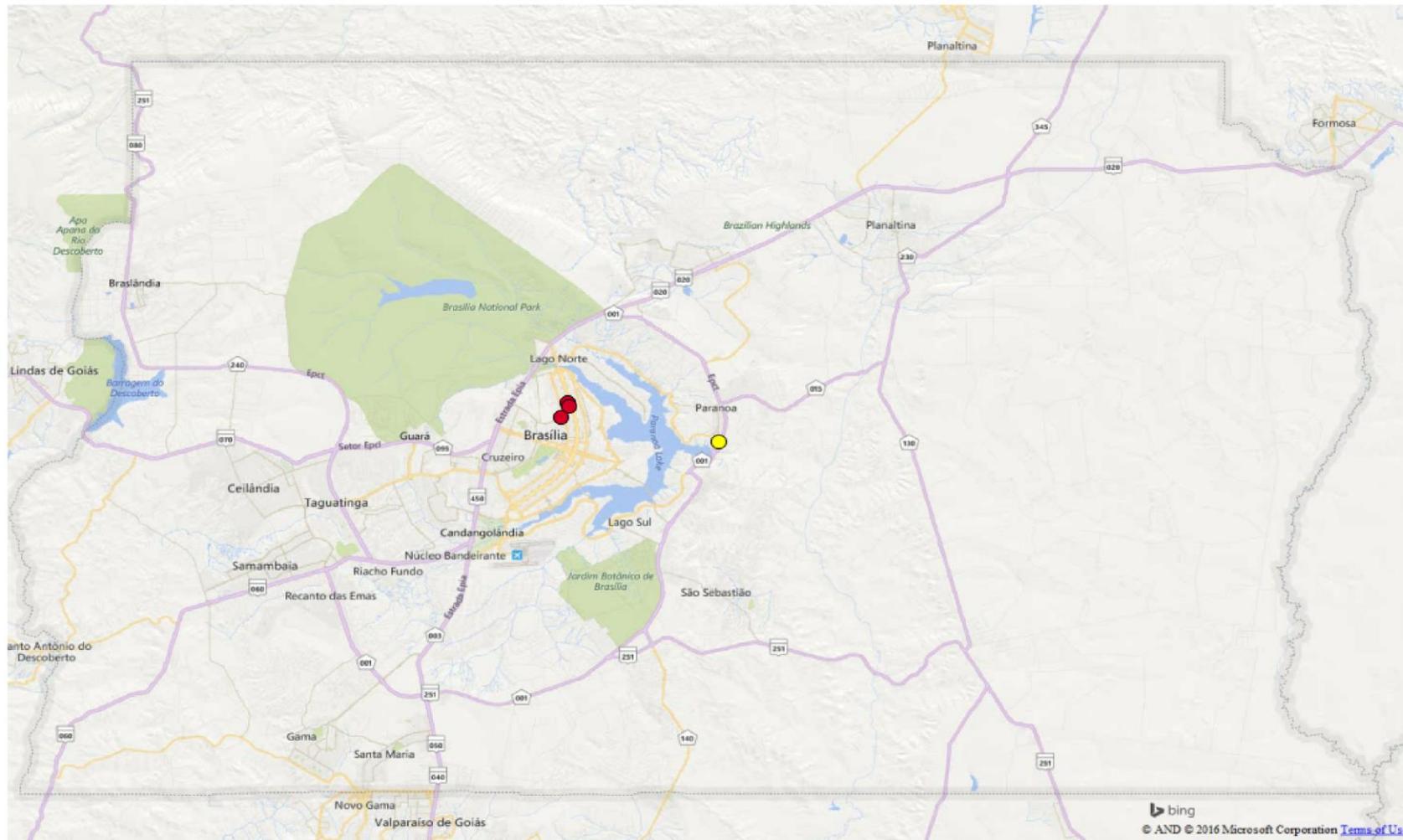
Por outro lado, a chamada "farra da terra pública" desencadeada no governo Aparecido e, principalmente, no governo de Roriz promoveu a venda ou hipoteca sistemática de grande parte das terras públicas, ação com fins eleitorais que, em certa medida, criou uma memória coletiva na qual se consolidou a ideia de que o governo "dá a casa/lote" dissociado de uma política pública para a moradia. Segundo Gouvêa (1999: 255) "foram entregues/doados à população de baixa renda cerca de 90 mil lotes, que, somados aos ofertados às populações de média e alta rendas e, ainda, aos loteamentos clandestinos incentivados pelo governo, totalizam quase um terço do total de domicílios do Distrito Federal".

Com isso se estabelecia o intento de consolidação de uma relação clientelista de "favor", uma vez que

A política habitacional permitia a ocupação das terras públicas por parte da população que chegava ao DF, mas colocava a maior parte das famílias numa relação de dependência econômica e política para com o grupo Rorizista: as ocupações não garantiam a titularidade do terreno [da terra]. [...] as famílias deveriam, via de regra, estar vinculada a alguma cooperativa; a maioria dessas cooperativas eram coordenadas por capangas de Roriz (Pedro Passos, José Edmar, Paulo Roriz, Roney Nemer, etc) que extorquiam política e economicamente as famílias. (FILIPPO & MEDEIROS, 2014: 28)

³⁹ Joaquim Roriz esteve à frente da gestão da Capital Federal por 15 anos, considerando o período em que foi indicado como governador biônico (quando o DF ainda não tinha autonomia política) e as gestões em que foi eleito pelo voto direto.

Mapa 3 – Ocupações removidas no Distrito Federal (Década de 1980)



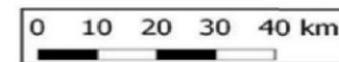
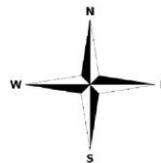
Legenda

Ocupações 1986

● Vila Paranoá

Ocupações 1987

● SQN 707
● SQN 109
● SQN 110



Sistema de Coordenadas Geográficas e DATUM SIRGAS2000
Elaboração: Ananda de Melo Martins e Aryanne Audrey Rodrigues
Fontes: Bing Road (Openlayers)

A demanda por moradia traduzida inicialmente pelas grandes ocupações entre 1957 e 1960, e com as remoções coordenadas pelo governo, tanto em torno dos núcleos urbanos mais consolidados quanto nos chamados “vazios urbanos”, mobiliza um amplo mercado de terras no DF⁴⁰. Mercado esse dinamizado pela NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – e, atualmente, a TERRACAP – Agencia de Desenvolvimento do DF, além de cooperativas / associações habitacionais⁴¹ e as incorporadoras imobiliárias que veem na Capital Federal uma oportunidade de negócio diferenciado.

A política de distribuição de lotes⁴² não somente não atendeu às necessidades sociais da população de baixa renda de forma efetiva, como contribuiu para intensificar a fragmentação da cidade diante do crescimento das ocupações irregulares. No entanto, a não oferta de lote/moradia no governo de Cristovam Buarque – eleito pelo Partido dos Trabalhadores a época – resultou no aumento significativo de muitas dessas ocupações, a exemplo da Estrutural que de 80 famílias passou a contabilizar de 300 a 500 famílias em 1994.

Mesmo nas áreas periféricas há uma valorização que intensifica também a "migração forçada" desses moradores – a *gentrificação* – em função dos altos preços dos imóveis e também dos preços exorbitantes de aluguel, que onera o rendimento das/os trabalhadoras/es. A cidade que cresce no sentido da periferia – o que não quer dizer que haja aí uma relação de oposição, mas de fragmentação, hierarquização e homogeneização – transborda para os municípios do entorno goiano que formam a Área Metropolitana de Brasília (AMB).

A habitação como habitat, sob o pretexto da constituição da modernidade, é concebida, aparentemente, de forma dissociada da produção do espaço. Lefebvre (2013: 46), ao denunciar o urbanismo, indica que a produção do espaço manifesta na questão do habitat é regida por uma

⁴⁰Acerca do debate em torno do mercado de terras no DF e o processo de segregação espacial Vide CAMPOS, N. L.. *A segregação planejada*. In: PAVIANI, A. (Org). **A conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, 1998.

⁴¹ As cooperativa e associações habitacionais e/ou de moradores é um tema que exige análise particular, uma vez que, ao longo da história da cidade, muitas estiveram/estão envolvidas no processo ilegal de grilagem de terras públicas. No artigo do Correio Braziliense. *Deficit habitacional do DF exigirá soluções criativas do novo governo*. De 10/12/2010 é exposta a operação da polícia civil em 2010 para prisão de quadrilha que vendia lotes inexistentes ou forjava documentos de pessoas inscritas para beneficiar terceiros; esse esquema envolvia cooperativas e servidores públicos. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/10/interna_cidadesdf,227086/deficit-habitacional-do-df-exigira-solucoes-criativas-do-novo-governo.shtml

⁴² Os lotes foram entregues por Roriz de forma precária e ilegal para obtenção de votos na eleição perdida para o Partido dos Trabalhadores. Parte das famílias atendidas pelo governo Cristovam possuíam, segundo Gouvêa (1999: 259), o "Cheque Lote", "documento oficial que lhes ‘garantia’ um lote e que foi entregue, pelo governo Roriz, de forma criminosa às 8.300 famílias [dado do IDHAB], poucos dias antes das eleições, sendo que, apesar de no documento constar o endereço do lote, este, em muitos casos, não existia".

razão industrial e de dominação, sendo o par *habitat-habitar* uma das contradições presentes na cotidianidade.

En las expansiones y proliferaciones de la ciudad, el *hábitat* asegura la *reproducción potencial* (biológica, social, política). La sociedad (capitalista) ha dejado de totalizar a sus elementos o ha dejado de intentar esta integración total en torno a los monumentos. Intenta incorporarla en los edificios. Sustituto de la antigua monumentalidad, bajo el control del Estado vigilante y bajo la producción y reproducción, el hábitat remite a una *naturalidad* cósmica (aire, agua, sol, "espacios verdes"), a la vez estéril y ficticia, a la *geniüilidad* —a la familia, a la célula familiar, a la reproducción biológica. (*Ibid*: 274)

A produção do espaço da cidade de Brasília/DF, conforma-se na tensão entre a concepção do plano e a dinâmica urbana que passa a modelar a cidade. Por um lado, uma demanda crescente da população migrante que ocupa espaços centrais na cidade, por outro, a solução governamental de manter o intento de isolar o Plano Piloto de Brasília do restante do aglomerado urbano segregado social e espacialmente pelas longas distâncias, pela mobilidade precária, e a concentração dos postos de trabalho na área central.

E dessa forma passamos a entender a Capital Federal, como o conjunto urbano composta pelas 31 RAs e todas as ocupações existentes independente de sua legalidade/irregularidade, pois, trata-se de um espaço produzido diante de estratégias diferenciadas de apropriação da terra urbana, sendo sua periferia produzida como espaço diferencial (PENNA, 2000) em relação ao plano da área central – seja pelas ocupações de baixa renda, seja pelos condomínios de alto padrão. Desta maneira, complementa Penna (*Ibid*: 14), "contrapõe-se o espaço concebido do projeto do Plano Piloto, ligado ao saber e ao poder estatal, com o espaço produzido, relacionado aos conflitos e contradições da sociedade na luta pelo acesso à cidade".

As relações concretas de sua produção e apropriação social vão sendo evidenciadas quando a concepção da cidade passa de sua idealização enquanto espaço homogêneo, planejado, normatizado, à sua produção enquanto espaço político que, ainda segundo Penna (*Ibid*: 49), se fragmenta de forma hierarquizada, dando-lhe uma configuração socioespacial peculiar.

2.3. Entre invasores e ocupantes: o tensionamento do espaço vivido sobre o habitat

Considerando as cidades globais, como São Paulo e Rio de Janeiro, Vainer⁴³ vê as formas de desapropriação privada, a financeirização da cidade, os investimentos dos grandes bancos e as corporações internacionais estão mudando o lugar da cidade no processo de acumulação do capital, por isso também a cidade passa a estar no centro da luta de classes.

Ainda que Brasília, a rigor, não tenha presente o grande capital financeiro (se apresenta com o capital incorporador muito local), na produção do seu espaço urbano está associado e tem a sua conformação cada vez mais desigual pela influência dessa mudança de lugar da cidade no contexto mundial. Assim, observamos a espacialidade da Capital Federal relacionada não somente a grandiosidade do seu Plano urbanístico e arquitetônico, mas à composição da cidade para além dele, como indicado anteriormente – o espaço concebido pressionado de alguma maneira pela tensão advinda da realidade que emerge do espaço vivido, evidenciando (também) a partir da questão da habitação a disputa pela cidade.

Entre o ambicionado e a realidade concreta se conforma a produção do espaço urbano da cidade às diversas estratégias de apropriação de seus espaços, entre elas as ações de *resistências urbana* em meio as contradições que envolvem a propriedade privada e a dissociação intencional por parte da classe dominante entre acesso à terra urbana e à renda fundiária. A habitação tornada mercadoria desvela e desconstrói a ideia de que a forma da cidade poderia produzir relações mais igualitárias entre classes distintas; ao contrário, historicamente se reproduz em Brasília as contradições do sistema capitalista articuladas na dimensão dos processos hegemônicos globais.

Ao mesmo tempo, enquanto direito social acessado somente via mercado indica, ainda, que o modelo de cidade concebida a partir dos interesses hegemônicos não se encontra alinhado ao direito à Cidade, já que este não pode ser “concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais. [...] ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana” (LEFEBVRE⁴⁴ *apud* HARVEY, 2013: 28). A constituição da cidade como direito, com predomínio do valor de uso, segundo Rodrigues (2014: 23), exige um exercício teórico e prático considerando a tensão entre os proprietários e os não

⁴³ Discurso proferido durante as atividades do Fórum Nacional da Reforma Urbana no Rio de Janeiro, no início de agosto de 2015.

⁴⁴ Henri Lefebvre, *Writingon Cities* (Oxford, Blackwell, 1996).

proprietários, esses últimos “criminalizados por ocuparem – como valor de uso – tanto propriedades estatais como privadas. Atrapalham com a ocupação, a concretização do predomínio do valor de troca e contestam, ainda que não explicitamente, o sacrossanto direito de propriedade” (*Ibid*).

O exercício pela mudança da vida urbana indicado por Lefebvre (1999) analisado em diferentes níveis de ação indica uma tensão constante entre a luta pela *sobrevivência* e o desejo pela realização da vida plena. E, mais uma vez, não estamos nos referindo somente ao impacto da dimensão econômica que condiciona as necessidades materiais, mas à colonização do cotidiano que mascara as necessidades sociais da população pobre.

A captura da constituição do humano que trata Lefebvre (*apud* MARTINS, 1996), no entanto, não é total, e nestes termos os MSUs têm explicitado o importante papel na representação desse residual, tornando explícito que as necessidades vão além das questões materiais, das carências, e são identificadas por esse autor (*Ibid*: 15) como “pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível”.

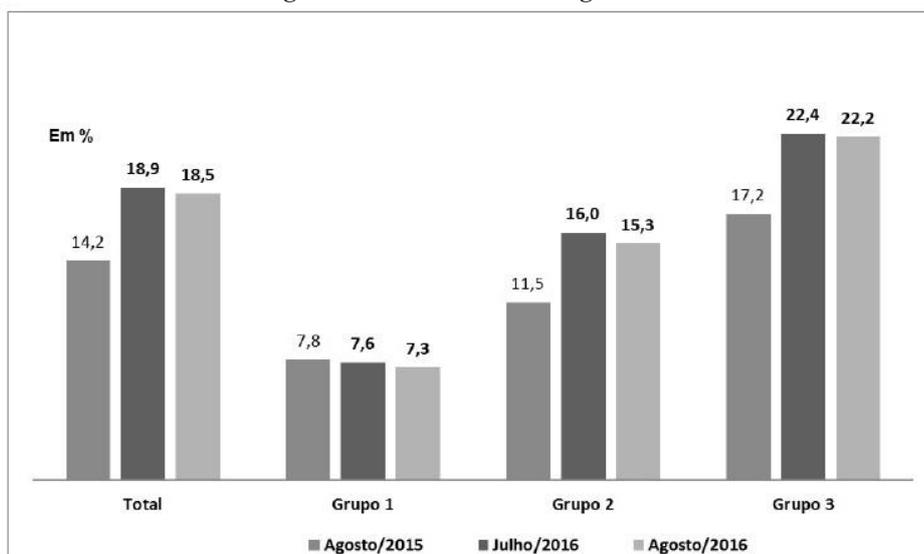
Muito embora saibamos que a ideia de residual nesse contexto se refere aquilo que escapa ao processo hegemônico do capital, cabe questionar como pode ser residual uma massa de trabalhadoras/es que representa a maior parte da população em situação de precarização? Como pode ser residual mais de 20 milhões de pessoas inseridas no deficit habitacional nacional? Como a condição de sobrevivência pode impulsionar um movimento de enfrentamento à colonização do cotidiano e potencializar a ação coletiva dessa grande massa de trabalhadoras/es organizados a partir de relações de solidariedade?

Claro está que como um direito social essencial à vida humana, e no contexto de crescente segregação socioespacial, a habitação tem sido indicador da desigualdade que “se faz cada vez mais presente através dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano” (BOTELHO, 2007: 13), o que tem resultado historicamente na expulsão dos habitantes da cidade, não somente das áreas valorizadas, mas da própria cidade e, de modo geral, essa tem sido à base das grandes mobilizações nos últimos anos.

Mas quem está se mobilizando em torno da reivindicação da moradia atualmente? Sob quais condições essas mobilizações têm se dado? E como tem sido essa organização? Em

Brasília/DF, a população precarizada compõe o grupo de maior taxa de desemprego e estão localizadas, segundo a PED-DF, nas RAs de Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas – o chamado Grupo 3. Mesmo com uma leve queda entre julho e agosto de 2016 a taxa de desemprego do Grupo 3 continua acima dos 20%, acima da média total para o DF (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxas de Desemprego por grupos de RAs do Distrito Federal – Agosto 2015 / Julho 2016 / Agosto 2016



Fonte: PED-DF – Convênio SEDESTMIDH -GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

Nota: **Grupo 1:** Grupo de Regiões Administrativas de renda mais alta (Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte); **Grupo 2:** Grupo de Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guarã, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo); **Grupo 3:** Grupo de Regiões Administrativas de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas).

Sobre esses dados é necessário fazer duas ressalvas que consideramos importantes. A primeira ressalta a distribuição no território dessa informação, sendo notório as maiores taxas nas áreas mais periféricas da cidade; contudo, é importante levar em conta que mesmo no interior de cada RA há diferenciações espaciais que acabam sendo homogêneas nesse agrupamento: Planaltina, por exemplo, inserida no grupo de renda intermediária (Grupo 2) é composta por áreas como Estancia, Mestre D'Armas e Arapoanga, localidades de população de baixa renda com alto nível de violência; assim como Ceilândia que comporta o Sol Nascente, considerada pelo IBGE em 2014 a maior favela do país, onde as condições de acesso à moradia, ao trabalho e à infraestrutura básica continuam precarizadas, ou seja, inadequado do ponto de vista de condições dignas de vida.

A segunda ressalva é de que se deve considerar que não estão agrupadas todas as RAs de Brasília/DF. Algumas, como a Fercal, por exemplo, poderiam alterar os percentuais do grupo 3, assim como a inserção do Jardim Botânico no grupo 1 poderia ter algum impacto no

quantitativo desse grupo, muito embora, provavelmente, a distribuição entre os grupos não sofreria alterações demasiadas.

A vulnerabilidade referente ao trabalho tem rebatimento nas condições de moradia da população cujos dados relacionados ao deficit habitacional (d.h.) em Brasília/DF apontam para inadequação da moradia crescente. Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), com base nos dados da PNAD/IBGE⁴⁵ (2014), em 2013 o d.h. do Distrito Federal era de 111.587 unidades habitacionais (u.h.) em termos absolutos; em 2014 esse número aumentou para 117.710 u.h., com forte concentração nos componentes *coabitação familiar* e *ônus excessivo de aluguel* – 27.746 e 73.496, respectivamente.

Nesse contexto, a denominação "*sem-teto*" refere-se, na verdade, não a situação de rua vivida por milhares de brasileiros, mas a inadequação das condições de moradia quanto a precariedade das habitações – domicílios improvisados e domicílios rústicos, a coabitação familiar, o ônus excessivo de aluguel – quando 30% ou mais do rendimento domiciliar⁴⁶ é comprometido para essa despesa, e o adensamento excessivo em domicílios locados – essa composição para análise do deficit habitacional resulta de uma metodologia da Fundação João Pinheiro, utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA⁴⁷.

De acordo com a metodologia do IPEA, ao analisar o d.h. das Regiões Metropolitanas (RMs) e o Distrito Federal indica a concentração no DF⁴⁸ em 2012, que fica atrás apenas das RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza. Segundo a sistematização da FJP, em 2014 o Distrito Federal, entre as RMs brasileiras, apresenta proporcionalmente o maior d.h. do país com o percentual de 12,5%⁴⁹, seguido pela RMs de Belém, Fortaleza e Recife.

Essas informações estatísticas reforçam o impacto da problemática habitacional cuja demanda da população de baixa renda não tem sido atendida e, por isso tem sido fator de mobilização social e política nos últimos anos. Isso porque na medida em que se reorganizam as relações sociais e de produção nas diferentes fases de acumulação do capital, reorganizam-se também – em uma retomada mais intensa, menos pontual – ações de *Resistência Urbana* na

⁴⁵ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. IBGE, v. 34, 2014.

⁴⁶ Só estão inseridos nesse componente domicílios com renda de até 3 salários mínimos.

⁴⁷ Nota Técnica do IPEA disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf

⁴⁸ A metodologia do IPEA expõe a equivalência do Distrito Federal ao considera-lo junto com as demais RMs do país, mas não deixa claro se os dados referentes ao DF contemplam os municípios do entorno goiano que compõem e caracterizam a Área Metropolitana de Brasília. De toda forma, parece-nos relevante os altos números indicados.

⁴⁹ Dados disponíveis em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/36-noticias-em-destaque/1619-fundacao-joao-pinheiro-atualiza-estudo-sobre-deficit-habitacional-dos-municipios-brasileiros>

composição das lutas sociais diante da superexploração da classe trabalhadora, e da intensificação de privação de todas as ordens.

O crescimento do déficit habitacional nacional e as condições dessa realidade no DF reforça que no primeiro momento a ação de resistência se dá no âmbito da sobrevivência, no imediato, nas urgências cotidianas que inicialmente estão mais ligadas a dimensão econômica e a ausência de possibilidades de acesso a bens de consumo materiais e aos direitos básicos. Essa condição, ou a ausência de condições dignas de vida, aponta para a luta cotidiana em um caráter a princípio passivo⁵⁰ no que tange a realidade social e política, onde o elemento comum é tomado pelas necessidades individuais de forma isolada.

Parece-nos uma ação de resistência forjada pelo simples fato de existir e insistir na ocupação de áreas que ofereçam alguma centralidade – a proximidade do trabalho, por exemplo, como no caso da Vila Cauhy⁵¹, ou as habitações na W3 nortes⁵², a identidade com a história constituída no local como a Vila Telebrasilias⁵³. A busca pela possibilidade de acesso à terra urbana, mesmo que de forma precária e periférica, e/ou “simplesmente” a permanência em um imóvel/cômodo a ser dividido com toda família – alugado e/ou coabitado – como meio de garantir a *sobrevivência* não deve ser menosprezado, pois a luta diária das famílias em condições precárias de trabalho, moradia e alimentação é um fator que pode ganhar proporções de mobilização relevante.

No processo de acumulação capitalista contemporâneo, a habitação apresenta uma particularidade em relação às demais mercadorias: está condicionada à disponibilidade de terra urbana, tida como raridade no final do século XX, o que explícita cada vez mais a tríade base da análise de Marx – Terra-Capital-Trabalho –, por muito tempo dicotomizada no par Capital-Trabalho. Ao considerar o espaço como fonte de novas contradições Duarte (1999: 76) aponta três práticas espaciais que se opõem: a estatista e a dos grandes interesses privados, e “estas duas contra as *ações sociais* (coletivas) que lutam para usar, para ‘diferenciar’”, ou seja, pela possibilidade de apropriar-se da cidade por meio da *resistência urbana* como prática espacial,

⁵⁰ Retomaremos esse debate ao tratar os Movimentos Sociais Urbanos no capítulo 2.

⁵¹ Localidade existente na Região Administrativa Núcleo Bandeirante.

⁵² Sobre parte da população pobre que vive precariamente nos subsolos, sobrelojas e por trás do comércio da W3 Norte vide VIEIRA; FRANÇA; MARTINS (2012).

⁵³ A Vila Telebrasilias é um antigo acampamento de trabalhadores da Construtora Camargo Correa que participaram da construção de Brasília em meados de 1958. Algumas famílias resistiram à desocupação e a localidade se consolidou; no entanto, ainda há conflitos referentes à regularização fundiária e aos usos de determinadas áreas. Vide

<http://correiobrasiliense.lugarcerto.com.br/app/noticia/ultimas/2013/08/14/interna_noticias,47247/moradores-da-vila-telebrasilias-farao-assembleia-para-decidir-sobre-novas-paralisacoes.shtml>

ainda que entre conflitos e contradições inerentes ao processo dialético da composição social.

No período de consolidação do projeto neoliberal que orienta ao empresariamento da cidade, vista e gestada como negócio, não são poucas as experiências de ações sociais empreendidas pelos Movimentos Sociais que se contrapõem a esse modelo, ainda que segundo Badiou (*apud* ZIZEK, 2012: 23) o verdadeiro inimigo na contemporaneidade seja a chamada *ilusão democrática*, uma vez que os mecanismos democráticos vigentes “são parte do aparato estatal burguês que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista”. Frente a esse aparato o impacto das ações de *resistência urbana* dos MSU tensionam a dinâmica social diante de sua efervescência, que é traduzida por Aguirres Rojas (2010) pela vanguarda dos movimentos sociais da América Latina nos últimos anos, dando-lhe certo protagonismo por suas ações.

Assim como a União Soviética ocupava esse papel de vanguarda nos anos vinte e a China o ocupou até os anos sessenta do século passado, agora essa posição cabe à América Latina. O Movimento dos Sem Terra no Brasil, dos *Piqueteros* na Argentina, os movimentos indígenas do Equador, Bolívia e Peru, os movimentos sociais de resistência popular no Chile, Colômbia e Nicarágua, entre outros tantos, são manifestações que confirmam, nos últimos 15 ou 20 anos, esse papel de destaque junto aos movimentos sociais em todo mundo. (*Ibid*: 111)

Soma-se a essas experiências, o levante de manifestações e protestos que renova e recompõe, em escala global, essas ações trazendo à ordem do dia o grito popular que reforça, segundo Carneiro (2012:10), o “novo momento da política global em que a voz das ruas passou a ocupar os espaços públicos dos principais centros urbanos do mundo, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado”.

2.3.1. A (re)organização das ações de resistência urbana com a atuação do MTST

A luta cotidiana reestabelecida por meio da organização coletiva desloca o debate para além da casa e de sua dimensão econômica na esfera da produção, a produção do *habitat*. Em Brasília/DF esse trabalho tem sido feito nos últimos anos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do DF (MTST/DF), que desde 2010 realiza ações que envolve, em certa medida, o resgate do sentido de comunidade em uma cidade fortemente fragmentada, mas que tem na realidade precária da vida um elemento potencialmente agregador a partir do reconhecimento da condição socioespacial vivida.

O MTST surge em 1997 em São Paulo como uma dissidência na cidade das lutas empreendidas no campo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na capital paulista tem conseguido um acúmulo de forças nas áreas periféricas capaz de mobilizar um número significativo de trabalhadoras/es que, ao longo do tempo, passaram a compor o movimento, seja como acampada/o, como coordenadora/r, ou mesmo compondo a coordenação nacional que está aí localizada. As famílias que fazem parte das ações de resistência organizadas pelo MTST são basicamente de baixa renda localizados em áreas periféricas, daí a prerrogativa de seus formuladores quanto a composição de uma identidade territorial – identidade periférica, uma vez que reconhece ser o território – não mais o chão das fábricas – o espaço no qual milhões de trabalhadoras/es tem se organizado no Brasil e no mundo⁵⁴.

A composição de uma base do MTST em Brasília é resultado de um projeto de nacionalização do movimento para ampliação do acúmulo de forças já consolidado em São Paulo e já em 2010, um grupo de militantes vindos de São Paulo organizou a primeira ocupação realizada em Brazlândia. Depois de uma longa pausa organizativa a ocupação de um terreno na área central da Ceilândia em 2012, Ocupação Novo Pinheirinho, impacta e mobiliza novas/os aliadas/os. Realizada em um terreno público sem utilização, esta última ocupação foi desativada após negociações com o Governo do Distrito Federal (GDF), mas mobilizou, no ano seguinte, uma nova ocupação com o mesmo nome da anterior, dessa vez em Taguatinga.

A ocupação Novo Pinheirinho de Taguatinga (2013) teve forte repercussão na mídia local, pois estrategicamente foi ocupado um prédio abandonado de propriedade de um grande empresário da região, dono de uma rede de postos de combustível e outros terrenos no DF – Jarjour. Nesse momento, a coordenação distrital, inicialmente composta por militantes paulistas, já incorporavam coordenadores locais que foram sendo inseridos no processo organizativo de base realizado naquele momento principalmente em Brazlândia, Ceilândia e Planaltina – áreas periféricas.

A realização semanal/quinzenal de assembléias para organização da base de trabalhadoras/es que se filiam ao movimento passa, então, a ser um espaço de informação e reunião entre famílias que têm em comum "o sonho da casa própria", a necessidade de um lugar para morar com sua família. Cabe à coordenação organizar e orientar essas bases a partir das linhas políticas e os princípios construídos por suas/seus formuladoras/es que enfatizam ser o MTST um movimento de luta contra o capital, uma vez que reconhecem que na atual forma de

⁵⁴ Resolução final do I Encontro Nacional (2011), disponível em www.mtst.org.br

organização social, tudo, inclusive os direitos sociais, tem sido transformado em mercadoria.

Assim, 2014 foi um ano de ocupação das ruas por todos países em um enfrentamento contra as violações aos Direitos Humanos praticados em função da realização da Copa do Mundo. No que se refere a moradia, esse megaevento esportivo ampliou a tensão e os conflitos diante das remoções praticadas pelos governos de diferentes cidades, e em Brasília a reunião de diferentes organizações em torno do Comitê Popular contra as violações da Copa do Mundo foi, aos poucos, reforçando a recomposição do debate sobre moradia digna na Capital Federal.

A disputa pela conquista do que o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) tem denominado de *criação do poder popular*, de modo a instituir a luta cotidiana não somente pela moradia, mas pelo direito à Cidade, coloca-nos frente àqueles que ao se contrapor à ordem hegemônica do capital, colocam em questão e tensionam suas estruturas. O que se inicia aparentemente como uma rebelião popular, a nosso ver, ganha amplitude no Brasil dando visibilidade às lutas sociais empreendidas no cotidiano, que embora colonizado pelo ideário neoliberal que visa individualizar as necessidades sociais, guarda em si a possibilidade de transformação.

Mesmo que as mobilizações realizadas em 2013 (Figuras 7 e 8) não tenham se desdobrado, para além de 2014, na verdadeira rebelião que parecia representar em um primeiro momento, sem dúvida alguma representou uma capitalização política positiva para as ações do MTST em âmbito nacional, e agora também em Brasília/DF. A defesa do direito de ocupação de espaços públicos como meio de construir solução para habitação digna, traduz, pouco a pouco, a estratégia que implica no envolvimento e subversão de todas as trajetórias da vida cotidiana na construção de uma luta radical⁵⁵.

⁵⁵Indicação registrada em uma entrevista da militante Simone Silva (MTST/SP) para o canal Facción, em decorrência da sua participação no ELLA 2015.

Figura 7 – Cartazes expostos no gradil do Campo de Santana, na Av. Presidente Vargas.



Foto: MARTINS, Ananda. Jun/2013.

Figura 8 – Av. Presidente Vargas/Rio de Janeiro



Foto: MARTINS, Ananda. Jun/2013.

Também em Brasília/DF a organização coletiva se torna não somente uma possibilidade de enfrentamento da realidade vivida, mas a única via de combate ao ataque aos direitos sociais empreendidos pela classe política conservadora do país. A disputa também na Capital Federal se dá pelos rumos da política local, pela visão de sociedade e cidade. Para tanto, a ação extrapola a reivindicação da habitação que não está desvinculada da discussão, e disputa, sobre o ajuste fiscal imposto pelo governo federal, ou, ainda, os ataques à legislação trabalhista ao considerar que as/os trabalhadoras/es pobres que compõem o movimento são os mais vulneráveis à precarização do trabalho⁵⁶, conforme explicita o coordenador nacional, Guilherme Boulos⁵⁷.

Seguramente vivemos uma conjuntura político-econômica distinta se compararmos com a realidade de 35 anos atrás. Mas é gritante a permanência da contínua submissão das/os trabalhadoras/es a uma lógica de extrema necessidade, levando o movimento local – MTST/DF – a assumir enfrentamentos burocráticos diante das dificuldades impostas pelo governo do Distrito Federal. Assim, o MTST/DF acumula como uma de suas atividades o (re)cadastro das famílias que continuam excluídas sob o pretexto de que de alguma forma não se encaixam nas “exigências” do programa habitacional distrital (Programa Morar Bem) e não estão devidamente informadas sobre seus direitos quanto ao recebimento do auxílio aluguel considerando a vulnerabilidade à qual estão submetidas.

A organização coletiva do MTST em Brasília a partir de 2010, portanto, implica na

⁵⁶Referência ao PL4330.

⁵⁷Entrevista concedida por Guilherme Boulos ao jornal El País em 21 de abril de 2015.

retomada da questão da habitação articulada a diversas demandas da vida cotidiana, fundamentada nas condições presentes no espaço vivido. Situa, novamente, a questão da habitação, até então tratado de forma pulverizada diante da desarticulação dos antigos movimentos sociais do DF, impulsionando um movimento de recomposição, e ao fazê-lo questiona e disputa o modelo de cidade posto no cenário da política neoliberal que privatiza espaços e áreas públicas e gerencia a cidade sob o discurso e a prática do empreendedorismo urbano e não sob os preceitos dos direitos sociais.

Acirra-se a disputa pela cidade e as *ocupações urbanas* passam a ser realizadas pelo MTST/DF com intuito de evidenciar as áreas que estão a serviço da especulação imobiliária, mantidas sem o cumprimento da função social da cidade e da propriedade – prevista na legislação urbana vigente (Lei nº 10257/2001), podendo ser revertidas à promoção de Habitação de Interesse Social (HIS). Assim como acontece em outras cidades e articulados a outras organizações coletivas, o MTST/DF problematiza a segregação para além da diferenciação econômica, mas como contradição explícita na condição de injustiça socioespacial.

A repercussão da Ocupação Novo Pinheirinhos⁵⁸ em Ceilândia em 2012, e a ocupação de mesmo nome realizada em Taguatinga no ano seguinte (2013) marcou uma sequência de atos e ações em conjunto com outros movimentos do Distrito Federal (Movimento Passe Livre, Comitê contra as Violações da Copa 2014) que deram visibilidade ao MTST na Capital Federal. As manifestações por ocasião da Copa do Mundo 2014 ampliou ainda mais essa visibilidade em função da presença da mídia internacional presente no Brasil, testemunhas de diversas ações arbitrárias autorizadas pelos governos de Estado e efetivadas por um aparato policial que fez das ruas das principais capitais do país, e também da Capital Federal, cenário de fortes enfrentamentos.

Habitação para a população pobre, problemática histórica no Brasil e em intenso processo de agravamento nos países em crise, tem sido tratada com a intervenção da polícia que coordenada e autorizada pelo governo local pratica violações de direitos humanos de todas as ordens⁵⁹. No entanto, a forte repressão empreendida pelos governos do Distrito Federal, diferente de outros momentos da história, não tem sido eficaz na desarticulação e enfraquecimento das ações de resistência urbana.

⁵⁸ Referência a Ocupação do Pinheirinho, em São Paulo, onde foi realizada uma ação de despejo brutal por ordem do Governo do Estado de São Paulo.

⁵⁹ Vide Gouvêa (1999) que ao abordar a questão da habitação no governo de Cristovam Buarque discute a utilização do aparato policial para tratar uma questão social, a habitação de interesse social.

O incentivo à construção de relações de solidariedade de modo a recompor a identidade coletiva capaz de superar os interesses individuais, e a necessidade latente da construção de um projeto político alternativo reunindo trabalhadoras/es em condição de precarização da vida em diferentes níveis embasam a mobilização na atualidade. Direta ou indiretamente a luta pela habitação passa a estar articulada a outras escalas e está fortemente influenciada pelo entrelaçamento de distintas experiências.

A luta local inserida no movimento global de *resistência urbana* reforça a ação política na luta por direito, e motivados pelas experiências no Brasil e em outros países, mobilizou um novo ciclo de ocupações urbanas realizada em Brasília em fevereiro de 2015 (Figura 9 a 14): o MTST/DF realizou 06 ocupações simultâneas no DF em áreas públicas exigindo auditoria nas ações da TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – instituição pública que realiza gestão das terras públicas do DF) e andamento na política habitacional do Distrito Federal (Mapa 4).

Ao longo dos 8 dias de ocupação era evidente as urgências e fragilidades daquelas famílias que demonstravam repulsa diante da dignidade que lhes era violentamente arrancada dia a dia. Gritavam por mudanças objetivas/concretas e pela transformação subjetiva que estava indicado na reivindicação de um tratamento com dignidade e respeito, o desejo do morar, a construção de solidariedade diante das difíceis condições cotidianas.

Figura 9 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia.



Foto: MTST/DF. Fev./2015

Figura 10 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia.



Foto: MTST/DF. Fev./2015

Figura 11 – Ocupação Rosa Luxemburgo – Ceilândia.



Foto: FERNANDES, Sabrina. Fev./2015

Figura 12 – Ocupação Maria da Penha – Planaltina.



Foto: MTST/DF. Fev./2015.

Figura 13 – Ocupação Anita Garibaldi – Recanto das Emas.



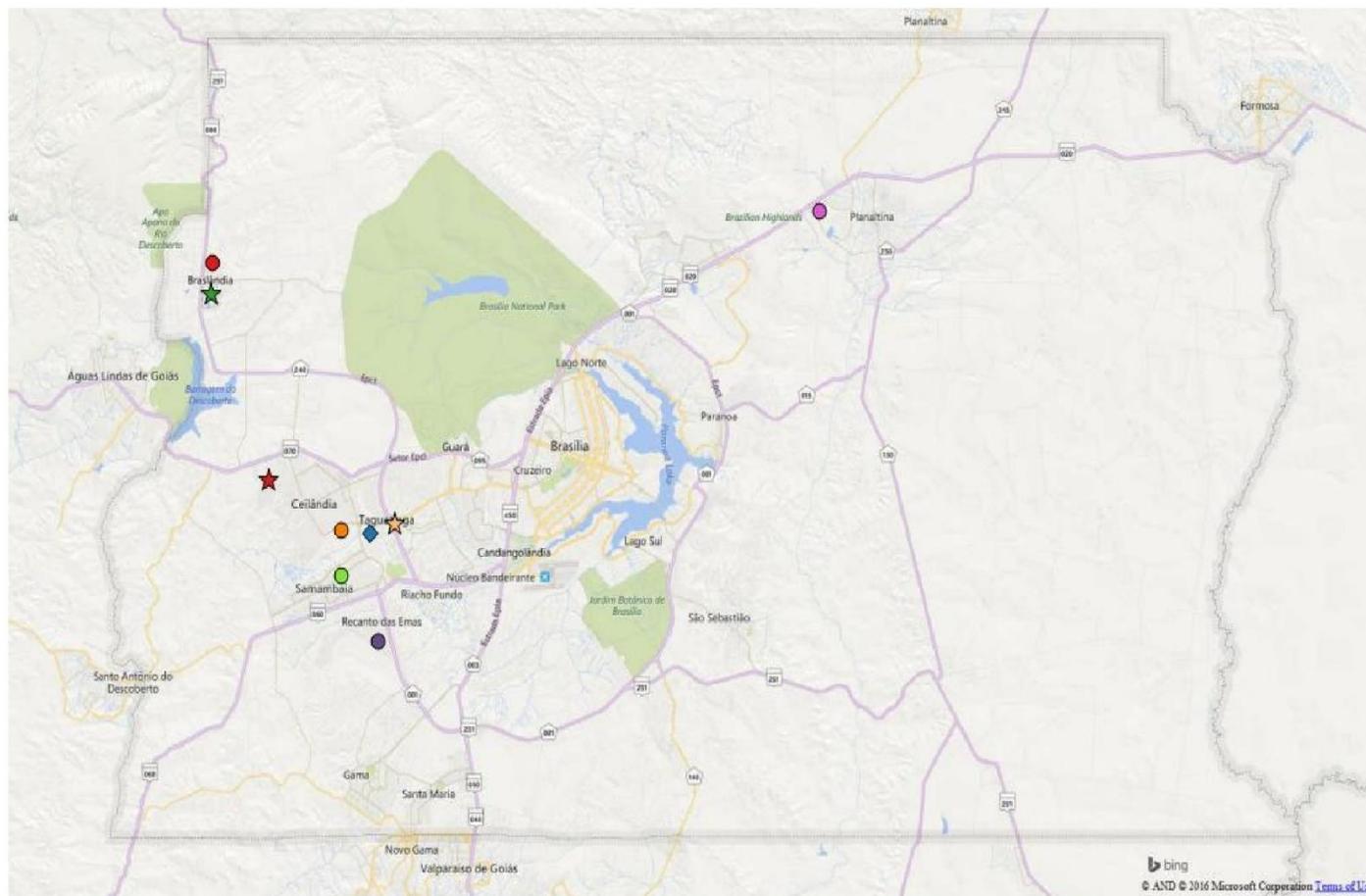
Foto: MARTINS, Ananda. Fev./2015.

Figura 14 – Ocupação Olga Benário – Samambaia.



Foto: FERNANDES, Sabrina. Fev./2015.

Mapa 4 - Ocupações MTST/DF (2010-2015)



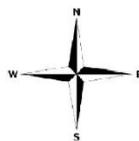
Legenda

Primeiras Ocupações MTST/DF

- ★ Brazlândia 2010
- ★ Ceilândia 2012
- ★ Taguatinga 2013

Ocupa DF 2015

- Brazlândia
- Samambaia
- Ceilândia
- Recanto das Emas
- Planaltina
- ◆ Mercado Sul Vive - Taguatinga



Sistema de Coordenadas Geográficas e DATUM SIRGAS2000
 Elaboração: Ananda de Melo Martins e Aryanne Audrey Rodrigues
 Fontes: Bing Road (Openlayers)

Construir, nesse contexto, uma base de discussão sobre o porquê ocupar diante dessas condições faz com que seja importante considerar o entendimento acerca das diferenças entre as ocupações do MTST no limite da semelhança da precarização vivida pelas/os acampadas/os. O trabalho de base, uma atividade com desenvolvimento ainda difícil, considera a orientação de que, segundo Vitor (MTST/RJ), tem-se que falar do que é a vida real no contexto de um movimento de ocupação como o MTST

[...] somos um movimento territorial que **parte** da luta pela moradia. Tem outros que são movimento de moradia, eles querem conquistar casas, conquistar apartamentos, então são movimentos urbanos, onde os acadêmicos são muito fortes, intelectual, ONG. Por que? Porque são movimentos que querem romper o vetor de desenvolvimento urbano – o desenvolvimento tem um vetor espacial, quando as pessoas fazem uma ocupação no centro elas estão combatendo esse vetor diretamente, é um processo de luta; alguns dizem que esse processo é mais anticapitalista do que o nosso, por estar em enfrentamento direto ao vetor do capital. Nós, por exemplo, fizemos uma ocupação em Pendotiba/RJ, fizemos ocupação em Itaquera – Copa do Povo – onde o vetor de desenvolvimento estava indo claramente por causa do estádio, por causa da copa, e nós fizemos uma ocupação lá; o vetor de desenvolvimento estava indo pra lá, excluindo os pobres, expulsando gente, o que a gente faz? A gente faz uma ocupação lá, não necessariamente pra que as pessoas fiquem nas casas onde elas estavam, mas pra que as pessoas ganhem as suas moradias definitivas. Então é estratégico pra nós, não só pra que as pessoas... pra que garanta mais mobilização, mas pra fazer essa disputa da cidade policêntrica, a cidade em que os trabalhadores decidem como o desenvolvimento acontece, a cidade em que o vetor de desenvolvimento não é só estabelecido por meia dúzia de gabinetes e de empresários e que a gente enfrenta a especulação na hora que está acontecendo, então, território em movimento.

Essa é a referência que marca esse momento de recomposição da luta social em Brasília que explicita as contradições da cidade, cujo plano concebido a partir das ideias de Le Corbusier, institui a produção do seu espaço sem a separação do político institucional e os negócios, fazendo do processo de urbanização um negócio estratégico no espaço, atualizando o empreendedorismo urbano (VIEIRA, 2014).

Nesse sentido, consideramos importante retomar a discussão sobre os MSUs tendo como referência ao que discutimos até esse momento, mas situando o debate acerca do urbano e a cidade e suas representações a partir das ações de resistência urbana que ao evidenciar uma prática espacial nos permite observar o espaço percebido que se materializa no espaço vivido, como espaço de realização da vida. A heterogeneidade reconhecida na formação territorial da Capital Federal, seus diferentes momentos e, principalmente, as ocupações urbanas realizadas pelo MTST/DF evidenciam percepções distintas sobre a apropriação da terra urbana no contexto da luta pelo direito à Cidade.

Seria o sentido de *urbano* no contexto de composição dos Movimentos Sociais nada mais que uma adjetivação para sua atuação na cidade? Ou as ações de resistência urbana apontam para uma prática espacial que lhes permite espacialidades distintas a partir de outro entendimento teórico e prático? De que maneira essa dimensão da realidade pode ser (re)incorporada, portanto, na reflexão acerca dos MS e sua ação no âmbito do vivido?

CAPÍTULO III – A (RE)COMPOSIÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Precisar o que significa novo é sempre uma tarefa difícil e muitas vezes nos leva a um esforço pouco produtivo, se consideramos que "o novo" sempre carrega algo de permanência. Ao mesmo tempo, indicar marcos históricos rígidos com a finalidade de separar e hierarquizar organizações coletivas em classificações acaba por reduzir, a nosso ver, seu papel no contexto sócio-espacial, velando muitas vezes o processo no qual se constituem.

As organizações coletivas no século XXI trazem a carga histórica do século anterior, mas em uma conectividade vivenciada de forma intensa e cada vez mais imediata. A luta e a organização da resistência urbana passam de episódios pontuais e aparentemente desconexos a um fenômeno amplo que se materializa nas cidades de diferentes partes do mundo, evidenciando os traços de uma problemática global.

A atuação dos Movimentos Sociais Urbanos e a (re)composição das lutas sociais a partir da crise de 2008 suscita, então, a necessidade de pensar a partir de outra narrativa, muito além da dicotomia entre velhos e novos movimentos sociais. Sem desconsiderar a produção teórico-metodológica que sistematiza os diferentes paradigmas diante dos distintos tipos de organização coletiva – objetivos e estratégias, acreditamos ser produtivo desenvolver uma reflexão sobre os MS e suas ações a partir do sentido do *urbano* para além de seu entendimento como espaço da cidade.

Nesse movimento reflexivo nos deparamos com a realidade cotidiana e a realidade urbana expressas em uma estreita associação no espaço percebido, como indica Lefebvre (2013), diante de sua dimensão que agrega concomitantemente a representação do espaço e o espaço de representação (*Ibid*: 234). Sobreposição essa que traz o indicativo de que "el espacio que contiene las condiciones de una vida diferente coincide con el que prohíbe las posibilidades que ellas permiten (*Ibid*: 235), o que nos leva a pensar que o urbano como espaço produzido a partir de uma concepção empresarial e individualista comporta possibilidades de transformação e superação dessa lógica, ainda que virtualmente.

Esse capítulo, portanto, pretende partir de algumas contribuições existentes acerca dos MS para construir um diálogo pouco desenvolvido sobre como o urbano, mais do que qualificar,

orienta a ação na cidade, esteja ele capturado por agentes hegemônicos ou apropriado por grupos de organização coletiva. Essa construção nos leva a discutir, ainda, a resistência urbana que no âmbito das ocupações urbanas do MTST/DF indicam as condições de enfrentamento à fragmentação e hierarquização espacial que afeta diretamente a vida na cidade, principalmente a vida e sobrevivência diária das/os trabalhadoras/es mais precarizadas/os.

3.1. Para além da velha dicotomia diante de uma “nova” composição de lutas sociais

Na França, a discussão posta por Philippe Gervais-Lambony⁶⁰, da Université Paris Ouest⁶¹, sobre a justiça social tem tido centralidade como objeto da geografia social nesse país. Segundo esse autor, o papel mobilizador desse debate tem sido reforçado pelos *Movimentos Sociais* na construção dos enfrentamentos necessários. Entre muitas possibilidades Rodrigues (2007: 02) destaca como central o enfrentamento diante da “complexidade do processo de urbanização, da produção do espaço, da reprodução ampliada do capital, das desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais” (RODRIGUES, 2007: 02), fazendo com que proponha uma inversão no conceito inicial cunhado por Lefebvre, tratando a *cidade como direito*, de modo a evidenciar a importância do espaço, o que implica “tentar compreender a complexidade do urbano e da cidade”.

O debate sobre os Movimentos Sociais Urbanos nessa pesquisa perpassa essa tentativa, ainda que em muitas contribuições, ela não seja de fato privilegiada dado o enfoque de diferentes áreas do conhecimento, ou mesmo as demandas históricas de distintas épocas e suas respectivas conjunturas. Tradicionalmente como objeto de estudo da sociologia, o debate conceitual em torno dos Movimentos Sociais foi sistematizado por Gohn (2008: 09) no fim da década de 1990, de modo a evidenciar a multiplicidade das ações sociais e suas distintas abordagens partindo da proposição de Weber (SZTOMPKA *apud* GOHN, 2008), que considera o estudo das ações sociais “e sua apropriação por diferentes correntes teórico-metodológicas na análise das ações coletivas” na contemporaneidade, a partir do resgate das teorias clássicas.

No momento dessa sistematização Gohn definiu quatro pontos fundamentais para analisar os diferentes movimentos sociais, a saber, 1. A necessidade de qualificar o tipo de ação

⁶⁰ Coordenador da revista *Justice spatiale/spatial justice*, da Université de Paris Ouest Nanterre la Défense (França).

⁶¹ Artigo intitulado “Justice... Spatiale?”, publicado nos *Annales de Géographie*, 2009/I, nº 665-666. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2009-1-page-3.htm>>. Acessado em 23/01/16

coletiva que tem sido caracterizado como movimento social; 2. As alterações na forma de atuação e na forma de mobilização; 3. As alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil, em função da captura dos sujeitos políticos na busca de coesão e de controle social; 4. As grandes lacunas na produção acadêmica em relação à sua dimensão conceitual a partir da realidade que se apresenta ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Nesse contexto, Gohn considera os Movimentos Sociais como “expressão de uma ação coletiva que decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2008: 14), tendo como elementos centrais “demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias”. Argumenta que a análise deve ser feita a partir da ação social coletiva considerando a busca de seu sentido no contexto da teoria da ação social (*Ibid*: 21).

Qualificar a ação coletiva que caracteriza um movimento social ou não, sem dúvida, é importante, mas sob quais elementos e critérios se dá essa “qualificação”? As formas de atuação e mobilização são sintomáticas em distintos contextos, mas quais são os conteúdos socioespaciais que as condicionam? A relação entre Estado, capital e sociedade civil, seguramente, é central, mas a ação coletiva organizada por Movimentos Sociais está completamente submetida aos dois primeiros agentes dessa relação, sem mediações? Muitas são as possibilidades de resposta diante da multiplicidade de organizações e ações coletivas que de acordo com suas estratégias e objetivos podem apontar diferentes caminhos para a mesma questão.

A lacuna na produção acadêmica a qual se refere Gohn em relação aos anos 1970/80 é justificada por Doimo (1995) em função da espera referente à liberalização do sistema político que dá maior centralidade a temas como a “democracia política”, no contexto da América Latina, principalmente. A aparente estagnação na década de 1990 é apontada por muitos autores diante do arrefecimento em relação à centralidade dessa temática e também da própria ação dos MS que passa a ser alvo de críticas, “desde as mais amenas que falam em fracasso do seu ‘projeto político’ ou em crise de suas referências valorativas, até as mais implacáveis, que os reduzem a mero espaço fragmentário de manifestações que não alcançam o nível político” (DOIMO, 1995: 27).

Por trás da aparente estagnação, em realidade, estaria um movimento de reordenamento nas formas de organização e enfrentamento dos movimentos sociais e suas bases que se distinguiam daqueles dos anos 1980 não necessariamente pelo fracasso de um projeto que lhes

foi atribuído, mas pela conjuntura social que se apresenta de forma reformulada: um momento democrático cujo discurso de participação se alastra sem base em uma prática concreta fazendo surgir novas organizações, entre elas o MTST.

Gohn (1997) destaca como os pioneiros da sociologia das mobilizações Taine, Tarde, Le Bon são os responsáveis por desenvolver trabalhos sobre o comportamento das massas influenciados pelos escritos de Freud – a chamada teoria de agressão instintiva. Essa autora destaca também a produção teórica de Blumer, um expoente da Escola de Chicago, na primeira metade do século XX, o termo é lido a partir da classificação dos MS como geral ou específicos em uma análise estrutural. A sistematização feita por Gohn (*Ibid*) indica que na segunda metade do século XX a aproximação maior das análises se dá em relação ao conflito e a mudança social em a representação principal feita por Bottomore, ao mesmo tempo em que são desenvolvidos manuais com a história da análise sociológica sobre o tema como resultado da parceria entre Bottomore e Nisbet, além do debate diretamente relacionado à Ação Social e à Ação Social Coletiva feito por Smelser, Tilly, Touraine.

As contribuições de Goffman e Weber são fortemente referenciadas quando Gohn (2008) destaca a importância do primeiro ao tratar os vínculos sociais para explicar as solidariedades construídas (*apud* GOHN, 2008: 22), enquanto o segundo é destacado por essa autora por afirmar que as ações possuem um sentido para aqueles que a praticam, havendo, portanto, um substrato subjetivo (*apud* GOHN, 2008: 21), saindo da polaridade instituída entre a dimensão econômica e o nível estrutural.

Assim, entre os movimentos considerados clássicos, Gohn (1997) indica as leituras centradas no movimento operário como sujeito histórico de transformação revolucionária, considerados como uma vertente histórico-estrutural; passando pela vertente culturalista-identitária, na qual parece bem marcada a dualidade posta entre *velhos* e *Novos* Movimentos Sociais, o que, segundo Gohn (1997), é bastante destacado por Offe. Por fim, a perspectiva Institucional/organizacional-comportamentalista que destaca as teorias liberais com abordagens neoutilitaristas e teorias institucionalistas ganham espaço de discussão com Olson, Smelser e Tilly (GOHN, 1997).

Ainda com base na sistematização realizada por Gohn (*Ibid*) o que observamos é que os Movimentos Contemporâneos, a partir da segunda metade dos anos 1980 e a década de 1990, têm a análise orientada a partir da produção:

(1) na Europa e suas influências:

(a) em referência aos Novos Movimentos Sociais com referência na escola de Chicago quando Castells e Borja introduzem de forma mais marcada a discussão sobre a questão urbana;

(b) no estudo de segmentos organizados que caracteriza a “*Sociologia da Ação*” cujo principal representante foi Touraine.

(2) nos Estados Unidos:

(a) quando no final da década de 1980 se retoma, em certa medida, o paradigma e as teorias culturalistas os trabalhos de Offe ganham destaque e os NMS estão centrados no eixo da identidade;

(b) enquanto a revisão da análise institucional, especialmente a Mobilização de Recursos no debate com as teorias de identidade coletiva, a forte influência de Tarrow é destacada por Gohn (Ibid) em função do debate que considera a constituição dos MS diante das oportunidades políticas que se ampliam, quando há aliados e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam, articulando categorias da corrente organizacional: repertórios de contestação, redes sociais, quadros culturais, pontos focais, para explicar o cenário das oportunidades políticas.

(3) Na América Latina tem destaque:

(a) a denominação dos Movimentos Populares Urbanos, considerando “*novos atores*” é cunhada por Sader e a “*nova força da periferia*” destacada pela própria Maria da Glória Gohn, além de ter destaque a análise do que Krischke & Scherer-Warren que chamaram de revolução no cotidiano contribuições que aportam a construção de críticas à razão dualista diante das configurações da periferia urbana nas décadas de 1970/80.

(b) a análise do deslocamento, na década de 1990, para a compreensão das Organizações Não Governamentais do terceiro setor como indicativo da conjuntura de avanço do neoliberalismo, momento em que, de modo geral, o enfoque passa de sujeitos históricos predeterminados aos pobres e excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho; a tarefa

política é incluí-los, com destaque a análise de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça e a equidade (GOHN, 1997: 35).

Ficam bem demarcados os distintos enfoques diante da multiplicidade de possibilidades de análise, cujas questões teóricas, segundo Kowarick (1987), são extremamente complexas, envolvendo “o caráter das lutas (de classe) por eles desenvolvidos, suas (des)articulações com partidos políticos ou seus antagonismos em relação ao Estado”. Em um momento onde a solução institucional-partidária se colocava de forma marcada, os “movimentos urbanos”, como chamou Kowarick (*Ibid*), são entendidos no Brasil “como as várias formas de ações levadas adiante pelas camadas populares e que têm por objetivo a questão da terra, habitação e bens de consumo coletivos”. Segundo Kowarick (1987), portanto, as “invasões coletivas” de terras, o que entendemos ser em realidade ocupações, são consideradas por esse autor uma *ação direta*, assim como os saques e as depredações destacados na década de 1980 que caracterizam o que foi chamado de “rebelião social”.

Entre as análises que identificavam “novos sujeitos coletivos” com o pique *movimentalista* do final da década de 1970 apontado por Doimo (1995), e a constatação de que muitos MS ainda não haviam incorporado de fato um papel transformador, estando dentro ou fora da esfera da produção e reprodução da força de trabalho, muitas indagações eram levantadas, sendo sintomático o questionamento sobre o elemento central das lutas sociais visando a ruptura das relações capitalistas de produção (*Ibid*).

No Brasil, entre as discussões acadêmicas ou em meios às entidades classistas o que passa a se destacar são os chamados *movimentos sociais populares*: a ação popular como ação revolucionária explicitando a necessidade de se identificar “um novo” sujeito de transformação, agora não mais reconhecido no proletariado como no fim do século XIX e início do século XX (ALMEIDA, 1992). O contexto urbano passa a ser constantemente destacado, e o processo de urbanização tido como “um cenário” que caracteriza os movimentos sociais nas cidades diante da centralidade que esta assume no processo produtivo.

Movimentos Sociais Urbanos, Movimentos Urbanos, Movimentos de reivindicação urbana, Lutas Urbanas, Movimentos Sociais e Populares Urbanos... São muitas as definições de termos para tratar as manifestações de novos conflitos que não cabem somente nas dualidades entre o velho e o novo, entre a autonomia e a institucionalização, entre o espontâneo e a organização política estruturada em partido ou sindicatos.

No fim da década de 1990 e início dos anos 2000 a complexidade que vinha sendo delineada em âmbito global a partir da dinâmica urbana faz com que sejam resgatadas as bandeiras referentes à Reforma Urbana, o que concretiza uma conquista importante com a regulamentação da política urbana nacional, expressa no Estatuto da Cidade⁶². O popular atrelado ao urbano passa a representar ora aqueles que estão circunscritos ao âmbito da produção, ora os movimentos das minorias raciais ou aqueles originários das necessidades vinculadas ao local de moradia; em realidade passa a denominar ambos, uma vez que seus objetivos estão prioritariamente orientados para a conquista de melhorias da chamada “qualidade de vida”, o que em um primeiro momento remete muito mais ao consumo e acessos de forma restrita do que ao direito à cidade em sua complexidade.

Não sendo possível simplesmente reproduzir o padrão clássico dos conflitos de classes diante da realidade urbana que apresenta novas contradições, observa-se múltiplos impasses em torno da organização coletiva e suas ações, pois se por um lado se vislumbra a possibilidade da

[...] formação de uma identidade abrangente fundada na condição de injustiçado, [por outro lado] sua manifestação pela interlocução direta com o Estado acaba sucumbindo diante dos mecanismos desagregadores das várias agências estatais, ou termina por fragmentar-se ante a própria competição interna pelos mesmos recursos públicos” (CARDOSO *apud* DOIMO, 1995: 46).

Em certa medida, no Brasil, essa condição está fortemente ligada à não superação da incidência dos movimentos e suas pautas quanto as carências de sobrevivência imediata. No entanto, acreditamos que a capacidade de transformação ou sua fragmentação, como apontado acima, não se delimita a partir do termo “definido” para denominar a organização coletiva, mas sim, a partir da prática que empreendem. Nesse sentido, a geografia dispõe de um conjunto de conhecimentos que se diferencia da contribuição sociológica, somando aos conflitos que resultam na ação direta sua dimensão espacial frente às contradições na conformação de uma radicalidade necessária à luta por direitos, pelo direito à cidade.

“Situar geograficamente a emergência dos Movimentos Sociais” (MARTIN, 2002: 13) também acrescenta outro leque de termos para demarcar os conteúdos espaciais das organizações coletivas: movimentos socioespaciais, movimentos territoriais, movimentos sócio-territoriais. Para além da terminologia que carrega em si elementos conceituais

⁶² Em artigo apresentado no CIETA (2014) discutimos um pouco os limites instrumental diante da produção do espaço urbano conforme interesse das classes dominantes. Assim, tem-se ciência de que embora seja uma conquista importante não representa a solução da problemática urbana posta.

relevantes, torna-se central a visibilidade da relação espacial entre sociedade-natureza, sua dimensão social e as distintas escalas em movimento constante no processo de produção do espaço.

A mundialização e a imposição de uma nova territorialidade em meio a uma dinâmica “onde as capacidades políticas tendem a recuar frente às dominações econômicas” (*Ibid*), são concebidas em escala global e incidem em diferentes escalas sob a forma de ações verticais, como indicado por Santos (2004), o que não quer dizer que não encontre resistência a partir das ações horizontais de distintos lugares. Assim, entender a dinâmica do mundo perpassa “combinar diversas escalas e diversos níveis de análise” (Klein, 1998: 63), evidenciando a contribuição estratégica da geografia, uma vez que

Para conceber uma estratégia de desenvolvimento capaz de combinar os interesses dos cidadãos e os do sistema-mundo em construção; encontrar um espaço social recolhendo forças capaz de fazer contrapeso perante as forças de mercado; delimitar os territórios da ação coletiva. Eis o que constitui um vasto programa. “Pense globalmente e aja localmente”, diz a famosa palavra de ordem, mais verdadeira do que nunca. (KLEIN *apud* MARTIN, 2002: 15)

Segundo Harvey (2004) as novas lutas ocupam lugar entre a microescala do corpo e a macroescala da economia global, sendo necessário para construir um entendimento acerca da sociedade e elaborar uma dialética da política capaz de perpassar as diferentes escalas espaciais (MARTIN, 2002). A “produção de escala” como “produção da diferença geográfica” (HARVEY, 2004) possibilita acentuar o debate sobre os MS em outros termos, nos quais as ações coletivas não se dão em um espaço estático e secundário, mas tem na sua centralidade uma chave essencial para a compreensão de suas práticas.

Nesse contexto, parece-nos relevante considerar a contribuição de Porto-Gonçalves (1999: 69) que entende a organização coletiva e o movimento social considerando que sua representação:

[...] é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial não sendo destituído de sentido o fato daqueles que se colocam em posição hegemônica numa determinada ordem estigmatizar como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem.

Esses questionamentos relacionados às práticas dos Movimentos Sociais Urbanos nos leva a refletir sobre a compreensão acerca da dimensão do *urbano*, em meio à sua dinâmica espacial, a qual se materializa na cidade diante da generalização do uso do termo, que muitas

vezes tem servido para adjetivar ao MS especificando sua atuação na cidade, sem necessariamente tratá-lo a partir dos conteúdos que orientam a conformação do que Lefebvre denominou da sociedade urbana como um caminho fértil para ampliar a análise.

Sobre o significado conceitual que atribuímos aqui à sociedade urbana e às lutas sociais como “objetos” a conhecer, tomamos-lhe de empréstimo em Lefebvre (1999: 14/16):

Para denominar a sociedade *pós-industrial*, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: *sociedade urbana*, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. [...] A expressão "sociedade urbana" responde a uma necessidade teórica. Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos. Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida. [grifos do autor]

Numa perspectiva teórica semelhante a esta apresentada acima, através de Lefebvre (1999), compreendemos o urbano no nível do *conceito*, o qual ajuda a dar substância ao pensamento que procura apreender a realidade social constituída na e pela urbanização da sociedade. Essa realidade contém em si seu enigma – algo a ser decifrado para além das suas manifestações parciais e particulares –, mas que, não raro, tem sido confundida com os “fatos objetivos” *ou* com as “sutilezas” das representações simbólicas, finalizando-se, mediante um formalismo lógico, num *ou* noutra a busca por esse enigma.

Portanto, se é inegável que essa dinâmica urbana que se delineia no século passado assume formas e conteúdos específicos no novo século, como tem sido destacado por diferentes áreas do conhecimento, faz-se importante explorar sua fundamentação de modo a não só qualificar adjetivando organizações e ações coletivas, mas, principalmente, demarcar as bases referenciais à sua compreensão, uma vez que não se trata apenas de um novo cenário, mas de um processo que amplia as contradições inerentes à reprodução do sistema capitalista.

Sendo assim, a provocação de um breve debate acerca do *urbano* para além das formas que se materializam na cidade, nos parece um caminho produtivo e necessário para construção de uma narrativa que deixe de lado as dualidades e hierarquizações inerentes a certas classificações das organizações sociais coletivas, focando nas relações concretas e virtuais existentes a partir das ações coletivas de resistência urbana.

3.1.1. *A dimensão do urbano na cidade*

*As cidades podem ser classificadas por tipo.
A tipologia do urbano se liga à geografia “humana”, mais que à teoria.
(LEFEBVRE, 1986: 161)*

*O urbano é um continente que se descobre
E que se explora à medida que é construído
(LEFEBVRE, 2008: 81)*

É comum na literatura acadêmica tratar os Movimentos Sociais Urbanos como especificação daqueles grupos que se organizam e protagonizam as lutas sociais na cidade, embora essa também seja uma prática reproduzida em meio aos diversos coletivos na cidade. Pode parecer redundante, em um primeiro momento, querer discutir o *urbano* em meio às obviedades que envolvem o termo, mas justamente por ter em conta que certas obviedades reduzem os conteúdos conceituais referentes a ele é que insistimos nessa aproximação como um movimento necessário.

Não se trata de um debate novo, mas de um exercício de compreensão para situar o urbano para além da forma, pois a complexidade do que Lefebvre (1999) chamou de Sociedade Urbana evidencia uma realidade que muito embora não seja capaz de absorver ou dominar completamente a problemática industrial e/ou agrária as modifica profundamente – “[...] hoje o urbano revela o industrial [...]” (*Ibid*: 47). Ou seja, não se trata apenas de um contexto, a problemática urbana acentua a realidade contemporânea para além da forma que se materializa nas cidades, e diante disso, nos questionamos sobre o que o *urbano* nos revela acerca dos MS? Como entre as representações do espaço e os espaços de representação podemos decifrar o espaço das ocupações urbanas na constituição de ações de resistência?

Em outro texto Lefebvre (1986) inicia sua argumentação destacando não se tratar de uma palavra nova, mas de um conceito que traz o novo ao iluminar fatos e relações até então “silenciados”, o que muitas vezes parece camuflado a partir do protagonismo dado ao *urbanismo* como prática e ideologia na conformação da cidade. Contudo, enfatiza esse autor (*Ibid*: 159)

Esse conceito, o *urbano*, há pouco entrado nos vocabulários (ciência e prática), não designa a cidade e a vida na cidade. Ao contrário, ele nasce com a explosão [l'éclatement] da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana. [...] O conceito parte de uma teoria sobre o espaço (social)

enquanto *produto-produtor*, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas, organização do trabalho, relações de propriedade, instituições e ideologias

Ao desvelar o processo de implosão-explosão da cidade, observa-se que esta, ao mesmo tempo em que persiste ao ser condensada mantendo sua centralidade econômica, de informação e de conhecimento, é dispersada em torno dela formando os subúrbios e áreas periféricas. O urbano designa as extensões e suas fragmentações, ou ainda sob a perspectiva de Lefebvre, trata-se do “território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. [...] põe a ênfase no cotidiano na vida das ‘cidades’” (*Ibid*: 160).

O urbano, portanto, como abreviação da Sociedade Urbana se refere não a uma realidade acabada, mas como um horizonte que ilumina as possibilidades ainda que virtualmente: “O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realiza-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*” (LEFEBVRE, 1999: 26).

Esse conhecimento teórico serve, como indica Lefebvre (1999), para mostrar “o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem”. Pensar alternativas às impossibilidades existentes implica revitalizar o que Harvey denominou de tradição utópica na formulação de alternativas socioespaciais na construção de indicativos de enfrentamento ao “desenvolvimento geográfico humano desigual”.

Harvey, por sua vez, destaca a base urbana das crises em escala global relacionando eventos históricos à dinâmica do mercado imobiliário e aos sistemas bancários que alimentam o capital especulativo, com intuito de demonstrar que o colapso vivido em 2008 não apresentava novidades, além do seu alcance, e que reconhecia certa normalidade sobre o “enraizamento no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário” (HARVEY, 2011: 16). Observamos, então, que a urbanização, que evidencia a centralidade do urbano e a questão urbana como ponto crítico da sociedade contemporânea, além de não ser recente entra em um movimento que ultrapassa fronteiras socioespaciais.

Para além da divisão dual do que é urbano e o que não é, e em meio ao processo de globalização que se amplia por meio da urbanização capitalista, torna-se crucial (re)pensar o significado desse termo tanto na teoria quanto na prática. E nesse sentido, a proposição de Neil Brenner na organização de artigos em *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary*

Urbanization retoma a hipótese lefebvriana da urbanização completa da sociedade como meio de constituição de um novo modelo de urbanização, a partir da re-apropriação coletiva e a autogestão democrática do espaço planetário como trabalho da espécie humana.

Nesse sentido, denominar os Movimentos Sociais como “urbano” implica considerar sua dimensão coletiva com vistas a apropriação e renovação da vida urbana. Não assumir a amplitude do seu referencial teórico-metodológico diante das condições empíricas contemporâneas não só o reduz, mas representa a perda um conjunto de possibilidades para a orientação da própria ação das organizações coletivas. Reconhecer o potencial do urbano, nesse sentido, pode ser uma chave para a luta social baseada em uma compreensão mais ampla das condições sociais, socioespaciais, pela própria classe trabalhadora com vistas a potencializar movimentos e ações contra-hegemônicas.

Conhecer os aspectos dessa realidade pode parecer simples e evidente diante da possibilidade de reconhecimento de sua topologia na paisagem, como explicita Lefebvre (1986), no entanto, pouco a pouco sua profundidade é revelada. Assim, a tese de Lefebvre (2008: 80) de que “a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada do processo de industrialização”, explicita o ataque, destruição e dissolução da cidade pela industrialização que se liga antes de tudo a “não-cidade”, a “anticidade”.

Ela [a industrialização] a faz crescer desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de explosão-implosão). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto (*Ibid*: 83)

O urbano enquanto conceito relevante para compreender a realidade social atual “aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade” (*Ibid*: 84), o que demarca a distinção entre os termos e ressalta a relação direta e dialeticamente posta entre eles. Assim, situar as lutas sociais e a compreensão dos MS a partir desse referencial se constitui a base para pensar não somente sobre o que qualifica as resistências nesse início de século, sentida no e pelo corpo, mas principalmente para orientar a construção de alternativas como resultado da re-apropriação da vida urbana nas mais diversas escalas, fazendo com que o urbano se faça ameaçador tornando impossibilidades possíveis.

Os Movimentos Sociais *Urbanos* no contexto da nossa reflexão, portanto, devem ser considerados por seu caráter emancipatório cujas ações são desenvolvidas prioritariamente nas cidades, mas em constante relação com as ações de resistência do campo, uma vez que o sentido humanizador do urbano não se limita a delimitação da cidade, da mesma forma que a realidade urbana contemporânea orientada para e pela (re)produção do capital. Dessa forma, todos os MS até então caracterizados como “urbanos” estariam de fato relacionado a esse referencial?

Não cabe no âmbito dessa pesquisa, e também não compõe nossos objetivos, classificar as organizações coletivas existentes, mas sim compreender a espacialidade das ações dos Movimentos Sociais *Urbanos*, ou como destaca Santos (2011: 14) dar ênfase aos “olhares espaciais” destacando “as dimensões espaciais da existência e da ação social” em uma perspectiva de análise dos MS que “permita pensa-los como sendo – a um só tempo e dialeticamente – uma forma específica de ação social (dentre diversas possíveis e existentes) e também a convergência de múltiplas e diversas formas de ação social”.

3.1.2. No contexto do debate do urbano, a organização da resistência

As ações sociais enquanto ação de resistência urbana nos faz pensar o que de fato significa resistir? Seria a organização da resistência em Brasília/DF o mesmo que em São Paulo/SP? A mesma de Barcelona (Espanha), da Cidade do México (México) ou de New Orleans (EUA)? O que distingue e o que conecta as ações de resistência em diferentes cidades? É preciso resistir! Escutamos em todos os espaços ocupados (terrenos, órgãos públicos, escolas, universidades). Mas, resistir a quê? A quem? De que forma?

Essa enxurrada de questões aparentemente aleatórias parece trivial em um primeiro momento, no entanto, tratam-se de questões que têm despertado nosso interesse diante do intenso levante de protestos e mobilizações que ocupam ruas, praças, prédios e terrenos abandonados nas principais cidades do Brasil e do mundo, a exemplo da ocupação das ruas na Turquia, das praças da Espanha, de espaços monumentais e/ou de grande destaque internacional como Wall Street, as ocupações do MTST em diversos estados no Brasil.

A ação de *ocupar* evidencia em realidade a ampliação do seu potencial tendo sido essa uma estratégia das organizações coletivas, seja no campo ou na cidade. Com a intensificação do processo de urbanização, os movimentos sociais do campo reconhecendo a centralidade da cidade reforçam a máxima de que a Reforma Agrária está diretamente atrelada à Reforma

Urbana, e as lutas urbanas ao se reestabelecer em um novo momento histórico com a redemocratização do país, no final dos anos 1980, absorvem estratégias de ocupação adaptadas ao contexto e à realidade das cidades.

No contexto das “rebeliões e revoluções camponesas”⁶³, Scott (2011) cunha o conceito de *resistência cotidiana* por considerar que a questão da rebelião estava mal posta. Segundo este autor, diante da realidade vivenciada na Ásia, parece “mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros” (*Ibid*: 02), o que não se refere a uma confrontação coletiva. Ao contrário, esse autor se detém no que chamou de “armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder”, como a relutância, a dissimulação, a falsa submissão, e até mesmo pequenos furtos diante das condições precárias de sobrevivência, o que chamou, ainda de formas brechtianas de luta de classes.

Trata-se de uma resistência passiva, que na opinião do prof. Manuel Delgado, do departamento de Antropologia da Universitat de Barcelona⁶⁴, não passa de uma ação na qual determinados indivíduos suportam, aguentam [*aguante*], a condição posta, sendo necessário partir para ação política efetivamente, seja no campo ou nas cidades. No entanto, Scott salienta que há algo em comum entre o que considerou de *formas cotidianas de resistência* e as grandes confrontações públicas (no caso de seus estudos, as rebeliões camponesas) de ação política, que é o fato de ambas serem “voltadas a mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou a levar adiante reivindicações com relação a tais classes” (*Ibid*: 04).

Em meio a uma resistência cotidiana informal, dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de fato imediatos, a maioria das classes subalternas às quais se refere Scott tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu *status*, sendo essa forma de resistência a única opção. Destaca, então, duas observações acerca das resistências e suas vinculações como indicativo de sua conformação e seus limites.

A primeira é a de que a natureza da resistência é grandemente influenciada pelas formas existentes de controle do trabalho e pelas crenças a respeito da probabilidade e severidade da retaliação. Onde as consequências de uma greve

⁶³ Do original "Normal exploitation, normal resistance", publicado como o segundo capítulo do livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (New Haven: Yale University Press, 1985). Direitos autorais concedidos pela Yale Representation Ltd. Traduzido por André Villalobos.

⁶⁴ O prof. Manuel Delgado é coordenador do Observatório de Antropología de los Conflictos Urbanos, do Grupo de Antropología de los Conflictos Urbanos. Em ocasião do intercâmbio realizado em Barcelona de março a julho de 2015, após participar do lançamento do livro *La mierda de la ciudad*, marcamos uma conversa informal com em meados de julho de 2015 para discussão desse tema.

aberta forem provavelmente catastróficas em termos de demissão ou prisão, a força de trabalho pode recorrer a uma operação tartaruga [*slowdown*] ou a um desempenho de baixa qualidade no emprego. A natureza dessas ações, muitas vezes não declaradas e anônimas, torna particularmente difícil ao antagonista avaliar a culpa e aplicar sanções. Na indústria, a operação tartaruga veio a ser chamada de greve "italiana" e que é utilizada particularmente quando se teme repressão, como na Polônia sob lei marcial, em 1983. Naturalmente, o pagamento por peça produzida foi muitas vezes usado como um meio de frustrar formas de resistência acessíveis aos trabalhadores pagos por hora ou dia de trabalho. Onde prevalece o pagamento por peça, como ocorreu com as tecelagens de seda ou algodão na Alemanha do século XIX, é provável que a resistência encontre expressão não nas operações tartaruga, o que seria contra os próprios interesses dos trabalhadores, mas em formas tais como "diminuição do peso do tecido acabado, acabamento imperfeito, e furto de materiais" (LINEBAUGH, 1976, p. 10). Cada forma de controle ou pagamento do trabalho provavelmente gera, mantidas as demais circunstâncias, suas próprias formas características de resistência silenciosa e "contra-apropriação".

A segunda observação é a de que a resistência não é dirigida necessariamente à fonte imediata de apropriação. Na medida em que o objetivo dos resistentes é tipicamente satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, terra, ou renda, e fazê-lo em relativa segurança, eles podem simplesmente seguir a linha de menor resistência. Os camponeses e proletários prussianos na década de 1830, pressionados por suas acanhadas propriedades e salários abaixo do nível de subsistência, responderam pela emigração e pela invasão furtiva de propriedade alheia [*poaching*] em busca de madeira, forragem e caça em larga escala. O ritmo do "crime florestal" aumentava à medida que os salários declinavam, as provisões encareciam, e onde a emigração era mais difícil; em 1836, houve a instauração de 207.000 protestos na Prússia, 150.000 dos quais por crimes florestais (LINEBAUGH, 1976, p. 13). Os invasores eram apoiados por um ânimo popular de cumplicidade originado por uma tradição anterior de livre acesso à floresta, mas eles agora pouco se importavam se os coelhos ou a madeira de que se apropriavam provinham da terra de seu empregador ou senhorio. Assim, a reação a uma apropriação em uma esfera pode conduzir suas vítimas a explorar pequenas aberturas, disponíveis alhures, que se sejam mais acessíveis e menos perigosas. (SCOTT, 2011: 04/05)

Ao desencadear esse debate no recorte empírico indicado a contribuição de Scott ultrapassa a realidade camponesa destacando o debate da luta de classes e a consciência e a falsa consciência de classe a partir do aporte gramsciano, superando, segundo Monsma (2000: 01), os estudos camponeses “para abarcar, entre outros temas, formas de resistências urbanas, o papel dos movimentos sociais e das outras organizações formais na mudança social”, ainda que as *formas cotidiana de resistências* apontadas por ele não coloque em xeque claramente o sistema vigente. Talvez justamente por não confrontar diretamente a ordem posta que o professor Manuel Delgado reforce insistentemente a importância de ações de disputa efetivas, uma vez que *resistir*, no sentido de aguentar, já não basta; indignar-se já não é suficiente diante da negação de direitos sociais e da produção da cidade e do espaço urbano predominantemente como valor de troca.

Assim como o debate sobre o urbano, pensar a resistência urbana enquanto fenômeno na cidade nos levou a um exercício de problematizar o entendimento acerca do termo, uma vez que tem sido usado de forma recorrente, mas sem receber muita atenção conceitual-metodológica. Inicialmente, no decorrer desse exercício, surgiram alguns conflitos no entendimento de onde e como situar o termo: pensamos que se tratava de uma especificação distinta de movimentos sociais, considerando-os, então, movimentos de resistência urbana, o que substituiria os termos anteriores diferenciando as ações dos MS do século XXI. Mas, se não é necessariamente o termo que diferencia a ação e sim, o contrário, que diferença faria modificar o termo simplesmente?

Se nos parecia necessário pensar conceitualmente os movimentos sociais e a sua relação com o *urbano*, parecia tão relevante quanto situar as ações de resistência urbana, uma vez que havia clareza de que não nos referíamos a uma ação passiva como exposto por Scott ao tratar a *resistência cotidiana*, pois não há passividade no que temos presenciado em termos de ocupação urbana no Brasil e as ocupações de diferentes espaços públicos no mundo, ainda que haja limitações.

A ação e o impacto dos MSUs que organizam a resistência urbana no Brasil se realiza com dificuldades, em virtude de uma conjuntura política e econômica de intensa instabilidade, o enfrentamento organizado explicita a contradição que envolve a propriedade privada que tensiona cada vez mais, não somente pela sua priorização, mas também pela apropriação privada da cidade em detrimento da sua apropriação coletiva. Isso significa dizer que as “novas contradições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo ao espaço o reproduz em outro patamar: ele mesmo enquanto mercadoria” (CARLOS, 2001: 64).

Esse processo aponta tensões e conflitos que fazem da cidade um espaço de disputa de todas as ordens, e coloca no centro do debate a produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo marcado pela crescente submissão do valor de uso pelo valor de troca – a monetarização da sociedade, o que aponta para “desigualdades sócio-espaciais no aprofundamento da cidade enquanto produto e condição de maximização dos preceitos da dinâmica econômica capitalista, direcionada para o consumo indiscriminado como fim último” (MARTINS, 2009: 02).

Nesse contexto, voltamos a afirmar que a sobrevivência não se reduz às necessidades naturais ou meramente econômicas, mas, ao contrário, tem-se o indicativo a partir da

contribuição de Heller⁶⁵ (1986) que tal redução nega a historicidade das necessidades sociais, constituindo uma expressão de alienação capitalista das necessidades. Diante das péssimas condições de moradia existentes nas periferias das grandes cidades, observa-se que sob a forma de cortiços, favelas, moradias autoconstruídas, estão indicadas variações do que Kowarick (2009) denomina “viver em risco, [o] que marca as condições urbanas de vida dessas populações”.

Tais condições estão presentes em diferentes ocupações urbanas⁶⁶ como *Dandara*⁶⁷, *Camilo Torres*⁶⁸, *Izidora*⁶⁹ em Belo Horizonte, *Vila Nova Palestina*, *Faixa de Gaza*, *Dona Deda*, *Capadocia*, *Estaiadinha*, *Chico Mendes*, *Copa do Povo* em São Paulo, *Novo Pinheirinho*, *Rosa Luxemburgo*, *Maria da Penha Resiste* em Brasília, *Bom Jardim* em Fortaleza, *Zumbi dos Palmares*, *Manuel Congo*, *Solano Trindade* no Rio de Janeiro, *Sonho Real Vive* em Goiás, entre outras centenas de ocupações. Para além da necessidade o que as relaciona é a ação de resistência urbana a partir da organização coletiva em MSUs, sendo o espaço da ocupação a única opção pensando individualmente e uma estratégia de impacto no que se refere ao nível coletivo.

Nesse sentido, a participação no MSU se torna uma possibilidade de reconhecimento não somente das condições às quais estão submetidas/os e de que estas não são *naturais*, mas também o reconhecimento de que podem se unir e se solidarizar com outros que vivem e partilham das mesmas dificuldades, acionando um gatilho de transformação das *formas cotidianas de resistência*, passivas e individualizadas. Esse, no entanto, é um processo conflituoso e contraditório, mas que não o deslegitima em função das dificuldades da organicidade conjunta com a base.

A construção de uma prática espacial a partir do uso específico do espaço (LEFEBVRE, 2013: 77) pode ser um meio em que os espaços das ocupações urbanas coordenados pelos MSUs, em especial as ocupações do MTST, amplie a construção de ações insurgentes, ora como

⁶⁵ Heller resgata a teoria das necessidades em Marx apontando para a limitação dessa análise, conceitual e empírica, enquanto elemento natural ou unicamente econômico.

⁶⁶ O processo de gentrificação sofrido por comunidades ameaçadas de remoção, principalmente em função dos megaeventos esportivos, é uma realidade que pode ser relacionada as condições de vida urbana nas cidades e sua precarização. Ainda que não seja o foco da discussão nesse momento é preciso considerar a luta e resistência empreendida por comunidades ribeirinhas em Recife, a Vila Autódromo no Rio de Janeiro, entre outras.

⁶⁷ <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/>>

⁶⁸ <<http://ocupacoescamilotorresirmadorothy.blogspot.com.br/>>

⁶⁹ Ocupação mineira formada por 3 vilas interligadas: Esperança, Rosa Leão e Vitória. Algumas informações na reportagem da Carta Capital, matéria de Barbara Ferreira, publicada em 06/07/2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/resiste-izidora-30-mil-ameacados-de-despejo-em-bh-7713.html>> Além do link da Ocupação Rosa Leão <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>>

resultado do uso do espaço, ora sendo esse conteúdo e suas formas elemento de orientação desse uso para constituição da ação direta.

Souza (2010), em sua análise sobre o que chamou de movimentos sociais emancipatórios considera as práticas espaciais insurgentes em sua relação principal com a ação direta, ainda que associada a luta institucional. Embora reconheça o movimento de negociação com o Estado, em distintos governos, e o seu papel, Rodrigues (2014: 36) adverte os limites, uma vez que as “conquistas institucionais possibilitam lutas de resistência mais do que possibilidades emancipatórias”, mas reconhece que sem essas as resistências seriam ainda mais frágeis.

Ao se referir à conexão propiciada pela comunicação via redes sociais como meio de viabilização da expansão das manifestações, Rodrigues (*Ibid*: 39) ressalta que “são os indivíduos juntos, em um dado lugar que potencializam a práxis política de resistência”, o que reforça nossa ideia da ocupação urbana como espaço necessário à resistência urbana para a construção de ações insurgentes e efetivamente emancipatórios. Trata-se de uma das formas de resistência urbana, outras coexistem quando se dá a luta contra as remoções, o acorrentamento humano, a tomada de ruas, as casas Okupas, os mercados apropriados por ações culturais, bloqueio de ruas/estradas, e em muitos momentos elas acontecem concomitantemente a depender das condições e da conjuntura.

A organização das ações de resistência urbana tida como um elemento para construção de um contra-poder insurgente requer a territorialização, o controle pelo uso de determinado espaço, segundo Souza (2011), e dessa forma, como prática espacial se busca potencializar sua capacidade de construir a radicalidade na ação de transformação de sua condição e, conseqüentemente, da própria cidade.

A relevância dessa relação está, como se pode notar, na dimensão concreta do espaço a qual está referenciada a prática espacial, sua forma de uso, o que a princípio assegura uma relativa coesão do que está posto, mas sendo esta uma projeção no terreno dos aspectos, elementos e momentos da *prática social* (LEFEBVRE, 2013), ao ser referenciada a partir do espaço vivido das ocupações urbanas incorporam a resistência no tensionamento das relações concebidas no âmbito da reprodução das relações de produção.

Nesse sentido, vale destacar o indicativo de Lopéz (2002) sobre a ação e a organização dos MS como alternativa fundamental de exercício de poder da sociedade, ainda que em alguns

momentos usam e combinam formas convencionais em relação à instituição política – a exemplo da negociação com o Estado. No entanto, esse autor considera que

[...] para los MS, participar no es solamente actuar u organizarse, um médio o una metodología, sino también un fin en sí mismo, um objetivo político más, no siempre explicitado, que impieza con la adhesión de colectivos concretos al movimiento, continúa con la implicación en las formas de autoorganización interna y puede acabar con la colaboración en las acciones de movilización a favor de transformaciones sociales significativas para el movimiento. (LOPÉZ, 2002: 27)

Essas transformações se relacionam com as diferenças que se materializam no espaço, como afirma Ferreira (2015: 81), sendo "também através do espaço que podemos vislumbrar outras possibilidades, que podemos produzir novas formas que nos permitam imaginar e lutar por cidades justas". Compreender a relação entre o espaço e as ações dos MSUs requer considerar o espaço vivido como aquele que pode ser percebido como "fonte das contradições que invadem a cotidianidade, [assim como, também através dele] podemos conceber novas possibilidades de criação" (*Ibid*: 78).

CAPÍTULO IV – AS OCUPAÇÕES URBANAS E O MTST EM BRASÍLIA: EM BUSCA DO SENTIDO DE *HABITAR*

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Brasília/DF marca um momento distinto na (re)construção da reivindicação pela moradia na Capital Federal. As condições de reflexão a partir da prática organizada por meio do Movimento Social suscitam ponderações no que tange à ação política e a resistência urbana em meio à nova composição (ou a renovação) dos Movimentos Sociais locais, conectados ao processo de mundialização da luta social: por condições de vida digna e justiça econômica, política, cultural, social e espacial; pelo direito de se apropriar coletivamente dos espaços públicos, pelo direito à Cidade, o direito a ter direitos.

Não temos referência sobre o cotidiano e as relações diárias das ocupações que deram origem à composição territorial de Brasília/DF, indicadas no capítulo II. Alguns relatos das relações de vizinhança e a repercussão organizativa que resultou na história de lutas da Capital Federal pode nos levar a pensar que havia além de interesses e objetivos comuns, alguma identificação subjetiva em relação a como viver na cidade, os direitos sociais para que a vida nessa cidade seja digna, além da importância de se organizar coletivamente para conquistar seus direitos. Como nos interessa balizar o cotidiano nas ocupações urbanas a partir do referencial discutido no capítulo III, acerca dos MSUs, a atuação do MTST se coloca como uma oportunidade de aproximação do debate a partir da observação das práticas cotidianas nesses espaços.

Nas ocupações urbanas realizadas pelo MTST/DF observamos em meio ao cotidiano organizativo para sua manutenção uma mescla de sentimentos e anseios. A solidariedade pela necessidade se choca com a representação do espaço individual como direito, e entre a novidade – para muitos – da experiência vivida nesse espaço e a explosão de indignação e esperança compartilhada buscamos os indícios da resistência urbana contra a privação do urbano. Se as condições de sobrevivência proporcionam a muitos a possibilidade de constituir-se enquanto protagonistas da transformação coletiva, seria o enfrentamento realizado somente pelo objeto central de reivindicação? Como veem os caminhos, as estratégias e os conflitos? O que significa o morar?

Além da coordenação distrital/nacional do DF/Planaltina, as entrevistas realizadas com as/os coordenadoras/es de acampamento e acampadas/os da Ocupação Maria da Penha Resiste! – Planaltina – elucidam nossas questões, agora situadas no processo de formação territorial de Brasília que se constitui enquanto cidade a partir de grandes ocupações, e referenciadas pelo entendimento da centralidade do urbano enquanto elemento de disputa no âmbito da luta pelo direito à Cidade.

Exploraremos, nesse momento, as possibilidades quanto à construção da prática do direito à Cidade no ambiente das ocupações urbanas como indicativo do exercício pela mudança da vida urbana, pelo sentido do *habitar*, que em meio a reivindicação por habitação digna, para além da obtenção da casa, a representação da propriedade agrega outros elementos.

4.1. A construção da luta cotidiana: percepções e vivências

A experiência de fazer parte de uma ocupação urbana organizada pelo MTST coloca diante de nossos olhos a dura realidade de famílias de baixa renda que, via de regra, têm tido que optar por pagar o aluguel para não sofrer despejo ou comprar alimento básico, e de imediato esse fato nos leva a pensar porque isso não é visto como uma questão coletiva cuja sociedade como um todo deve se responsabilizar de alguma forma. No entanto, considerando a conformação da individualização promovida no seio da perspectiva neoliberal parece coerente que uma parcela significativa da sociedade assuma o comportamento – autocentrada no espaço da vida privada – no qual a condição do outro não lhe diz respeito.

Entre homens e mulheres, crianças/jovens/adultos/idosos, alfabetizados e não alfabetizados, empregados/desempregados/subempregados, instala-se um sentimento comum entre as famílias acampadas: o desejo por uma vida melhor – ou talvez melhor fosse dizer, o desejo de viver além da sobrevivência. Essa leitura aos poucos se confirma no processo de preparação e realização do Ocupa DF, em fevereiro de 2015, pelo MTST/DF.

Ao longo de 8 dias de ocupação centenas de famílias em 5 ocupações iniciadas simultaneamente – Recanto das Emas (Anita Garibaldi), Samambaia (Olga Benário), Ceilândia (Rosa Luxemburgo), Brazlândia (Dorothy Stang) e Planaltina – vai ganhando vida, e entre aliadas/os, militantes e acampadas/os diferentes nuances de conflito e solidariedade vão sendo observados. A entrada, em Planaltina, em um terreno abandonado por mais de 20 anos aponta claramente

uma ação sistematicamente coordenada na qual, tal como uma colmeia, as famílias se agrupam para "levantar o acampamento" em poucos minutos; e qual seria, nesse primeiro momento, o equipamento essencial a ser levantado? A cozinha comunitária – dali, ao hastear a bandeira do movimento, irradia toda a formação da ocupação.

A "construção" de barracas de lonas tampouco é tarefa individual e nos surpreende perceber pelo acervo fotográfico do Arquivo Público do Distrito Federal a semelhança das condições vividas e registradas na Vila Telebrásília ainda em 1991 e as ocupações em 2015 que apresentam, ao menos em forma, a mesma tipologia (Figuras 15 e 16) o que nos reporta a extensão da problemática. E ao observar, na ocupação urbana do MTST ao longo do Ocupa DF, temos a impressão de que tudo ali se coletiviza, de alguma forma e em alguma medida; e não poderia parecer estranho ao senso comum que pessoas que querem sua casa própria, ou seja, obter sua propriedade privada, passem a coletivizar tudo? Esse movimento não se dá sem estranheza, sem tensão, mas a mediação feita pelas/os coordenadoras/es do MTST objetiva justamente quebrar essa estrutura de individualidade extrema.

Figura 15 – Ocupação Dorothy Stang – Brazlândia, 2015



Foto: MARTINS, Ananda. Fev. 2015.

Figura 16 – Ocupação na Telebrásília, 1991.



Foto: Arquivo Público do Distrito Federal.

A partir da construção da cozinha coletiva e organização geral do acampamento, uma das primeiras ações estratégicas é a realização da assembléia para escolha do nome da ocupação. Embora pareça algo simples e pontual se trata de um momento de simbolismo significativo, pois as propostas estão sempre relacionadas a um momento e/ou personagem histórico no campo das lutas sociais por melhores condições de vida das/os trabalhadoras/es. Assim, para o Ocupa DF foi consenso entre as/os coordenadoras/es que os nomes escolhidos estivessem relacionados a mulheres que fazem parte da história de luta:

- ✚ Ceilândia escolheu como representação feminina de luta Rosa Luxemburgo – filósofa marxista reconhecida por sua militância revolucionária ligada à Social-Democracia na Polônia; com atuação posterior na Alemanha, Luxemburgo é um dos nomes de referência na fundação do Partido Comunista Alemão;
- ✚ Recanto das Emas elegeu Anita Garibaldi – conhecida pela ação revolucionária no sul do Brasil ao lado de Giuseppe Garibaldi, participou da Batalha dos Curitibanos e, anos mais tarde, das ações contra a invasão franco-austríaca de Roma, na Itália;
- ✚ Samambaia assumiu a representação de Olga Benário – militante comunista alemã de origem judaica enviada ao Brasil para apoiar o Partido Comunista Brasileiro e, junto com Luís Carlos Prestes, liderou uma revolução armada, conhecida como Intentona Comunista;
- ✚ Brazlândia definiu como representante a nomear a ocupação Dorothy Stang – missionária estadunidense naturalizada brasileira com forte atuação nos movimentos sociais do Pará por meio da Comissão Pastoral da Terra; assassinada a mando de fazendeiros da região em função de sua luta pela Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável;
- ✚ Planaltina escolheu Maria da Penha como nome de referência – vítima de violência doméstica lutou pela condenação de seu agressor e se tornou uma referência na luta pelos direitos das mulheres, sendo sancionada em 2006 a Lei Maria da Penha que aumenta o rigor das punições às agressões contra a mulher em ambiente doméstico.

O reconhecimento de outras lutas é um ponto central para começar a minar a captura do cotidiano repleto de representações hegemônicas, cada vez mais mediadas pelo consumo; é um exercício com muitos obstáculos, mas que reconhecemos na atuação dos MSUs uma via de organização importante para o fortalecimento de direitos coletivos, entre eles a própria cidade. No entanto, não se trata de um processo imediato no sentido de que as pessoas se identifiquem e façam esse reconhecimento prontamente; ao contrário, muitas/os chegam nas ocupações por "querer ganhar a casa", sem entender ainda que não se trata de um espaço de doação de lotes ou coisa do tipo, mas um espaço de construção no qual o desejo pela casa às vezes se dilui em meio à experiência vivida, na qual, de certa forma, encontra espaço de fala e indignação.

Um dos grandes desafios, sempre exposto nas assembleias semanais/quinzenais realizadas quando não há ocupação ativa, é desconstruir pouco a pouco a memória coletiva de doação

de lote/casa situando o contexto político em que essa ação foi deflagrada em Brasília/DF por meio do GDF – governo de Joaquim Roriz. Situar a diferença entre a ocupação urbana da qual participam junto ao MTST e as invasões com demarcação de lotes é algo que vai sendo constituindo nos momentos da organização das barracas de lona por meio da própria sistemática da organização da ocupação.

Segundo Maria José – coordenadora distrital/nacional Planaltina – quando fez parte de uma invasão em 2010 em Nova Planaltina com outras 120 pessoas não tinha conhecimento sobre a legislação referente a demarcação ilegal de terra, embora soubesse que a "invasão" sofreria represália. Após 15 dias de pressão do GDF e forte repressão policial, decidiram investigar quem seria o proprietário do terreno, que descobriram mais tarde ser a própria TERRACAP.

Eu fazia parte de um acampamento na Estancia Mestre D'Armas em Planaltina, na verdade a gente não chamava de acampamento, chamava de invasão; e foram umas 120 pessoas na época e ocuparam um terreno da TERRACAP no final do Condomínio Nova Planaltina [...] Foram 15 dias de represália da polícia e AGESFIS que chegavam sem notificar e mandavam todo mundo sair, derrubando todos os barracos. A gente se dividiu pra saber de quem era a propriedade do terreno, e chegando no Plano Piloto nos deparamos com uma ocupação no [Palácio do] Buriti, e tava o MTST, o MST e outros movimentos; começamos a conversar e marcamos uma reunião no acampamento, e eles foram; fizeram algumas reuniões explicando as linhas de atuação do movimento, como se organizavam e a gente achou interessante e pediu que eles fizessem parte daquela luta com a gente. [Maria José, coordenadora distrital/nacional MTST/DF – Planaltina]

A partir desse evento, Maria José que declarou nunca ter participado de nenhum MSU, encontrou nesse contato com o MTST (Agosto de 2010) a primeira referência à luta social organizada: "Então se iniciou todo o processo até hastear a bandeira do MTST lá dentro do acampamento. Mas até então eu era somente uma acampada, deixei de ser um a 'invasora' e passei a ser uma acampada e os próprios moradores começaram a me indicar como coordenadora".

A aproximação com o MTST, portanto, resultou na incorporação da bandeira desse movimento a essa ocupação que ao assumir as negociações, por meio da atuação da própria Maria José, passa a ser visto e tratado de outra maneira diante de sua representatividade. A forma de organização política do movimento é ressaltada por ela como algo vantajoso, pois se amplia em relação a demanda inicial, ou seja, embora faça a reivindicação do direito à moradia não está restrita a essa questão já que reconhece que esse acesso e a apropriação da moradia está relacionado a problemática urbana como um todo.

A complexidade social que envolve as condições materiais precárias em que as/os acampadas/os vivenciam é explicitada por elas/es mesmas/os nos espaços criados pela organização do movimento: assembléias, reuniões, oficinas, nas comemorações realizadas, e, principalmente, nas ocupações. Tendo sido feita a desocupação das 5 áreas ocupadas em fevereiro de 2015, a negociação apontava para o andamento do edital já acordado para contemplar as famílias que ocuparam Nova Planaltina em 2010, por meio do Minha Casa Minha Vida na modalidade de Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), bem como a inserção das famílias na lista da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF (SE-DEST/GDF) para recebimento do auxílio vulnerabilidade, e o encaminhamento para o atendimento das famílias no programa habitacional distrital – Programa Morar Bem.

Não tendo sido cumpridos os acordos, e após uma reestruturação interna⁷⁰, a coordenação de Planaltina reocupou o terreno em que já haviam estado em fevereiro com a Ocupação Maria da Penha Resiste, que está dentro de uma área que, segundo destinação do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) corresponde a uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS) e está ao lado de uma grande Área de Oferta Habitacional⁷¹. A coordenação da regional Sul – agora dividida apenas entre Ceilândia e Samambaia – ocupou uma nova área em Samambaia nomeada como 26 de Julho em referência a data da Revolução Cubana.

Sobre a representação da ocupação, as atividades ali desenvolvidas e sua potencialidade no que se refere "ao despertar" para a coletividade que envolve a luta por direitos e em especial a identificação com o MTST, Vitor Guimarães – coordenador do MTST Rio de Janeiro – conta que ainda no primeiro ano do MTST em Brasília, quando terminava o curso de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), participou da Ocupação Gildo Rocha como aliado. Parte de seu relato indica a dinâmica do início da ocupação e a tensão em função da repressão policial ordenada pelo GDF.

A ocupação começou numa sexta à noite [...] e fiquei muito entre os meus amigos, mais conhecidos [...] dormi lá, e na manhã do dia seguinte começaram a me pedir pra fazer coisas [...] pra ver se eu tava disposto a fazer a tarefa'; ajudei na cozinha, a transportar coisas. Na primeira tentativa de despejo os

⁷⁰ Algumas/ns coordenadoras/es, entre eles um dos militantes que veio de São Paulo para Brasília/DF desde o início – Edson Silva, foram excluídos do MTST por decisão da coordenação nacional por se desvirtuar dos princípios do movimento quanto a qualquer cobrança financeira às famílias – no âmbito das ocupações do MTST não é permitido que essa prática seja realizada por nenhum representante do movimento (coordenador/a ou ocupante).

⁷¹ Para cada uma das áreas ocupadas no Ocupa DF foi feito um diagnóstico dos terrenos, todos eles estavam ociosos há anos, e alguns tinha destinação, como indicado para Planaltina, para uso de interesse social ou de oferta habitacional o que não deveria inviabilizar a reivindicação dessas áreas. No entanto, o GDF – gestão de Rodrigo Rollemberg (PSB) – não considerou efetivar a destinação já indicada no PDOT/DF.

principais dirigentes não estavam presentes; a polícia não estava aberta a negociação e começaram a derrubar todos os barracos – foi feita uma negociação pro almoço, pra que as senhoras e crianças pudessem almoçar e depois pegar as coisas – as coisas foram trazidas para a cozinha. Derrubaram todos os barracos, menos a cozinha, [as/os acampadas/os] fizeram, então, uma corrente humana em volta da cozinha; a cavalaria montada foi pra cima dos acampados – todos ali acreditamos que eles iam passar por cima da gente, a gente tinha certeza [...] [Vitor Guimarães, coordenador MTST/RJ]

O impacto da ação da polícia somado à reação da formação da corrente humana em torno do primeiro equipamento coletivo erguido em uma ocupação do MTST causou forte sentimento de união entre as/os acampadas/os naquele momento, fazendo com utilizassem o único instrumento que tinham para resistir: seus corpos. E segundo Vitor, todas/os estavam dispostos a fazer uso dele e ir até o fim.

[...] feita a corrente humana [em torno da cozinha] começamos a cantar uma das músicas que hoje cantamos pouco, até: "o risco que corre o pau corre o machado, não há o que temer/ aqueles que mandam matar, também podem morrer". Cantada fica aquela coisa da... que é a memória que eu tenho, aí tem uma coisa afetiva muito forte do canto religioso [...] era gente de Brazlândia e de Ceilândia [...] Tinha muitas senhoras chorando, crianças desesperadas perto das malas; e eu fiquei andando, rodando, animando todo mundo: "a gente tem que segurar! Vai dar certo!" Eu não sabia o que a gente ia fazer, tava desesperado, e os caras estavam vindo, e aí quando a gente cantou "aqueles que mandam matar, também podem morrer", aí o cara recebeu uma ligação e parou. Todos começaram a chorar, todos. E era uma ocupação de dois dias com uma cozinha só de pé; "essa cozinha, esse bambu e lona preta representam todo o meu sonho". Todas essas coisas menos racionalizadas [...] é a esperança da vida, é o sonho realizado, é botar o seu corpo na frente do Estado dizendo "velho é isso aqui mesmo, esse terreno vazio no meio da BR e a gente ferrado. Nós vamos ficar aqui até as últimas consequências, e agora que a gente tá junto, nós temos força". [Vitor Guimarães, coordenador MTST/RJ]

Os dois relatos, feitos por coordenadores estadual/distrital (Coletivo Político) e coordenadores regionais e de acampamento (Coletivos Territoriais), de diferentes perfis socioeconômico – Ela, mulher/negra/36 anos/baixa renda/periférica; Ele, homem/branco/25 anos/classe média/universitário – com diferentes histórias de vida, indicam as diferentes possibilidades de se unir a uma causa: Maria José ao trilhar o caminho ditado pela necessidade de moradia "esbarra" em um MSU de grande representatividade nacional com o qual constrói identificação; Ele, com histórico familiar e estudantil relacionado aos MS e às lutas sociais, encontra na ação do MTST o sentido de ação coletiva a partir da qual se empenha em construir a resistência urbana enquanto fenômeno posto na cidade.

Já entre as/os coordenadoras/es regionais e de acampamento, tanto em Planaltina quanto em Ceilândia/Samambaia, e também entre as/os acampadas/os da Ocupação Maria da Penha

Resiste, é consenso a representação inicial de a ocupação significar, ao mesmo tempo, o "sonho de ter uma casa" e a falta de condições de manter o aluguel. No entanto, o envolvimento com o MTST efetivamente vai ganhando novos contornos ao mesclar seu histórico de vida com a experiência atual: Uliane, coordenadora territorial Ceilândia/Samambaia, relata que por conta da família que havia atuado com o MST já acreditava na luta.

Sempre acreditei na luta do povo. Que nem minha mãe tem a casa dela no Pôr do Sol que foi com resistência também; apesar dela ter comprado, mas a resistência foi contra o fechamento, contra as derrubadas porque fomos nós mesmos, os filhos, meu pai e minha mãe que levantou a casa lá, a construção, então eu sempre soube que com luta, vai. [Uliane, coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia]

A ideia de que ao participar do movimento obtém facilidades no que se refere ao desejo/necessidade individual da moradia, pouco a pouco dá lugar ao envolvimento com a construção coletiva de ações estratégicas de mobilização e negociação das reivindicações.

Quando entrei na coordenação pensei "vou entrar porque assim ganho minha casa mais rápido", mas a partir da terceira reunião de coordenação eu vi que não era nada disso, que o movimento era organizado, que tinha várias estratégias que me identificava; a organização, o povo, as lutas, o planejamento dos próximos passos, e a mobilização – como que nós cinco dentro dessa sala, em conjunto, conseguimos mobilizar 50; e aí a moradia em si pra mim já ficou lá atrás. [Uliane, coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia]

Flavia (Coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia), conta que incentivada pela mãe ficou impressionada com a organização da ocupação. Como já havia participado de outros grupos de ação coletiva notou a diferença no formato de ordenação e o comprometimento na luta pelo interesse das famílias que fazem parte do MTST. O mesmo impacto teve Arrilza (Coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia) que relata que passou a se envolver depois de um mês como acampada

Eu vi o esforço das meninas pegando presença e pensei: "vou começar a me juntar". E fui ajudando a pegar presença, e disse: "se eu tô aqui como acampada e posso ajudar com uma coisa que também vai me beneficiar..." então fiquei na coordenação e tô aí até hoje. [Arrilza, coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia]

Duda (Coordenação MTST/DF – Ceilândia/Samambaia) relata não ter tido contato com nada relacionado a MSUs até conhecer o MTST, em São Paulo: "Eu era desinformada de tudo. Minha família não mexia com nada disso [...]. Um dia eu vinha do serviço de tarde e um cunhado tava conversando com outra pessoa e me chamaram: 'Vamos na ocupação e tal... lá tá podendo fazer barraco'. E eu falei: 'Ocupação? Que é que é isso?'". Mesmo sem conhecer e sem saber, como ela mesma diz, o que a fez reconhecer a seriedade do movimento foi a não

cobrança de qualquer valor/taxa, pois na favela onde vivia em um barraco eram obrigados a pagar taxas aos traficantes da área; dessa forma, a ocupação, também para ela, parecia uma solução já que qualquer arrecadação feita era voluntária e para algo voltado ao benefício de todos – a exemplo da instalação de energia elétrica.

Pouco a pouco Duda reconheceu em seu cotidiano a exploração do trabalho, a pressão do tráfico de drogas e a desinformação das famílias, o que fez com que optasse por se envolver na coordenação vindo para Brasília/DF com a tarefa de, junto com outras pessoas, mobilizar e construir uma base do movimento na Capital Federal. Segundo ela

É tudo muito difícil. A gente aprende a brigar por direitos, a gente aprende a brigar por direito da comunidade, o direito que a gente não tinha a gente passa a ter [a reconhecer que tem], e faz a gente se envolver mais ainda. Além do conhecimento que o MTST passa, porque eu tinha vergonha até de levantar o braço [...] eu admirava quem ia pra luta [...] e hoje a gente anima o ato, puxa bandeira, mas tem coisa que não é com a gente; por mais que a gente se esforce [sobre descobrir a sua própria forma de desenvolver as atividades, dentro do seu perfil] [Duda, coordenadora MTST/DF – Ceilândia/Samambaia]

O processo de autoconstrução no que se refere ao envolvimento das/os coordenadoras/es torna-se um exercício cotidiano em meio a organização das famílias nas ocupações. Para essa organização uma das orientações do MTST é a de que as famílias não abandonem seus locais de moradia, mas organizem a família para estar presente no acampamento e participar das atividades. Em Planaltina, diferente de Ceilândia/Samambaia, grande parte das/os acampadas/os já haviam sofrido ou sofreriam em breve ações de despejo por não pagamento de aluguel tendo se mudado com sua família e todos os seus pertences para a Ocupação Maria da Penha Resiste.

Entre as/os coordenadoras/es do Coletivo Territorial, assim como para as/os acampadas/os entrevistadas/os, a falta de condição de pagamento de aluguel associado ao sonho da casa própria predomina como condicionante para participação no MTST. Zé da Faca (coordenador, MTST/DF – Planaltina) ressalta que, em realidade, todo mundo tem o sonho da casa própria, mas poucos tem coragem de entrar na ocupação: "O que vamos conseguir se a gente não for pra luta?", questiona ele.

A luta, para Marinete (coordenadora, MTST/DF – Planaltina) é sinônimo de festa, ou como chama ela "a bagunça". Foi essa agitação das pessoas na mobilização e o contato com todo mundo a motivaram a participar no movimento e ingressar na coordenação. E diante da falta de emprego, de renda e de possibilidades imediatas de melhores condições de vida, a participação na manutenção das atividades da ocupação – alimentação, coleta de presença, trilha –

torna-se uma atividade prioritária, como a participação em atos e nas ações de mobilização – o sonho caminha lado a lado com as dificuldades de sobrevivência às quais estão submetidas/os.

Eu vi que eu poderia ajudar pra ganhar alguma coisa, que é a minha casa. E estar mais envolvido aqui dentro, pra não sair; e aí comecei a me envolver e quando eu fui ver já tava mais dentro do que o que eu pensava. O sonho deles é o meu, mas também foi pelo dinheiro que não dava pra pagar o aluguel. [Zé da Faca, coordenador MTST/DF – Planaltina]

E a diferença entre a atuação coletiva no MTST e a ação de resistência individual é sentida no processo de mobilização e negociação que envolve as ações do movimento e das famílias que o compõem. Segundo a coordenação regional/nacional do MTST/DF – Planaltina, Maria José, há grande diferença entre atuar individualmente e a partir de um movimento organizado por considerar a ampliação da luta antes pontual no que se refere à moradia, mas também pelo tratamento diferenciado dado à demanda quando a ocupação, seja de áreas ou de órgãos públicos, finca sua bandeira, além do impacto quanto à visibilidade de suas demandas e suas condições de sobrevivência

[...] só assim se consegue impactar a sociedade, mostrar que nós estamos aqui, mas que não aceitamos mais ser empurrados pra fora. Nós somos a maioria, mas eles conseguem fazer com que a gente se sinta a minoria, colocando a gente nos cubículos com aluguel caro, e a gente trabalhando e eles ganhando 10 vezes em cima da gente, colocando o mínimo pra gente... não vamos aceitar mais ser escravos e vamos lutar pra conseguirmos tudo o que a gente quer. [Maria José, coordenadora distrital/nacional MTST/DF – Planaltina]

A mobilização construída ao longo dos últimos anos aparece na fala de algumas/ns acampadas/os que explicitam clareza na motivação de estar ali e reconhecem o preconceito sofrido dentro e fora das ocupações: "As pessoas, geralmente quem tá de fora, acham que a vida é fácil, que nós estamos aqui apenas querendo invadir ou tomar um pedaço de terra. Que na realidade não é isso né!? Nós estamos aqui lutando pelo o que é nosso". [Germano, acampado Maria da Penha Resiste – Planaltina].

É entre as/os acampadas/os que aparece mais forte os traços da precarização da vida, pois quando perguntados sobre o que condicionou a participação no MTST foram relatadas as dificuldades de pagar aluguel (algumas com muitos filhos, outros com subempregos) em um nível de que muitas vezes teriam que escolher entre arcar com o aluguel ou comprar alimentação básica para a família – Carminha diz que com seis filhos é pesado pagar o aluguel e que tem dias que de fato "não tem nem um pão para tomar café".

Relatos desse tipo são corriqueiros nas ocupações onde a cozinha comunitária, que funciona a partir de doações das/os próprias/os acampadas/os e aliadas/os, cumpre um papel importante para essas famílias, que na Maria da Penha Resiste já residiam completamente por não ter para onde ir. Nesse grupo de entrevistadas/os é mais forte a relação, as vezes conflituosa, entre a sobrevivência e a luta, pois ao mesmo tempo que identificam as dificuldades vividas, percebem que não há outro caminho além da organização coletiva, como afirma D. Rita que diz já estar acostumada com as dificuldades desde a ocupação próxima ao Condomínio Nova Planaltina (quando se incorporou ao MTST): "pra mim isso não é problema porque sem luta a gente não consegue nada" [D. Rita, acampada da Maria da Penha Resiste – Planaltina].

Apesar das dificuldades cotidianas, traduzidas por todas as carências materiais – acesso à alimentação para algumas famílias, ou acesso à infraestrutura como água e energia elétrica para todos – as ocupações são vistas como um espaço organizado que propicia, involuntariamente, momentos de trocas – troca de alimentação entre uma família que tem algo e outra que não tem nos momentos em que a cozinha comunitária não está funcionando, troca entre mães no cuidado com as/os filhas/os, troca em relação a serviços de manutenção e/ou reparação diversas. Maria José aponta para a diferença desse formato de ocupação e a diversidade entre as famílias e como tem sido lidar com isso:

A diferença está na organização e como isso implica na construção de relações com todo tipo de pessoas, com diferentes histórias, sendo líder de famílias e “conseguir conversar, fazer com que essas pessoas entendam com a conversa, é complicado, mas é gratificante quando você consegue e no final tudo dá certo. [Maria José, coordenadora distrital/nacional MTST/DF – Planaltina]

Na fala dessa coordenadora a dificuldade aparece como um limitador de muitas ações – já que não se pode pensar em práticas políticas e ignorar os pratos vazios, mas também se torna um elemento agregador pela identificação gerada a partir das situações de privação, pois, como ela mesma afirma emocionada “só quem passou é quem sabe [longa pausa] até aqui foi difícil”.

Entre as dificuldades vividas dentro e fora das ocupações não estão listadas "apenas" as privações materiais; a insegurança referente tanto à ação de traficantes quanto à ação repressiva da polícia têm espaço nas falas observadas ao longo da convivência, principalmente na Ocupação Maria da Penha Resiste, onde estivemos mais presente. Segundo relatos em conversas informais a leitura dos traficantes dos arredores acerca da ocupação é de que esse seria um novo ponto de comercialização. As estratégias de enfrentamento a esse tipo de situação conciliam o esclarecimento do que é aquela ocupação e o limite imposto sobre aquele território que se constituiu com outros propósitos.

Em São Paulo, em situação semelhante, porém de maior gravidade, um coordenador e uma coordenadora da Ocupação Faixa de Gaza (Paraisópolis/SP) relatam a experiência de enfrentamento à ação de traficantes no início da ocupação, em 2013. Segundo eles, tiveram que fazer uma intervenção pedagógica para mostrar as condições das famílias e explicar o porquê estavam ali, esclarecendo que não se tratava de uma disputa por território, mas uma organização coletiva de luta por direitos numa tentativa de mostrar as condições semelhantes a que todas/os estavam submetidas/os.

Paraisópolis é uma localidade estratégica, posto que está localizada ao lado de um dos bairros mais "nobres" da cidade de São Paulo, o Morumbi. A tipologia de mansões e condomínios de luxo contrasta com as casas de alvenaria inacabadas que em 2013 tinha cerca de 100 mil habitantes, sendo considerada a segunda maior favela da capital paulista. A imagem dessa área (Figura 17) mostra as desigualdades socioespaciais que ali coexistem, e se tratando de uma área de alta valorização do solo urbano, o efeito nessa região tem sido o encarecimento do custo de vida na comunidade sem a vinculação de melhorias da infraestrutura e serviços prestados à comunidade. Associado a isso o aumento do preço dos aluguéis nessa região começa a inviabilizar a permanência de muitas famílias na área, dando início a um processo de gentrificação.

Segundo Cordero (2016: 92), a gentrificação retrata um fenômeno que indica o processo de reconfiguração espacial vivido nas cidades a partir da implementação do que alguns autores chamaram de *urbanismo neoliberal*, entre eles Smith (2001; 2005), urbanização do neoliberalismo (Theodore et al., 2009) ou, ainda, urbanismo empresarial (Leitner et al, 2007). Trata-se de processos de expulsão/exclusão socioespacial velados pelo poder público e outros setores da sociedade sob expressões como regeneração urbana, renovação urbana ou requalificação social.

Esse arranjo socioespacial é, em parte, a base da organização das ocupações em São Paulo, sendo a Faixa de Gaza uma das ocupações do MTST com famílias removidas de outras áreas pelo poder público e da própria comunidade, e essa proximidade da comunidade é algo estratégico para esse movimento que no segundo dia dessa ocupação já contabilizava 1.000 famílias em um terreno de 10 mil m², em agosto de 2013⁷².

⁷² Coletamos muitas informações sobre algumas ocupações de São Paulo por meio de notícias veiculadas e no período em que realizamos um trabalho de campo exploratório em São Paulo junto com coordenadoras/es do movimento. Os dados indicados sobre a Faixa de Gaza estão registrados na matéria *Famílias ocupam terreno de 10 mil m² na comunidade de Paraisópolis*, O Globo, 24/08/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/familias-ocupam-terreno-de-10-mil-na-comunidade-de-paraisopolis-9690980>

Figura 17 – Vista de Paraisópolis com o bairro do Morumbi/SP ao fundo*Foto: Eduardo Knapp (FolhaPress)⁷³*

Em Brasília/DF essa tipologia não é tão comum diante do espraiamento da cidade e setorização estabelecida entre ricos e pobres. Ou seja, nas áreas de condomínios de médio e alto padrão do Jardim Botânico, em sua maioria irregulares, é visto apenas esse padrão, assim como os condomínios na região de Sobradinho. Enquanto em Planaltina o Condomínio Mestre D'Armas, de população de baixa renda e com toda a precarização a essa população atribuída, está isolada das áreas nobres da cidade, embora leve a nomenclatura que advém desse padrão de moradia⁷⁴.

É importante a ação coordenada do MS na condução das situações de violência diversas para o não esvaziamento das ocupações, e uma das formas que o MTST tem atuado para isso é o envolvimento das/os acampadas/os nas ações de organização da própria ocupação. A depender do número de famílias de cada ocupação, o espaço é dividido por grupos, cada grupo tem

⁷³ Imagem e informações obtidas na matéria *Paraisópolis, a favela 'pop' que começa a sofrer com a especulação imobiliária*, El País, -2/06/2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/01/politica/1433185554_574794.html

⁷⁴ Em uma tentativa de "desfavelizar" a cidade, digamos assim, tem-se como uma prática governamental denominar também as áreas de baixa renda de "condomínio" ou "setor habitacional", o que implica, por um lado, a construção da representação de um padrão de moradia que deve ser almejado e, por outro, a ausência de uma ação efetiva para que estas localidades, a exemplo do "setor habitacional" Sol Nascente, deixem de ter padrões de tipologia e infraestrutura característica das favelas tradicionais a partir de investimento que melhorem suas condições de fato.

uma quantidade limite de barracos de lona e uma cozinha comunitária própria, sendo responsável pela coordenação um ou mais acampadas/os que passam a ser responsáveis pela organização das listas de cadastramento das famílias e de presença das mesmas nas ocupações.

No processo organizativo, muitas vezes, se dissipam dúvidas e desconfiança quanto à seriedade do movimento, sua forma de atuação e as possibilidades de inserção, processo pelo qual todas/os as/os coordenadoras/es, praticamente, passaram enquanto acampadas/os. O dia a dia, para muitos, continua sendo sinônimo de dificuldade. Entre as/os coordenadoras/es de acampamento de Planaltina, essa condição imediata faz parte da ocupação, porém agora a dificuldade é compartilhada e o diferencial está na identificação do fato de que todas/os, de certa forma, estão ali pelo mesmo motivo, embora cada um entenda essa motivação de uma forma que destacam uma relação de aprendizado:

A experiência no MTST mudou minha vida e meus pensamentos sobre a vida. Fui fazendo amizade, fui conquistando [...] me tirou mais das ruas [Zé da Faca, coordenador MTST/DF – Planaltina]

É bom, porque aprende no dia a dia com as pessoas. Eu era muito estourada e aprendi a escutar mais as pessoas, aprendi a aceitar os meus erros; e é um local onde com as pessoas você ensina e aprende ao mesmo tempo. [Marinete, coordenadora MTST/DF – Planaltina]

Conciliar a ocupação com a vida normal é bem complicado, mas na ocupação não tem como sair, não saber o que se passa, e as famílias, quando você chega, o jeito que elas olham, é muito gratificante. Cada ocupação tem a sua história [Uliane, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

Entre as/os acampadas/os as dificuldades estão mais relacionadas à infraestrutura, ao preconceito sofrido, à segurança e às atividades do dia a dia referente à manutenção. Alguns relatam de forma recorrente a discriminação por estar em uma ocupação por aqueles que não vivem essa realidade: "A pior coisa ainda é o preconceito. Quando diz que está acampado ouve que está invadindo, 'quer tomar a terra dos outros, geralmente essas coisas que o povo fala'" [Germano, acampado Maria da Penha Resiste!]. Carminha complementa dizendo que constantemente "passa gente de carro gritando 'vai trabalhar vagabundo'"

Outros casos de violência de diferentes ordens fazem parte da experiência nas ocupações urbanas. No Ceará, por exemplo, a Ocupação Bandeira Vermelha (iniciada no dia 18 de março de 2015) foi invadida por cerca de 40 homens armados e encapuzados no meio da madrugada,

em uma espécie de despejo por "particulares"⁷⁵. Os despejos judicialmente formalizados também contam com uma série de violência física e simbólica contra as famílias e o movimento, tendo em vista que para estes a realização dessa ação é transformada pelo Estado em caso de polícia, como aponta Gouvêa (1999)⁷⁶.

A marginalização sistemática dessas famílias e a criminalização das ações dos MSUs são evidenciadas pelos discursos que representam a existência de invasores que tomarão terras que não lhes pertence – em uma dimensão simbólica, mas tem iniciativas objetivas orientadas pela ação governamental por meio da repressão policial indo de encontro aos direitos previstos na Constituição de 1988 quanto à liberdade de reunião e manifestação, independente de autorização conforme previsto no artigo 5º, inciso 16⁷⁷.

Contudo, a vulnerabilidade referente à violência a que estão submetidos não é uma realidade vivida apenas por fazer parte de uma ocupação urbana. Ao contrário, a ocupação pode vir a ser um espaço de experiência em que o reconhecimento dessas condições vividas se torna o principal elemento de unidade para potencializar a luta social em construção. A exposição de Vitor (MTST/RJ) sobre essa unidade é permeada por questionamentos que culminam em um elemento central para desenvolver esse potencial:

O que faz uma mulher que luta contra a violência dentro da casa dela estar próxima de uma pessoa que nunca teve sua casa e tá numa ocupação, e de um trabalhador que não recebeu seu salário? Todas elas estarem sendo oprimidas. O que é de unidade real, material, o que é de mais material é o fato de todas elas estarem sofrendo; esse sofrimento, essa materialidade, é o que unifica. É por isso que a Frente Povo Sem Medo (FPSM), por exemplo, pode ter figuras e organizações que são do campo governista, as que não tem partido, tem organização de base. Na base você tem as contradições da vida real, que a gente pode chamar de opressões, de violência, de sofrimento, essas

⁷⁵ *Homens armados e encapuzados acabam com invasão do MTST no Ceará*, EBC, 27/03/2015. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/homens-armados-e-encapuzados-acabam-invasao-do-mtst-no-ceara>

⁷⁶ Desde 2015 o Sol Nascente tem sofrido uma série de ordens de despejos de áreas irregulares como uma ação do governo atual de Rodrigo Rollemberg contra a grilagem no Distrito Federal. No entanto, essa ação é executada nas áreas de população de baixa renda com forte aparato policial que conforma um verdadeiro cenário de guerra, o que caracteriza o que Machado & Noronha (2002) denominaram de violência oficial. Segundo esses autores "se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial (*Ibid*: 189), indicando sua vinculação à violência estrutural que se manifesta nas desigualdades sociorraciais, e acrescentaríamos socioespaciais, uma vez que a população pobre, negra, periférica tem sido historicamente alvo desse tipo de violência.

⁷⁷ Em 30 de setembro de 2015, as famílias da Ocupação 26 de Julho MTST/DF, que se manifestavam por meio de um travamento de via com queima de pneus próxima a área ocupada, foi fortemente reprimida pelo Batalhão de Choque que invadiu a ocupação usando indiscriminadamente armas com balas de borracha, gás de pimenta e gás lacrimogêneo, este último atirado dentro das barracas – uma criança de menos de 6 meses que estavam em uma dessas barracas com sua mãe teve um ferimento na cabeça e precisou ser socorrida. Foram coletados dentro da ocupação inúmeras capsulas das balas de borracha e gás lacrimogêneo utilizados. Fotos e vídeos estão disponíveis na página do MTST Brasília no Facebook – <https://www.facebook.com/www.mtst.org/>

contradições elas são o que há de mais material. Pra mim, essa materialidade que faz com que as pessoas se reconheçam.

A aproximação em relação ao movimento torna mais evidente a discriminação sofrida por suas condições, que em vez de despertar solidariedade em um sentido coletivo reforça naqueles que tem suas necessidades básicas "supridas", em realidade, a individualidade que se coloca de forma indiferente às condições precárias de vida daquelas famílias. Ao mesmo tempo, internamente, há a construção de compartilhamentos solidários que vão sendo gestados com a abertura de espaço de questionamento sobre o porquê cuidar só do seu, quando o outro está na mesma condição de precarização – o que não acontece de forma harmoniosa e/ou linear, como se fosse o próximo passo de todas/os.

Os conflitos no cotidiano das ocupações urbanas do MTST/DF se dão lado a lado com as descobertas de outras formas de agir a partir da interação de famílias de diferentes lugares, com diferentes histórias, intenções e formas distintas de convivência. Observando a diferença, vemos também os distintos níveis de apropriação das experiências vividas em diferentes momentos da ocupação urbana. Afinal, o que mudou em suas vidas por participar de um MSU com representação nacional e a organização coletiva do MTST?

Vitor (MTST/RJ) vê muita diferença entre as ocupações em Brasília/DF e também entre a Capital Federal e outras cidades do país, uma vez que a composição de cada uma delas depende muito "da história e da memória dos territórios". Ele considera que

[...] todo mundo quer casa, todo mundo que entra no MTST quer casa. Algumas pessoas já estão predispostas de que a ocupação ela é um bom instrumento pra conquistar a casa: no DF isso é verdade, porque as pessoas tem na memória que quem invade terra ganha lote, isso faz parte da memória coletiva da periferia de Brasília; no Rio de Janeiro as pessoas acreditam que quando elas ocupam, elas constroem sua favela e se ferram depois, então a ocupação organizada, a invasão ela não faz parte do imaginário coletivo geral, o que faz parte é ir lá e tomar conta de um terreno e construir sua casa definitiva, por isso as ocupações não bombam de tanta gente, só nas franjas, [...]. Em Porto Alegre, a maior parte das pessoas que a gente mobilizou eram pessoas que já estavam em ocupações, em palafitas, e tavam sofrendo ameaça de despejo ou que foram despejadas, elas já estavam numa ocupação, as outras pessoas da periferia não necessariamente iam, quem paga aluguel, por exemplo, em Porto Alegre não necessariamente vai. E é isso, as principais diferenças tem a ver com a memória coletiva do que é uma boa estratégia; as pessoas não são bestas em nenhum sentido; as vezes tem um mito, acadêmico tem isso muito forte, as pessoas acreditam que toda ocupação é algo bom, não é verdade. Muita gente não acredita que a ocupação seja uma boa ferramenta e não vai, ou então vai e com a demora decide ir embora, espera em casa.

O cotidiano das ocupações em Brasília reforça a fala de Vitor, uma vez que de fato não

há um entendimento geral de que a ocupação pode trazer algum benefício, e mesmo entre aquelas/es que não vão embora, na maioria das vezes por não ter para onde ir, o intuito primeiro é a possibilidade de "ganhar" a casa mais rápido, o que fica mais evidente entre as/os acampadas/os, mas também já foi uma condição de muitas/os coordenadoras/es antes do envolvimento maior no MTST, como indicado em algumas falas na seção anterior.

De fato, romper com a memória coletiva de doação de lotes promovido por Joaquim Roriz tem sido uma das dificuldades no diálogo com algumas famílias, o que denota a importância de tornar o trabalho de base mais sistemático. Nesse sentido, ocupar na própria periferia da cidade reforça a conotação política dessa estratégia.

Segundo Gonzalez (2005: 06) em trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História sobre cidade, experiência e memória, essa conotação política é fortalecida" na medida em que esses moradores vão percebendo que o "fazer urbano" consiste em algo além do que simplesmente suprir suas carências mais imediatas". A ocupação urbana se torna o território no qual se formam as novas trincheiras para uma luta que vai além das urgências cotidianas, e não devemos ignorar a importância e o potencial dessa luta cotidiana, como indica Kowarick (2000: 76/77):

É preciso insistir que os caminhos que levam ao encontro de experiências de luta fragmentadas jamais ocorrem naturalmente, como se houvesse uma vocação espontânea para a identificação de interesses. Ele se processa por meio de uma prática construída dentro de um dia-a-dia massacrante. Tudo leva a crer que o peso desse cotidiano funciona, no mais das vezes, como elemento desmobilizador, na medida em que a participação tem um custo imediato imensamente maior do que os resultados que se pretende atingir, sempre demorados e freqüentemente não obtidos. Contudo, a descrença e o cansaço presentes nas rotinas dos dias que sucedem entre a casa e o trabalho não impedem o surgimento de aglutinações que, em certos momentos, se transfiguram em mobilizações de maior vigor reivindicativo. Esses movimentos trazem no seu bojo uma seqüência de sociabilidades forjadas na vizinhança, na situação comum dos bairros desprovidos, nos atrasos dos transportes, nos acidentes e doenças, na identificação do companheiro de trabalho, e, não obstante, a diversidade de trajetórias, em certas conjunturas, acabam criando formas de solidariedade mais amplas e coletivas, quando então transparece um momento de fusão dos conflitos e reivindicações.

O potencial dessa fusão a qual se refere Kowarick está indicada na vinculação entre a intensa precariedade em que muitas famílias se encontram relacionadas no espaço das ocupações urbanas e a convivência diária na ocupação, o que faz com que algumas/uns coordenadoras/es tenham uma referência positiva sobre essa questão destacando o impacto do movimento externa e internamente.

A gente incomoda, [isso] é resultado da luta do povo que acordou. A gente

não vai calar e enquanto eles querem calar a boca do pobre, a gente só cresce. A gente era chamada de marginal e vagabunda, mas não deixamos a peteca cair no DF e hoje estamos aí cada dia com mais garra. Sobre a ocupação, o chegar na ocupação, é forte o olhar das famílias pra gente com aquele tanto de coisa na cabeça; tem gente que já vem pra morar porque não pode pagar aluguel; então naquela noite que a gente chega no terreno, o olhar das famílias ali te esperando, observando [...] a gente sente muito bem de saber que a gente não tá só, tem várias famílias e histórias, inclusive de pessoas que moravam nas ruas ou em albergues e que estar no movimento mudou a vida dessas pessoas. Isso é muito gratificante [saber que faz a diferença na vida das pessoas]. A cada dia que passa na ocupação o laço cresce, se torna uma família, e você concilia. A convivência com a família, a família chegando na ocupação, isso ajuda a melhorar até a gente mesmo, porque as vezes a gente tem preconceito com alguma coisa e uma família vem com aquilo e te desmonta toda. A cada ocupação a gente muda mais uma coisinha da gente, elas conseguem fazer a gente tirar os obstáculos com aquele olhar que eles dão pra gente quando chega e diz "eu to aqui, eu vou confiar, eu tô com você" [Uliane, coordenadora/MTST – Samambaia/Ceilândia.]

A convivência nas ocupações é algo muito destacado por todas/os entrevistadas/os, transcendendo a esfera da vida privada no compartilhamento das situações vividas; a população empobrecida, espoliada, não tem condições de se isolar, e essa impossibilidade, em certa medida, fortalece vínculos, ainda que pela mediação da necessidade. Entre as/os coordenadoras/es esse movimento de ajuda mútua no espaço da ocupação representa uma virada na qual reconhecem o momento em que decidem se dedicar:

foi um momento de crescimento, passei a me interessar mais por ler sobre política, acaba abrindo a cabeça pra saber o que é aquilo que tá ali, o que são os direitos humanos, os direitos sociais, uma coisa que eu não sabia, que eu tinha direito, mas eu não tinha conhecimento, e o movimento deu essa oportunidade pra mim. Então, nesse momento eu entendi e decidi ir na luta junto com todos. As famílias acreditam na coordenação, desabafam, demonstram as carências, saber que pode ajudar alguém, ao mesmo tempo sendo ajudada, é gratificante. [Arrilza, coordenadora/MTST – Samambaia/Ceilândia]

A ocupação que mais me marcou foi a 26 de julho. Me marcou tanto que me fez voltar a essa questão social que eu já tinha falado pra mim mesma que não queria mais. Pode o pau cair a folha, tô nem aí pra MS, são todos um bando de ladrão safado, porque o que a gente mais vê em associação é a exploração do sonho daquele pobre que chega lá e eles sugam os sonhos, o dinheiro, tudo que a pessoa tem até acabar o sonho, a esperança daquelas pessoas. E nessa ocupação eu tive a oportunidade de ver... meu barraco ficou ao lado de uma família, e essa família tinha 3 ou 4 meninos; eu fui pedir algo emprestado e a moça disse que não tinha que tava esperando o almoço da cozinha comunitária pra poder comer. [...] ela tava rezando pra que não tivesse desocupação porque não tinha pra onde ir e nem como comprar comida. Essa mãe foi beneficiada com o auxílio-aluguel, e ela me disse ‘ agora vou ter minha casa’ E eu pensei que aqui realmente faz a diferença. Se eu acredito num país melhor, numa política melhor, eu acho que eu posso começar por aqui, posso tentar de novo a militância. [Flavia, coordenadora/MTST – Samambaia/Ceilândia]

Notamos um envolvimento maior das mulheres e uma relação positiva das crianças, apesar das situações de violência diversas. Uliane conta que o filho de uma acampada da Ocupação 26 de julho, desativada em dezembro de 2015, pede todos os dias para voltar para a ocupação porque ele dizia que "lá tem cantina, brincadeira e uma tia legal". Para os que têm casa e a possibilidade de isolar sua vida privada, estas são banalidades que seguramente não ganham relevância no dia a dia, no entanto, a ausência de espaços na cidade para que a população pobre tenha acesso à lazer, à cultura e atividades de entretenimento fica como um indicativo de privação que, também em função da situação de segurança, impossibilita as antigas brincadeiras ao ar livre nas proximidades da moradia.

O acesso à moradia, o processo de organização da resistência urbana para efetivação desse direito vai, aos poucos, evidenciando outros aspectos a ele relacionado, mas que para a população pobre e periférica não é considerado como algo relevante. Nos parece um contrassenso que haja um discurso posto em prática de que é preciso morar bem, tendo acesso ao lazer para o qual a infraestrutura é trazida para dentro dos empreendimentos imobiliários, e restringir para a população de baixa renda a moradia à estrutura da casa.

O Condomínio João Candido⁷⁸, empreendimento construído pelo MTST em Taboão da Serra/SP pelo MCMV – Entidades (Figura 18) se transformou em uma experiência de gestão coletiva que visa, além de atender a necessidades daquelas famílias, debater o "morar" não só como o espaço da casa, mas os espaços coletivos dentro do empreendimento e na cidade como um todo, em uma tentativa de retomar a importância política daquela conquista e como ela se deu, através da organização coletiva que deve estar baseada na solidariedade e não na individualização exacerbada, em um contexto em que, segundo Lefebvre (2013) "lo individual estalla como problema".

⁷⁸ Serão 16 torres de 9 andares, ds quais 6 já foram construídos e entregues, e todo o processo, desde o projeto, passando pela formação e contratação de mão de obra dos militantes do movimento, até a construção efetivamente foi feita pelo MTST. Com o mesmo recurso liberado pela modalidade FAR, onde as empreiteiras assumem todo o processo, o MTST conseguiu construir apartamentos maiores (53m²) e em menor tempo, tendo sido reivindicado ainda uma Unidade de Assistência Médica Ambulatorial, uma creche e uma escola estadual nas proximidades do empreendimento coletivo. Informações coletadas em reportagem *MTST constrói moradia com as próprias mãos*, Carta Capital, 10/06/2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html>

Figura 18 – Condomínio Joao Cândido, empreendimento coletivo do MTST em Taboão da Serra/SP

Foto: MARTINS, Ananda. Set./2014

Aliado a isso a ação política de agentes governamentais em diminuir a importância política da ação dos MSUs e do papel das ocupações urbanas nesse processo é concebida de modo a manter na memória coletiva a lembrança e a sensação de agradecimento como aconteceu no Rio de Janeiro, segundo Vitor, mas também aqui em Brasília na entrega de mais de 100 u.h. do Paranoá Park, único empreendimento MCMV- FAR para a Faixa 1⁷⁹

[...] o governo foi muito mais habilidoso em diminuir a importância política da luta naquele processo e um fato que é marcante é que o Garotinho desce de helicóptero e diz que vai dar casa para todos e aí as pessoas criam uma relação de agradecimento ao governador ao invés do reconhecimento de que foi a luta e essa experiência do Rio tinha sido de quadros do MTST que tinham ido pra lá. [Vitor, Coordenador MTST/RJ]

O MTST cadastra as famílias pela Novo Milenium [entidade cadastrada para representar o MTST no MCMV] e do ano passado pra esse [de 2015 para 2016] 172 famílias foram contempladas e a carta de anuência do movimento é concedida **sem nenhum custo** [ao contrário do que fazem muitas associações]. Na hora da entrega é feita individualmente sem a chamada do movimento pra fazer parecer que o governo que está concedendo e não que foi a luta dessas famílias que resultou na conquista, já que antes de entrar no movimento o processo dessas famílias estavam parados. Isso eles não divulgam pra desmobilizar a base. [Uliane, coordenadora/MTST – Samambaia/Ceilândia]

⁷⁹ Empreendimentos habitacionais destinado a famílias com renda bruta de até 1800,00, cujo imóvel pode ser custeado em até 90% pelo programa.

O cotidiano nas ocupações é permeado por dificuldades advindas também de situações como as descritas acima, e estas expõem limites na confiança de muitos em relação ao potencial da ocupação como um instrumento de mudança de suas condições. Não é nossa intenção ignorar as fragilidades desse espaço, contudo, percebemos não somente nas entrevistas, mas, principalmente, ao caminhar por esses espaços que havia mais do que objetivos materiais, mesmo que fosse apenas por parte de alguns.

No caso de algumas/ns coordenadoras/es da Ocupação Maria da Penha Resiste, Maria José relata que a inserção no movimento resulta, de forma efetiva ou potencial, em um momento em que a/o acampada/o repensa a própria vida e as suas condições, bem como as perspectivas de vida:

Dentro da Maria da Penha tem duas pessoas que eram traficantes bem fortes e que hoje não fazem mais, não traficam mais, e em toda reunião sempre estão falando "nossa eu mudei muito depois que eu entrei pro movimento; antes uma hora dessa eu tava fazendo isso e aquilo" [...] E não precisou cadeia, não precisou nada disso pra pessoa mudar, só precisou de um espaço que ela pudesse sentir que ela é um ser humano igual a todo mundo, e que ela tem o espaço dela também, e que ela tem direito também. [Maria José, coordenadora MTST/Planaltina]

A materialidade da vida em meio a esses relatos evidencia o caráter de classe do movimento, ao mesmo tempo em que a formação de base não necessariamente parte ou permeia diretamente essa questão/condição. Contudo, para apreender o potencial transformador, ou sua ausência, de sujeitos e suas ações é preciso considerar, como nos lembra Ana Clara Torres Ribeiro (2012), que é importante valorizar os contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências, o que nos permite analisar as intencionalidades como uma condição para a ação.

Os vínculos que vão se formando no espaço das ocupações urbanas passam a tecer a história de cada uma/um no MTST, e estar apoiados em/por uma bandeira organizativa parece ter um impacto na conformação do espaço de representação. No caso das ocupações urbanas do MTST em Brasília a conotação e a experiência apontam para a construção de uma identificação, ainda que com conflitos e muitas vezes com certo refluxo, e a relação com as/os coordenadoras/es tem sido fundamental no dia a dia da ocupação, na manutenção desse espaço e na elaboração de formas de fazer da permanência algo mais positivo.

Nesse sentido, Zé da Faca [coordenador, MTST/DF – Planaltina] afirma que por ter se tornado coordenador de acampamento a sua relação com outras/os acampadas/os melhorou muito: "Conquistei muitas amizades, criei laços e identificações positivas, porque estamos aqui

lutando pra que tudo dê certo e não vai ter governo nenhum pra atrapalhar nossa luta". Marinete [coordenadora, MTST/DF – Planaltina] destaca "a luta e a garra das/os companheiras/os", enquanto Tiago [coordenador, MTST/DF – Planaltina] observa como positivo o relacionamento com as/os acampadas/os em função da "união e respeito entre as pessoas", apesar "das fofocas", como também destacou Marinete.

É interessante destacar a diferença na perspectiva da coordenação que está com ocupação ativa – que é o caso de Planaltina – e a regional que não está ocupando no momento. Na ocupação ativa a perspectiva das respostas está relacionada à uma convivência e manutenção que está em curso, as recordações e memória são de uma dinâmica em curso cotidianamente, o que tem impacto na própria tipologia da ocupação de caráter mais permanente em relação as demais – a Ocupação Maria da Penha Resiste esteve no terreno da BR 020 por 9 meses, sofreu um despejo em maio e no dia seguinte ocupou uma área próxima sofrendo novamente com a reintegração de posse e desde então estão ocupando a UNAF (Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias, em situação de rua), cujo prédio está abandonado desde 2013⁸⁰.

Por assumir um caráter mais permanente, em função do número significativo de famílias que sofreram despejo, os barracos, por exemplo, são construídos com materiais mais resistentes e com espaços maiores de modo a comportar a família e seus pertences (Figura 19), sendo o barraco numerado e dividido em grupo conforme sistemática do MTST para organização do espaço da ocupação. Há uma preocupação da coordenação de reforçar esse caráter permanente, não como uma demarcação de lotes, mas como indicativo que somente desocupam diante da solução do problema das famílias que não é dado pelo auxílio aluguel⁸¹, para isso construíram o espaço da ciranda (Figura 20) – onde havia livros, brinquedos e servia de espaço para reunião – e uma escolinha (Figuras 21 e 22), que tinha como objetivo iniciar atividades com crianças, jovens e adultos sem alfabetização, elementos que, além da cozinha comunitária – nem sempre ativa por falta de doações –, mobilizava as pessoas a permanecerem ali.

⁸⁰ Notícia veiculada no site Metrôpoles. *Manifestantes do MTST ocupam albergue do GDF em Planaltina*, 09/05/2016. Disponível em <http://www.metropoles.com/distrito-federal/manifestantes-do-mtst-ocupam-albergue-do-gdf-em-planaltina>

⁸¹ Na reintegração de posse da área em que estavam desde junho de 2015, na BR 020 KM 18, as famílias reunidas em assembleia não aceitaram desocupar em troca de auxílio aluguel apenas. A avaliação da assembleia era que essa não é a solução da condição em que estão, não sendo suficiente para avançar na negociação.

Figura 19 – Barracos Ocupação Maria da Penha Resiste - Planaltina



Foto: MARTINS, Ananda. Fev./2016.

Figura 21 – Construção da escolinha Ocupação Maria da Penha Resiste



Foto: MARTINS, Ananda. Fev./2016.

Figura 20 – Ciranda Ocupação Maria da Penha Resiste



Foto: MARTINS, Ananda. Fev./2016.

Figura 22 – Escolinha Ocupação Maria da Penha Resiste



Foto: MARTINS, Ananda. Fev./2016.

A sistemática cotidiana da Ocupação Maria da Penha Resiste se assemelha a relações de vilas, o que, por um lado facilita a intervenção da coordenação para solucionar determinadas situações de convivência e/ou problemas relacionadas à questões externas, mas, por outro lado, mascara em certos momentos a prática enquanto MS. A organização da resistência urbana,

nesse contexto, está fortemente atrelada à liderança exercida por Maria José, observação que fazemos sem conotação de julgamento enquanto positivo ou negativo, mas que evidencia, principalmente entre as/os acampadas/os uma forte referência em função da atuação e dedicação dessa coordenadora e o histórico de vínculos já constituídos – "Maria José é nossa líder, o que ela disser que tem que ser feito a gente vai fazer", afirma Germano – o que, de certa forma, viabiliza a permanência da organização dessa ocupação e suas atividades.

No caso da regional Samambaia/Ceilândia, sem ocupação urbana ativa desde dezembro de 2015, os relatos estão mais vinculados a memórias de diversas situações que, em realidade, são corriqueiras em relação às famílias que chegam à ocupação pela primeira vez no momento que ocupam uma nova área. Duda [coordenadora, MTST/DF – Samambaia/Ceilândia] afirma sentir falta de estar na ocupação, apesar do cansaço gerado para manutenção desses espaços. Para ela um dos momentos mais marcantes:

[...] é a chegada de pessoas super carentes, que relatam que não tem onde morar, o que comer, foi expulsa das casas. Nunca esqueço, acho que nunca vou esquecer na minha vida, é de uma companheira nossa, e como a história dela tem várias: ela chegou quase ganhando neném e tivemos que arrumar barraca, coberta, colchão, o que comer. Uma outra, sempre conto essa história, foi uma moça que [...] ela, já pra ganhar menino, disse que morava de favor na casa da patroa [...] e a gente sempre dá um jeito pra aquelas pessoas que não tem mesmo como arrumar. Ela falou: "vou te contar uma coisa, mas tenho vergonha, porque eu moro na casa dessa mulher, trabalho pra ela, mas ela não me paga, eu tô na casa dela pra entregar meu filho pra ela; ela me dá comida, pra eu entregar o filho que eu vou ter pra ela". Ela queria saber sobre o movimento e eu fui explicar e logo ela falou "eu quero ficar aqui, não quero ir embora". [...] Foi ficando e toda hora ela agradecia. E ela conseguiu o auxílio e conseguia pagar o aluguel pra viver com o filho. [...] ela olha pra ele, ela lembra do movimento. [...] as vezes, é movimento, é pessoa, passa na nossa vida pra gente dar uma força, pra mostrar que você é capaz. [...] Mesmo que ela acompanhe ou não o movimento é um aprendizado muito bom, ensinou pra ela que ela pode andar com as próprias pernas, e a gente também aprende. Se não fosse a ocupação isso não seria possível. [Duda, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

O nível de precarização aparece aí relacionado à possibilidade de outras formas de apropriação diante do reconhecimento de que com a ajuda do outro a família é capaz de encontrar meios de melhorias de sua condição, o que, inevitavelmente, quebra com a representação de o indivíduo ser responsável pelo seu progresso e, não conseguindo boas condições de vida, é também o único que responde por isso, quando sabemos que essa estrutura de representação social está relacionada ao deslocamento do debate da esfera pública para a dimensão da vida privada.

A ocupação urbana tem possibilitado aprendizados que se viabilizam de maneira peculiar por meio da coletividade. Uliane destaca como positivo a relação com as famílias e retoma o tema do preconceito da população em geral como algo negativo:

A população mesmo joga bombinhas dentro da ocupação, chama de vagabundo. Que acontece de a gente estar dentro da ocupação e a população nos atacar, às vezes com pedra dentro da ocupação, chamando de vagabundo de comprado, isso é uma parte muito negativa, [...] vai trabalhar bando de bandido sem ter o que fazer [dizem os agressores]. Só quem tá debaixo da lona preta sabe o que tá passando. [Uliane, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

A participação em atos, manifestações, assembléias – que acontecem semanal ou quinzenalmente quando não há ocupação ativa – são algumas estratégias de ação e mobilização, mas que ainda tem o trabalho formativo limitado diante do alto nível de precarização. Somado a isso, Flavia destaca a dificuldade de lidar com pessoas que não se comprometem de fato com a organização coletiva: "aqueles que vão lá, montam a barraca e somem. E aparece depois de não sei quanto tempo quando é pra desocupar já, ou as vezes nem aparece pra desocupar a gente que tem que tirar a barraca. Acreditando que só deixando ali a barraca sem participar da luta vai conseguir conquistar também".

Faz parte do dia a dia da ocupação checar a frequência e a participação das/os acampadas/os nas atividades e ações do MTST, único pré-requisito para participar do movimento. Reconhecem de forma objetiva as tentativas de agentes do governo para desmobilizar coordenadoras/es com a oferta de que seu processo individual, mesmo que registrado enquanto entidade, caminhe mais rápido:

Fui inscrita em 2014 e fui convocada em 2014, sendo que tem gente que tem anos na fila da CODHAB e o processo não vai pra frente. Não é convocada e a CODHAB passa na nossa cara que a gente quer passar o povo na frente, dizendo que tem que esperar na fila, sendo que eles mesmos passam o povo na fila. Fulano que tá a 30, 10, 15 anos não é chamado. Só porque eles têm medo de movimento, têm medo de gente na rua, eles querem convocar a gente. É exatamente isso: eu não fui levar a documentação porque eu não achava certo eu acabar de cadastrar e ser convocada e levar a documentação, sendo que a gente escuta as famílias reclamando. [Duda, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

Tem havido situações em que há convocatória individual, mas a/o militante tem dado prioridade em participar do empreendimento que o MTST tenta viabilizar no DF, a exemplo do Condomínio João Cândido em São Paulo, o que, em certa medida, indica uma vinculação para além da casa, isolada do contexto de luta. Entre a precarização e a apropriação, notamos que algumas pessoas apontam para a construção de vínculos mediados pela experiência no MTST

de forma distinta, principalmente entre as/os coordenadoras/es que têm se apropriado de uma nova leitura da realidade vivida ao lidar com famílias ainda mais precarizadas, por um lado, e o debate mais amplo em termos da luta por direitos proposto no âmbito da organização do MTST, por outro.

A organização da resistência urbana em novas trincheiras que se conformam nas ocupações urbanas, portanto, aponta para o movimento sempre conflituoso entre a captura do cotidiano por signos e símbolos da sociedade contemporânea, mediados pelo consumo em um modelo de cidade como elemento de competitividade e eficiência em que são enquadrados também os indivíduos, e a sua apropriação por meio da coletividade, ainda que, a princípio, sejam mobilizados pela condição de necessidade.

Entre as/os acampadas/os o contato com aquilo que exaure a vida, retomando Vaneigem (2002), está muito mais mobilizado pela emoção – como se sentem humilhados e com sua dignidade roubada diante do tratamento que a sociedade lhes dá – do que pela razão, ou por um processo de consciência mais formativo. A consciência pela razão assume um potencial realmente transformador quando mobilizado pela emoção, pelo sentir o que se vive, e nesse contexto, não parece uma simples divagação que em quase todas as falas uma mesma frase seja repetida: "Só que vive é que sabe!", "Só quem tá debaixo da lona preta sabe o que é ter que estar ali." "Quem tá lá fora não faz ideia".

Essas falas que não trazem um tom de vitimização, mas carregam a apropriação efetiva do que é viver nessas condições, ainda que desvinculado em um primeiro momento do sentido político da luta no qual se inserem. Se a resistência por si não é suficiente para subverter a ordem posta, sua organização e seu papel de acumular força para uma transformação efetiva se coloca como um passo indispensável para a insurgência capaz de promover a subversão do cotidiano programado.

O MTST tem buscado organizar a resistência urbana, a luta pela vida digna das/os trabalhadoras/es, por meio de reivindicações de suas condições de sobrevivência, como a moradia, por ter clareza de que as pessoas têm urgências que precisam ser atendidas a curto prazo e, por isso reivindicou a criação da modalidade Entidades no MCMV e exige investimentos orçamentários para sua viabilização. Trata-se de uma opção tática que não ignora a base real da luta social contemporânea que é a vida e como ela está submetida a um contexto político-econômico mais amplo. Vitor (coordenador MTST/RJ) descreve bem isso ao relatar algumas ações realizadas no Rio de Janeiro quando questionado sobre a essência da luta pela moradia:

A essência é a luta. A moradia é uma opção tática. A essência da luta é mudar a vida. O ato "Ocupação no Leblon – o Leblon vai virar Palmares", no dia de Zumbi, uma marcha de sem teto na praia mais elitizada do RJ, que muitas pessoas só foram à praia nessas duas vezes que a gente foi (no Rio é muito comum que as pessoas vão pra praia pra trabalhar e ficam e aquelas que nunca foram mesmo). Na primeira vez chorei igual a criança, porque eu tava vendo umas fotos e vi um poema que chama canção do esporte, me deu uma sensação de que naquele momento, naquelas horas em que a gente tava na praia, que todo mundo tava acreditando que ali era mesmo seu lugar, que podiam mesmo estar ali, e estavam mesmo; e que se organizando e fazendo junto dava pra fazer qualquer coisa. Naquele momento tinha brilho no olho de todo mundo e não era um brilho de esperança, porque o brilho de esperança... a esperança tem uma ideia de você esperar pra um dia se chegar em algum lugar: quando você tá na ocupação e tá na assembléia de conquista, o olho de todo mundo tá brilhando na esperança, no desejo, na espera, na luta para chegar naquela casa. Naquele momento da praia foi uma potência de força, de festa – uma semana depois da ocupação, então, tava todo mundo muito próximo, sentimento de vitória forte, a gente via os brancos saindo da praia, ficou com espaço só pra gente, tomou cerveja, comeu frango; o brilho não é um brilho de esperança é um brilho de "minha vida vale a pena! Eu tenho direitos! Eu não vou um dia ter direitos, eu tenho! Eu sou! Eu não vou ser. Não vou chegar a, eu já estou".

Experiências como essas são reveladoras de seu potencial para as próprias famílias pobres gerando maior entrosamento por fazerem isso que consideram, e em certa medida é, ser uma transgressão; uma transgressão que lhes dá direito a espaços que individualmente não lhes cabiam. A festa reuniu as pessoas, assim como Lefebvre acreditava que deveria ser a cidade enquanto espaço de encontro, o que nos faz pensar que a subversão nasce dos encontros tornados banais para redução do seu potencial transformador pelo reconhecimento e construção de coletividade.

Não seria essa a razão das ocupações urbanas organizadas por MS de forma estratégica serem tão combatidas por agentes que ditam a ordem na cidade? Não seria, por isso que ao se organizarem para atos e manifestações esses mesmos agentes param seus ônibus nas saídas ameaçando famílias por estarem com suas crianças, exigindo certidão de nascimento e acionando o conselho tutelar? Por parte desses agentes, em sua maioria atuando no âmbito governamental, há seguramente um reconhecimento do potencial da reunião de pessoas que estão dispostas a queimar o próprio barraco com toda sua família dentro em uma ação de reintegração de posse (caso de uma senhora com 5 filhos da Ocupação Maria da Penha Resiste), por exemplo. E que por suas condições socioespaciais constroem sua própria representação do que significar morar, mesmo que não esteja totalmente desvinculado da representação concebida enquanto mercadoria, pois de fato no contexto atual o valor de uso da moradia enquanto direito continua sendo viável apenas pela sua concepção enquanto valor de troca, ou seja via mercado.

A experiência vivida na ocupação impacta materialmente a partir da concessão do auxílio aluguel conquistado pela ação coletiva de resistência das famílias organizadas no MTST, mas para além disso traz a troca, material e subjetiva, que novamente é destacada como algo que muda as perspectivas

Aprendi a conviver com pessoas totalmente diferentes; cada pessoa tem o seu pensamento, sua forma de viver, de ser; o meu pensamento já é totalmente diferente – um processo de melhoramento pessoal em função da convivência coletiva [Madalena, coordenadora MTST/DF – Planaltina]

Cada dia que você fica na ocupação aprende uma coisa diferente, conhece mais as pessoas; a troca ajuda a entender melhor as coisas. [PC, coordenador MTST/DF – Planaltina]

Sou uma pessoa muito verdadeira, e tive que aprender a me preservar pelos conflitos que surgem dessas diferenças, por conta de ações por conveniência. [Marinete, coordenadora MTST/DF – Planaltina]

4.2. Reencontrando o sentido do habitar?

As experiências a partir do imediatamente vivido evidenciam um conflito entre a precarização e a apropriação que tem permeado as ações de resistência urbana em Brasília, e em certa medida em várias outras cidades. É perceptível pelos relatos das experiências vividas nas ocupações do MTST/DF a mudança na forma de ver e reconhecer seu lugar na sociedade, ainda que não entendam a complexidade que está implícita nesse processo não por falta de capacidade, mas muito mais pela condição à qual estão submetidos.

Diante das urgências do dia a dia pensávamos antes que junto com o entendimento e o desejo de "ganhar a casa" haveria a relação com a propriedade e o patrimônio, já que na dinâmica imobiliária e a ideia do "sonho da casa própria" a aquisição por meio do mercado está atrelada a essa relação. Contudo, as mudanças indicadas na seção anterior quanto ao relacionamento com a diferença e o apoio pouco a pouco construído diante das condições de vida compartilhadas nos levou a pressupor que isso pode ter provocado diferença em relação ao que se pensa sobre ter uma casa com a inserção na rotina de um MS como o MTST.

Não desconsideramos, com isso, que passar a compor o MTST automatiza o processo de mudança. Ao contrário, como expôs Vítor em relação ao reconhecimento da ocupação como um bom instrumento para conseguir o que se deseja, uma vez que o desejo de muitos se resume

a ter a casa. No entanto, entre outras pessoas notamos ao longo do acompanhamento das ações e do cotidiano algo mais que a espera simplesmente, e por que seriam essas mudanças sutis menos revolucionárias do que um grande ato político na Esplanada dos Ministérios se é na materialidade dessas experiências que residem possibilidades?

Saber, nesse contexto, o que significa morar para as/s entrevistadas/os de modo a identificar em que medida isso está relacionado apenas à propriedade ou se há outras representações foi um dos objetivos dessa questão explorada principalmente entre as/os coordenadoras/es territoriais e acampadas/os, e não nos surpreende que uma palavra seja unânime entre todas/os: **Sonho!**

Para Maria José [coordenadora distrital/nacional MTST/DF, Planaltina], seria a "realização pra todos que estão somando, porque é um **sonho**. Independente de eu estar na minha casa ou não, enquanto tiver um sem teto e eu puder, vou lutar mais e mais ainda pra todos terem direito à sua". O sonho individual relacionado ao sonho coletivo é posto por essa coordenadora com uma forte vinculação, indo de encontro à ideia de que acelerar o processo de dirigentes do MS faz com que estes se desmobilizem por terem o desejo de consumo "atendido".

Aí se chocam duas ideias sobre o ato de *morar* de agentes governamentais que se colocam como aqueles que concedem direitos e a construção advinda da coletividade de que os direitos são conquistas das ações de resistência, fortalecidas na execução de atos, manifestações e ocupações urbanas – entre concessão/negação e conquistas à disputa pelo atendimento de suas necessidades recoloca o debate acerca da problemática da habitação.

O sonho da casa para Madalena [coordenadora territorial MTST/DF, Planaltina] está relacionado a "trazer os filhos para viver com ela; um lugar legal, com conforto, [pois,] morar pra mim significa poder estar junto com eles [os filhos], ter casa quer dizer poder estar com eles". Pouco a pouco, na interação entre o grupo de coordenadoras/es territoriais elementos vão sendo acrescentados e/ou resgatados na discussão sobre o significado da casa e o sentido de morar.

Pra PC [coordenador territorial MTST/DF, Planaltina] a relação com a família é reforçada, assim como as condições da vida de aluguel é retomada como elemento vinculado: "É saber onde vai estar com a família e não se preocupar em todo mês pagar aluguel. É muito ruim trabalhar o mês inteiro pra só conseguir pagar o aluguel. Morar é ter um lar, uma casa própria".

E de forma curta Marinete [coordenadora territorial MTST/DF, Planaltina] o complementa dizendo que pra ela "ter uma casa é viver com dignidade, é estabelecer amizade".

Pouco a pouco vamos vendo que as relações feitas com o sonho da casa própria estão na possibilidade de construção de vínculos, a segurança e o conforto para seus familiares, aliviar do peso e o desespero relacionado ao aluguel como também foi destacado por Duda [coordenadora territorial MTST/DF, Samambaia/Ceilândia] que relata que:

Esses dias fiquei pensando sobre o desespero tão grande que me deu pra pagar o aluguel, porque já teve tempo de a gente pensar, querer fazer mesmo e não ter dado certo por vários problemas, da gente sumir pra ocupação onde a gente não tem que pagar água, não tem que se preocupar com aluguel, e também de você não ver o dono da casa te ligar que o dinheiro não caiu na conta, ou dele bater na porta, ou do juros do aluguel aumentar, aí bateu um desespero muito grande de não ter condições de pagar aluguel.

Se precisássemos explicar por meio de uma fala, um relato, do que se trata o ônus excessivo do aluguel, um dos componentes da metodologia da Fundação João Pinheiro para a definição do deficit habitacional, a fala de Duda seria um excelente exemplo prático desse elemento que é o que tem o maior número de famílias em Brasília/DF, considerando o comprometimento de mais de 30% da renda familiar para essa despesa – no caso de muitas famílias acampadas isso representa o comprometimento de quase toda a renda familiar.

E essa condição está relacionada ao alto custo de vista associado às péssimas condições de trabalho da maioria dessas famílias. Para Zé da Faca [coordenador territorial MTST/DF, Planaltina] ter a casa significa "viver bem, ter saúde, emprego. Quer dizer viver, viver com os amigos e lutar junto com eles pra ser alguma coisa na vida". No caso desse coordenador, em especial, sua trajetória é uma referência de como a partir da ocupação e da participação no MTST suas perspectivas de vida mudaram em termos subjetivos, ainda que as necessidades materiais permaneçam.

Zé era um dos acampados, segundo ele mesmo, que se aproximou por ser uma oportunidade de não pagar aluguel e contas e assim não teria que optar entre moradia e alimentação; em função de ações não permitidas dentro da ocupação, principalmente o uso de bebida dentro do acampamento que é proibida, levou várias advertências, tendo sido, inclusive, suspenso da coordenação por 3 meses. Ao retornar assumiu uma postura mais participativa e integrada a outras/os acampadas/os e, por isso sempre afirma que a ocupação mudou sua vida, sua forma de ver as coisas.

No caso do coordenador mais novo de Planaltina, Tiago – com apenas 19 anos –, a relação do morar se confunde um pouco mais com elementos de consumo e estabilidade, uma vez que define da seguinte forma: "Morar é ter conforto, qualidade de vida; poder ter um estágio melhor, móveis bons; ter lugar fixo e sem se preocupar onde vai passar a noite. É um teto pra ficar com liberdade de chegar". Ter lugar fixo não é uma prerrogativa dessas famílias que passaram a viver na ocupação por não conseguirem pagar aluguel, uma vez que estão sob constante ameaça de reintegração de posse, ainda que no caso de Planaltina a experiência das ocupações seja de manutenção desse espaço por meses.

Maria José entende que (informação verbal) as ocupações são uma forma de pressionar por suas demandas e reivindicações, o que faz com que sempre se articule pela manutenção, mesmo que tenha que alterar o local diante da ação de despejo sempre executada com aparato policial. Antes da efetivação da última reintegração de posse, no entanto, o coletivo organizou uma barreira de fogo em torno da ocupação para evitar a entrada da polícia deixando claro que embora suas ações e a atuação do movimento sejam pacíficas, aquele espaço, naquele momento, era a casa que construíram.

Mais que material, a construção é simbólica considerando a limpeza que fizeram em conjunto, as comemorações de aniversários, festividades de fim de ano e Carnaval, a construção da ciranda e da escola, esta última com grande expectativa por parte dos adultos ainda não alfabetizados, por ser o espaço onde estão juntos, mesmo que haja conflitos internos inerentes à convivência entre pessoas diferentes. Ali reuniram materiais, histórias, dificuldades, e na iminência de "perder tudo", mais uma vez, decidiram queimar as casas – que foram desmontadas e o material colocado na cerca do terreno (Figura 23) – para sinalizar que resistiriam pelo direito à moradia. Antes fizeram uma grande roda (Figura 24) tranquilizando as/os acampadas/os e orientando o cuidado com as crianças, e mesmo depois de haver negociado a saída ao longo dos 3 dias seguintes, o acordo foi rompido pelo pessoal contratado pelo pseudo-proprietário⁸² que destruiu parte dos pertences das famílias (Figura 25).

⁸² Apresentou-se como proprietário do terreno Pedro Juraci, dono de uma rede de lojas chamada Tesouro de Ouro que apresentou um documento em que o endereço não correspondia à localização do terreno ocupado, e mesmo assim a ordem de reintegração de posse foi emitida e executada em maio desse ano.

Figura 23 - Isolamento da Ocupação Maria da Penha Resiste contra reintegração de posse

Foto: MARTINS, Ananda. Maio/2016

Figura 24 - Roda antes da chegada do oficial de justiça acompanhado da polícia

Foto: MARTINS, Ananda. Maio/2016

Figura 25 - Remoção de famílias da Ocupação Maria da Penha Resiste

Foto: MARTINS, Ananda. Maio/2016.

Abrimos esse parênteses porque esse evento foi bastante significativo para ilustrar os relatos dados ao longo da entrevista coletiva realizada na escolinha da Ocupação Maria da Penha Resiste. Na prática observamos a resistência com utilização do próprio corpo, que é tudo que não pode ser arrancado deles mesmos, em tese. O sentido de morar diante dessa organização ganhou outra dimensão, ainda que em certa medida, uma vez ao não aceitar o auxílio aluguel

como elemento de negociação davam um indicativo de que de fato não se tratava apenas da casa.

A organização da resistência urbana, nesse sentido, demonstra os elos que vão se formando e os vínculos construídos a partir da luta social organizada no e pelo espaço vivido. A luta se torna elemento central nas falas acerca do significado da casa e o sentido de *morar*, e indica a permanência na organização em função da necessidade de outras famílias, que sem conhecimento de seus direitos não encontram soluções para suas demandas. Segundo Uliane [coordenadora territorial MTST/DF, Samambaia/Ceilândia], a casa representa um sonho e a expectativa é de que:

Quando eu entrar dentro da minha casa, e vou falar como acampada também... quando eu entrar dentro da minha casa eu vou olhar pra ela e vou lembrar que a luta valeu, que quem luta conquista. Porque se for pra gente esperar sentado a gente vai mudar o quê? Como a população, os governantes vão saber da nossa indignação se a gente não for pra rua. Se eu vou gritar o que eu quero e é um direito que eu tenho, quando eu sentar no meu sofá vou lembrar que a luta valeu a pena, e mesmo dentro da casa eu tenho que respirar e tenho que ajudar os outros companheiros [...] porque essa situação não para e a gente tá pra ajudar. Que nem uma senhorinha lá do João Candido que disse "tem que lutar porque tem muita gente aí que também tá precisando" então quanto mais um vai lutar, mais rápido sai. Acho que é isso, entrar e saber que a luta... O que a gente passou, o choro, a dor... mas valeu a pena.

Uma das reivindicações do MTST com a Ocupação 26 de julho e a reocupação Maria da Penha Resiste foi a indicação do GDF de um terreno como contrapartida à construção de um empreendimento coletivo via MCMV Entidade. O terreno destinado a doação como contrapartida está localizado em Santa Maria, uma das RAs mais distantes da área central (quase 32km), cujo estudo topográfico já foi iniciado e o empreendimento prevê o atendimento de ao menos 500 famílias, muito embora a etapa 3 do programa MCMV não tenha orçamento liberado – em março desse ano o edital tampouco havia sido lançado, o que levou o MTST a ocupar o Ministério das Cidades.

A localização da área não esteve aberta à negociação, e mesmo sendo um terreno bastante distante, onde o movimento não tem atuação até o momento ficou definido que essa seria a contrapartida para viabilizar o empreendimento. Sobre a relação entre a área ocupada e a área que o movimento consegue viabilizar de fato, Vitor afirma que vai depender muito da conjuntura, da correlação de forças. Segundo ele

A correlação de forças que a gente tem no DF ou que a gente tem no RJ, ou no CE, não nos permite bater o pé pra ficar no terreno que a gente ocupou. A correlação de forças que a gente tinha em SP até antes da batalha do plano

diretor – Nova Palestina, depois Copa do Povo – ali você muda a correlação de força. Por exemplo, no RJ nós ocupamos um terreno na franja de São Gonçalo que era um terreno bem próximo das duas comunidades que a gente fez trabalho de base, das 3 comunidades que hoje a gente continua se organizando num núcleo comunitário, lá não havia correlações de forças pra conseguir mais do que o acordo pra construir as mil moradias, o que a gente conseguiu foi que a prefeitura indicasse um terreno e garantisse as condições pra que a gente conseguisse viabilizar o empreendimento – e a CEF pagar, etc. Já na de Niterói a gente ocupou no centro, em um lugar de muita circulação, cujo dono é um dos caras mais ricos da cidade, num lugar onde todo mundo que mora nas praias, na região oceânica nobre, tem que passar por lá todos os dias pra ir pro centro da cidade ou pra ir pro Rio, perto do Tribunal de Justiça, fórum, então, nessa conjuntura a gente conseguiu uma outra força que fez com que a prefeitura desapropriasse um terreno pra nós, próximo. Essa coisa de ficar no lugar depende exclusivamente da correlação de forças; todos os lugares que a gente ocupa tem viabilidade formal pra construção das casas, zoneamento, preço, pode ser desapropriado, dívida de imposto... mas a gente faz a luta pela moradia; isso é uma coisa que entra no discurso, entra pra convencer alguma pessoas do poder público, ‘nós não queremos criar uma nova favela’ Não por não gostar da favela, mas é dizer que a gente quer uma casa digna, definitiva, grande e tal.

Figura 26 - Ocupação Ministério das Cidades para reivindicação do lançamento do edital do MCMV etapa 3



Foto: MARTINS, Ananda. Março/2016.

Nesse sentido, podemos entender tanto a destinação do terreno em Santa Maria, ao invés de Samambaia, esta última em forte processo de valorização imobiliária, e até mesmo a falta de encaminhamento para o edital referente ao empreendimento em Planaltina, a ser construído pelo MCMV – FAR, conquista da ocupação próximo ao condomínio Nova Planaltina em 2010, sendo estes um dos principais pontos de reivindicação do MTST/DF, em especial a regional de Planaltina a ser beneficiada com essas u.h. voltadas à Faixa 1 do programa. A disputa desses

empreendimentos, no entanto, enfrenta alguns obstáculos não só na mobilização de recursos para a Faixa 1 do programa, no âmbito federal, mas na estrutura distrital que tem os critérios e o andamento da fila do programa habitacional do Distrito Federal questionados em relação ao acesso de outras entidades (associações que cobram as famílias pelo atendimento⁸³): "Tem entidades que conseguem fazer o cadastro a qualquer tempo. A gente não consegue; pra nós abre apenas por um período", diz uma das coordenadoras do movimento.

As famílias que se dividem entre a sobrevivência, que envolve o pagamento de aluguel, e a esperança de conseguir um lugar para morar, ao se incorporar ao MTST passa a vivenciar essa problemática de forma coletiva, o que não deixa de ter sua dimensão individual no significado sobre o morar, sobre o que significa conquistar a casa. Duda, reforçada por Arrilza e Flávia [coordenadoras MTST/DF, Samambaia/Ceilândia] quando pensa na solução do aluguel que em muitos momentos a desesperou, só pensa na conquista da sua própria casa, e complementa retomando mais uma vez o nível de precarização:

[...] porque hoje em dia você pensa assim, se você tem os seus filhos dentro de casa, imagina se você tem que escolher entre pagar seu aluguel e dar de comida ao seu filho, acho que isso é dos momentos mais tristes de quem paga aluguel; e quando a gente tem a nossa casa a gente fala "ai sim, vou arrumar comida pro meu filho comer, pra me manter e pagar o que tem que pagar. Vou colocar como um alívio grande de ninguém bater e falar "o aluguel tá atrasado, vai embora", Nós moramos numa casa que se você pagasse com um dia de atraso era R\$ 100,00 a mais, e onde arrumava esse dinheiro pra pagar? Imagine cada dia que você não tiver, o que vai acontecer com você? Se você tem um fiador vai se queimar com ele, porque ele vai ter que pagar pra não ficar com nome sujo. E quando não tem fiador, e você tem filho e você não conhece ninguém, o que vai fazer? Não tendo sua casa vai pra onde? Eu na minha casa vou cantar, vou dançar; vou pra rua juntar latinha, mas meu filho não morre de fome. **Acho que é respirar.** De se aliviar mesmo. É muita coisa, a gente se sente desesperada, passa a mão na cabeça... Quantas vezes a gente ficou só com bolacha e água pra pagar o aluguel? Nem manteiga tinha...

Os relatos, principalmente das/os coordenadoras/es territoriais, indicam, a nosso ver, dois elementos importantes. O primeiro é que o significado de ter a casa, o sentido de morar, em nenhum momento foi posto prioritariamente como sonho de ter a propriedade, de deixar um patrimônio, discurso muito comum na classe média brasileira; o segundo, em complementação

⁸³ As cooperativa e associações habitacionais e/ou de moradores exige análise particular, uma vez que, ao longo da história da cidade, muitas estiveram/estão envolvidas no processo ilegal de grilagem de terras públicas. No artigo do Correio Braziliense. *Deficit habitacional do DF exigirá soluções criativas do novo governo*. De 10/12/2010 é exposta a operação da polícia civil em 2010 para prisão de quadrilha que vendia lotes inexistentes ou forjava documentos de pessoas inscritas para beneficiar terceiros; esse esquema envolvia cooperativas e servidores públicos. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/10/interna_cidadesdf,227086/deficit-habitacional-do-df-exigira-solucoes-criativas-do-novo-governo.shtml

ao primeiro, aponta para a propriedade como sinônimo de segurança no presente, pois continua vinculado ao morar enquanto urgência, tal qual se alimentar, se deslocar, trabalhar, o que traz a cidade em sua complexidade por meio do ato de morar.

Em outros momentos também aparece forte a possibilidade de estabelecer vínculos, tais quais os que têm se constituído no espaço das ocupações urbanas, pelo reconhecimento da importância da troca e da construção coletiva, ainda que em certa medida. Entre as/os acampadas/os entrevistadas/os as respostas foram curtas e seguidas de reflexão por uns e euforia por outros, e enquanto alguns definiam onde gostariam de morar, outros indicaram ir pra qualquer ponto, inclusive para localidades da AMB, entre aqueles que responderam sistematizamos o quadro abaixo.

Quadro 5 - O significado de "ter a casa", do morar, entre as/os acampadas/os da ocupação Maria da Penha Resiste – MTST/DF, Planaltina

Rita	Sirleide	Andreia	Germano	Jackson	Carminha
<p>"Moradia digna. Quando eu tiver minha casa eu vou sentar lá com a chave e vou perguntar, é minha mesmo?"</p> <p>"Nós mora num barraco com os filhos, 5 ou 6 pessoas, porque não mora num apartamento, com dois quartos e uma sala, cozinha e banheiro?"</p> <p>"O problema é só secar roupa, não tem área [no Paranoá Parque], mas é melhor do que viver pagando aluguel, porque quem vive de aluguel vive humilhado, hoje você pode estar aqui, amanhã não tá"</p>	<p>"Pois, se eu ganhar em Brasilinha [Planaltina de Goiás/GO] eu vou".</p>	<p>"Alegria. Eu quero ganhar no Paraná Parque".</p>	<p>"Um lar mais tranquilo. Qualquer lugar que eu possa dizer 'esse aqui é meu, ninguém vai incomodar', tá bom".</p> <p>"[...] eu queria mesmo ali, lá no Lago Sul, bem pertinho do lago, mas não dá..."</p>	<p>"Pra mim é o prazer de você morar na sua casa".</p>	<p>"Moradia digna. Acho que vou desmaiar na hora".</p> <p>[Sobre não ter área pra secar as roupas] "esse é o menor dos problemas, porque quem tem muito filho, morar de aluguel... é difícil"</p> <p>"Mas o lugar quem faz é a gente. A gente que faz o lugar, a amizade".</p>

Ainda que as falas tenham elementos que precisam ser trabalhados com essas famílias, entre eles o imaginário de "ganhar a casa", o que se destaca é a propriedade como sinônimo de realização, alegria, prazer. E nos chama atenção a última frase de Carminha que aponta para relação que se constrói no lugar de moradia - "A gente que faz o lugar", ao mesmo tempo o lugar também os modela, o que ressalta a importância do debate levantado pelo MTST e outros movimentos de luta por moradia quanto aos projetos de moradia realizados pelas empreiteiras

na modalidade FAR que tem maior parte dos recursos do programa, o que o MTST tem chamado de "privatização da política urbana".

Como contraponto, tem-se a "gestão direta, quando os futuros moradores fazem o projeto, quando os futuros moradores fazem a gestão da obra, tem resultado muito melhor. [...] Quando a construtora faz o projeto, ela vai fazer para maximizar seu lucro. Então ela faz o projeto no tamanho mínimo, para aumentar a parte de lucro. Quando os próprios moradores fazem o projeto, a discussão não é lucro, mas é qualidade. Isso é evidente" [Guilherme Boulos, coordenador político MTST⁸⁴].

Envolver as/os acampadas/os em projetos de construção de suas próprias moradias é uma estratégia de mobilização que pode manter a base de trabalhadoras/es não só no desenvolvimento das ações do movimento, mas do seu próprio censo crítico a partir do que é capaz de produzir para si e para o coletivo, o que pode fortalecer esse coletivo enquanto MS, mas não garante que esse processo se consolide de fato sendo necessário contínuo trabalho de base para formação de caráter coletivo e solidário. Assim, a força e a representatividade do movimento, bem como seu papel na construção de outros espaços de representação, impõe-se e traz à tona de forma mais explícita os conflitos e as contradições que quando reconhecidos, ainda que em certa medida, pode transformar o sentido dado a possibilidade de conquista da casa para além da propriedade, como observamos nos relatos obtidos.

O *habitat* traduzido nos empreendimentos do MCMV-FAR dá lugar, em certa medida ao sentido do *habitar* incorporando elementos da vida urbana e da garantia do direito à Cidade que deve ser ressaltado nos empreendimentos de habitação de interesse social. E se a revolução passa pela subjetividade, pela práxis criadora, pela vida cotidiana, como indicia Lufti et al (1996) ao se referir ao pensamento de Lefebvre, essas experiências a partir do vivido assumem um potencial na organização das ações de resistência urbana para além da esfera da produção, para além da precarização da vida, no sentido de conquista do sentido do *urbano*.

A precarização da vida e do sentido do *habitar* faz com que este possa ser resgatado em sua essência para mobilizar um debate e promover o reconhecimento das condições que os impede de acessá-lo, ainda que com limitações e muita diferenciação.

É gratificante ver que a família fica com a gente mesmo que seja até conseguir

⁸⁴ Entrevista concedida ao Portal Brasil. Líder do MTST defende qualidade do Minha Casa Minha Vida Entidade. 06/05/2016. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/lider-do-mtst-defende-qualidade-do-minha-casa-minha-vida-entidades>

a casa, a gente poder entregar as chaves e ela dizer que conseguiu. Porque nós não temos como comprar uma casa de forma nenhuma; quer dizer, a gente tem, mas o governo não dá essa oportunidade pra gente pagar [com subsídio]. A gente trabalha, fichado ou autônomo, e a gente consegue. E o movimento dá esse empurrão, e esse conhecimento; o movimento abre a mente das pessoas, ele te ensina a luta pelos seus direitos. [Duda, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

O encontro, mesmo que forçado por uma condição degradante que partilham em comum, muda a perspectiva de algumas famílias que passam a participar no MTST/DF. Ainda que não seja possível, e tampouco seria prudente, generalizar tais mudanças na perspectiva de vida, e sabendo que em um processo dialético e, portanto, contraditório as demandas do cotidiano continuam intensa e urgentemente presentes, é necessário ainda discutir a realização do trabalho de base, sua importância, os obstáculos e os limites com os quais se deparam na conformação da resistência urbana no DF.

Contudo, observamos como indício do potencial de transformação promovidos pelo sentido do *habitar*, que pode vir a ser algo efetivamente radical e insurgente, o posicionamento da maioria das/os entrevistadas/os quanto à permanência na organização e construção da luta coletiva e das ações de resistência após a conquista de suas moradias

Entre as/os acampadas/os se destaca a fala de D. Rita, que cita Maria José [coordenadora política MTST/DF – Planaltina] ao dizer que "se nós ganhamos tem muita gente que precisa também. Então, vamos botar o movimento pra frente; já ganhou vai ajudar a realizar os sonhos de outras pessoas. Não sei se eu vou estar mais aqui, mas se eu puder andar, falar, ajudar outras pessoas... Porque fácil não é". Já Andreia, ao falar sobre a conquista da casa e o que fazer depois disso indica que: "É agradecer muito a Deus por tudo que você passou e ter conseguido. Servir de exemplo pras pessoas acreditarem, se inspirar na gente: 'Se eles conseguiram a gente consegue'. Continuar no movimento".

As/os coordenadoras/es territoriais seguem na mesma linha:

A luta continua para ajudar outros companheiros, incentivando as pessoas que podem reconhecer a conquista realizada. [Madalena, coordenadora MTST/DF – Planaltina]

A casa é um meio e possibilidade para compartilhar a luta com mais tranquilidade. Eu vou estar ciente que tem a moradia pros meus filhos, aí sim, vou lutar muito mais pra quem não tem, porque é muito ruim não ter onde morar [PC, coordenador MTST/DF – Planaltina]

Eu quero ganhar a minha casa, e assim como vou poder dar conforto pros meus filhos eu vou lutar para que outras pessoas possam conseguir. E vamos tentar

mostrar pra mais pessoas que a bandeira do MTST tem honra e tudo que faz ali não é brincadeira, não é mentira. Que a partir do momento que essa bandeira é levantada, ela é levantada por uma causa boa, pra ajudar as pessoas que necessitam resolver os problemas; tanto como moradia, mas o MTST não é só moradia, é tudo – saúde, energia... – mostrar para outros, que assim como eu não tinha entendimento do que significava a bandeira, mostrar que ela é verdadeira e que se a pessoa entrar na luta com fé, com garra vai poder também ganhar essa luta. [Marinete, coordenadora MTST/DF – Planaltina]

A casa é o recanto, que pode ser fechado para a partida da abertura de frentes de luta em outros estados. [Zé da Faca, coordenador MTST/DF – Planaltina]

Quando meu pai ganhar a casa aí sim, vamos começar a sonhar de verdade. Casa é a base, e o Estado não permite a gente conseguir, ganhar nossa casa; tanta roubalheira e uma coisa tão simples. Uma moradia, nossas famílias não estão conseguindo. Depois que conseguir vamos sonhar de verdade, pensando em faculdade pros filhos, no meu caso eu vou fazer uma faculdade. Sonhar uma moradia é justiça. É um sonho, mas não deveria, porque é uma coisa básica. [Tiago, coordenador MTST/DF – Planaltina]

É luta, porque antes eu pensava em ganhar a casa e sair, cuidar da minha vida. Hoje eu já não vejo assim, vou continuar no movimento, do mesmo jeito. Fazendo várias outras lutas, [...] então, eu chamo toda minha família e digo pra eles que têm que lutar. Eu acho que a luta não para por aí não. E com a experiência que eu tive de ir no Joao Candido, conhecer o empreendimento do movimento e conversar com "as tias", tudo de cabeça branquinha; dia de ato já tira a camisa do guarda-roupa e já vai somar na luta, isso só me fortaleceu, e a luta não para. Eu vou adquirir minha moradia, mas eu preciso de escola de qualidade, saúde com qualidade, transporte com qualidade e isso a gente só vai conseguir com o povo unido e na luta. [Uliane, coordenadora MTST/DF – Samambaia/Ceilândia]

De imediato observamos que se a participação tivesse como único fim a obtenção da propriedade, findaria no momento da conquista, muito embora esse tenha sido o pensamento inicial de quase todas/os entrevistadas/os e, como não se trata de uma situação que se efetivou não se pode garantir que estas condições permaneçam. A casa, posta como um meio e uma possibilidade, ganha outras representações ao longo da experiência vivida nas ocupações urbanas, mesmo considerando as diferenças e os processos individuais que se formam pelo coletivo. Ao se atribuir outros elementos de infraestrutura urbana e bem coletivo, como educação, saúde, transporte, é posta a relação com a complexidade da cidade; quando esses elementos vêm acompanhado de testemunhos que reivindicam que toda essa infraestrutura lhe seja ofertado como para aqueles que vivem em áreas nobres da cidade – que sejam tratados com dignidade, que não sejam humilhados por sua condição – observamos que a própria ação de resistência urbana vai sendo composta de outras representações da moradia e da cidade.

A ausência de uma vinculação entre a moradia e o lugar no qual ela vai ser ofertada

reforça não somente a correlação de forças que não é favorável para essas famílias, como também que o nível de precarização é tal que preferem resignificar a vida em um novo lugar, mas seguros em sua moradia do que a incerteza inerente às condições em que vivem. O MS, nesse contexto, é o meio para alcançar a conquista a partir das ações de resistência urbana, e se a ocupação urbana não é uma solução a longo prazo, como evidencia Herreros (1999), ao menos tem sido uma boa resposta ao enfrentamento às estruturas de poder que engendram as injustiças socioespaciais vividas nesses espaços.

Na cidade onde os espaços públicos ou a estrutura público-coletiva têm sido substituídos por lugares que se vende e se compra, o sentido do *habitar* como espaço concreto do corpo, dos gestos, da construção de memória e identidade vai sendo tecido ainda com pouca compreensão do seu potencial no processo de formação e construção coletiva. Diante do alto nível de precarização que se mantém em termos materiais e subjetivos, o nível de apropriação vai sendo mediado por elementos que vão além do que dita o cotidiano programado.

A organização das ações de resistência urbana, no entanto, e a construção das experiências nas ocupações urbanas como elementos propulsores das modificações no modo de ver e se reconhecer na sociedade demarca outro momento na luta pela moradia em Brasília/DF, alinhado com o movimento nacional e mundial. A cidade que surge de fato a partir de um grande movimento de ocupação, ainda não coordenado, faz-se às margens de sua monumentalidade ressaltando e reforçando o permanente impasse de Brasília, a cidade metropolitana em tensão constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília nasce para ser revolucionária e, no entanto, territorializa o mando, o conservadorismo fazendo com que a luta além de necessária, seja crescente diante da centralidade das ações de resistência urbana dos MSUs contra a postura secular de nossa elite. Brasília ensina que a forma toma o sentido do coletivo desde o primeiro momento, no período de sua construção, pois as pessoas tendem a se agrupar, a construir vínculos com as pessoas e com os lugares como meio de construção de si próprios.

Contudo, na atualidade, diante do modo de vida individualizado em excesso como seria possível organizar o trabalho de forma mais associativa para uma alternativa econômica ao capitalismo? Como questiona Harvey em seus discursos. Para nós essa alternativa ao capitalismo é política, e embora perpassa a esfera da produção qualquer mudança vinculada apenas a ela traduzirá apenas um corte epidérmico sem qualquer radicalização, já que não é intenção da produção alterar o *status quo*, como já nos havia indicado Agnes Heller.

Pode-se questionar o fato de que se o objetivo é ampliar a demanda inicial, a moradia, para a reivindicação e construção prática do direito à Cidade e à Reforma Urbana por que as reivindicações parecem tão limitadas às questões objetivas da urgência cotidiana? No entanto, quando nos aproximamos das experiências vividas observamos que a luta pelas urgências cotidianas é extremamente necessária diante das condições de sobrevivência das famílias que compõem o MTST, mas, ao contrário, não se limita a ela. A trivialidade, a banalidade dessas urgências esconde o verdadeiro potencial da dimensão do vivido como espaço onde a experiência transforma perspectivas; a concepção de que as lutas revolucionárias surgem apenas de um grande ideal e ações em escalas macro, vela os indícios presentes nas pequenas descobertas.

Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno*, ao iniciar sua reflexão sobre o cotidiano busca exatamente a trivialidade de um dia comum na história, que pode não ser um marco histórico, mas sendo a história de alguém, ou de alguns, tem significados ignorados em busca das teorias gerais e conceitos potentes. É a vida que torna a problemática aqui investigada dialética, já que, para uma grande massa de trabalhadoras/es, está submetida à dinâmica da produção e emerge em busca de um sentido além da exploração que a exaure.

A atuação do MTST que assume uma postura como um movimento de luta social na disputa da cidade e da sociedade, não reduzido à moradia, explicita um perfil de Brasília/DF

pouco conhecido por muitos, inclusive entre os próprios brasilienses. A cidade que se impõe ao plano se constitui desde o início às margens e evidencia o impasse contínuo entre a sua monumentalidade e a humanidade que aqui busca se constituir. Os candangos foram sistematicamente afastados da grande obra, mas hoje, mesmo na periferia são sistematicamente massacrados pelas condições de vida às quais estão sujeitos: moradia precária ou inadequada de alguma forma, mobilidade limitada, empregos precarizados e ainda concentrados na área central.

Enquanto se pensa que a dimensão do vivido nos mostra o óbvio diante da conjuntura e as concepções socioespaciais que privilegiam uma pequena parcela da população, as ocupações urbanas realizadas pelo MTST/DF nos mostram evidências de que há mais elementos diante de tamanha obviedade. As famílias que ali estão semeiam seus sonhos em terras áridas representadas pela estrutura de poder da cidade neoliberal, e ao fazerem isso nos espaços de ocupações veem raízes se entrelaçarem e o sonho se tornar mais que uma estrutura que os proteja do sol e da chuva, mas um elemento que ao lhe conferir segurança de ter aonde ir, lhe permite, ao mesmo tempo, as condições de permanecer participando de uma construção coletiva que desenvolva maior capacidade de subverter a realidade posta.

As ocupações urbanas organizadas por esse movimento nos apontam para um espaço onde germina a luta pela vida, e querer viver, mais do que sobreviver, parece-nos algo de potencial realmente revolucionário, embora ainda embrionário. Sabemos, no entanto, que não se automatiza o desejo por uma vida melhor à ação e reconhecemos a importância da consolidação de um trabalho de base relacionado à formação em todas as esferas que lhes permitam compreender, enquanto parte do MSU, a combinação feita eventualmente, de forma estratégica, de meios convencionais em relação às instituições políticas: as urgências precisam ser atendidas, e na construção coletiva essa é a base que pode levar as ações de resistência urbana à um processo subversivo dessa realidade.

A postura do MTST na cidade, pelo território, coloca-se para além da posse quando questiona essa estrutura secular e a sua relação com as condições de precarização da vida das/os trabalhadoras/es, quando combina a pressão sobre as esferas federal/distrital por uma política de Habitação de Interesse Social efetiva à utilização estratégica das ocupações para evidenciar as desigualdades e injustiças socioespaciais na cidade, em permanente tensão com a dinâmica metropolitana, que para além de uma questão de escala (maior ou menor) evidencia a reprodução do espaço nos moldes neoliberais.

A relação entre as ações de resistência urbana e as estratégias tecidas e articuladas nas

ocupações urbanas diante das condições vividas embora não represente uma explosão em grande escala de transformação radical, evidencia os indícios de que pequenas mudanças estão em curso e elas se chocam com a produção de vidas precárias. Os desejos suscitados pelo morar, traz no sentido do *habitar* que a radicalidade da luta é potencial e se dá contra a privação do urbano, uma vez que as famílias, entre acampadas/os e coordenadoras/es, explicitam elementos que apontam para a vida urbana em sua complexidade, de forma articulada e não dissociada do ato de morar.

E para a efetiva apropriação coletiva do espaço urbano é preciso superar, no discurso e na prática da luta cotidiana, a lógica da necessidade individual ordenada pela sociedade burguesa, que intenciona subjugar o sentido humano às necessidades práticas (HELLER, 1986), pois assim transforma as necessidades em abstração, “reduciéndolas a meras necesidades de supervivencia. Precisamente por ello las necesidades dirigidas a la supervivencia no pueden formar grupos autónomos de necesidades de carácter general desde un punto de vista histórico-filosófico” (HELLER, 1986: 27).

Nesse Sentido, as ações de resistência urbana frente a essa conjuntura assumem, inevitavelmente, outro patamar, pois se torna imprescindível que a organização coletiva motivada pelas condições de precarização da vida represente mais que uma demanda e uma série de reivindicações objetivas; torna-se necessário que ao assumir a luta por direitos, os MSUs, e entre eles o MTST, construam alternativas efetivas para além da lógica indicada por Heller.

A ação de ocupar, nesse contexto, traz a possibilidade de uma luta que obriga a sair, ainda que em alguma medida, dos espaços mercantilizados, como aponta Sader, e ir para os espaços públicos contra o neoliberalismo, “sair dos lugares onde o que impera é a busca do lucro, para aqueles em que impera a solidariedade, a camaradagem, o aprendizado comum. Não haverá sociedade democrática sem a centralidade dos espaços públicos e os sentimentos correspondentes de solidariedade, de amizade e de alegria.”⁸⁵ No entanto, esse deslocamento exige aprofundar a sistematização e resgate do trabalho de base para que o que hoje é uma semente possa germinar de fato, não na concretização do acesso à propriedade, embora mediado por ela, mas na construção de novos espaços de representação a partir das relações que se constituem no espaço das ocupações urbanas.

⁸⁵ <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/02/a-recuperacao-dos-espacos-publicos-4940.html>

Os relatos coletados indicam mudanças de perspectivas a partir da experiência nesses espaços e seu conteúdo evidencia muito mais a reivindicação pelo urbano enquanto possibilidade de outra realidade do que a propriedade em si, isolada do conjunto de possibilidades a ela relacionada. Mesmo que a moradia enquanto valor de uso só se viabilize por meio do valor de troca em função da mercantilização da habitação (e por isso a disputa do MTST pelo MCMV Entidades), ao propor empreendimentos com gestão coletiva e servir como meio de construção da apropriação de suas próprias possibilidades o MTST desempenha o papel de abrir fendas a partir das quais as/os trabalhadoras/es possam reconhecer seus direitos e lutar por eles coletivamente.

O acesso à moradia é posto como indicador de melhoria na qualidade de vida associado à possibilidade de fazer parte da cidade e não de continuar sendo afastado, excluído dela. Por meio do MTST as famílias dizem "nós não vamos mais ser mandados para fora da cidade". Voltamos à utopia de viver a cidade e o urbano de forma plena, com possibilidades radicalmente democráticas, o que se coloca como inviável a partir de um discurso concebido de meritocracia e cortes de direitos sociais que afeta diretamente, mais uma vez, essa parcela da população.

Não se trata de um problema a ser resolvido economicamente, mas politicamente; e estando a política institucional à serviço da economia neoliberal, resta o resgate do sentido político por ações de cunho transformador e emancipatório. Esse resgate se dá, a nosso ver, no cotidiano da luta social, e a operacionalização da leitura desse cotidiano pode ser feita a partir do *espaço vivido* em constante tensão com o espaço concebido, e da prática espacial que concretiza o uso do espaço pelas ações de *Resistência Urbana*.

O sentido do urbano traz em si a possibilidade de subversão que nega a lógica abstrata, formal, o que exige a produção do espaço não no sentido positivo, mas como categoria negativa da modernização. Nessa composição, Damiani afirma que há de se ter ciência dos seus limites e tempos de decomposição a abordar politicamente, sendo necessário subverter o vivido produzindo acontecimentos e lugares subversivos. Nesse sentido, as ocupações urbanas em Brasília/DF têm se realizado como uma contraposição clara à ação posta de "cima para baixo", o que, segundo Ferreira (2015: 82), cria "espaços de representação através da experiência construída em apreensões horizontais e cooperativas da vida cotidiana e coletiva", e nesses espaços "O Outro do urbano é o homem comum, ou se quisermos pensar em Milton Santos, é o homem lento, que escapa dessa lógica, que mais que sobreviver, busca viver, porque resiste" (*Ibid*).

Sem dúvida essa resistência está permeada por contradições inerentes ao processo dialético de sua constituição. Há dificuldades em se trabalhar o sentido político das ações em meio a precarização à qual estão submetidos, por outro lado, estas mesmas condições podem ser um instrumento pedagógico para evitar que as relações de solidariedade que se constituem recaiam em uma mera relação de vizinhança, comum nas antigas vilas, alienadas do projeto no qual se inserem. A ocupação enquanto instrumento estratégico se torna a casa de muitas famílias; a casa, então, pode ser vista como instrumento político potencial a partir das ações do MSU em uma cidade em que a problemática da habitação demonstra a disputa, também desigual, pelo urbano e suas representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRES ROJAS, C.A.. **Para compreender o século XXI: uma gramática de longa duração**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo Fundo: UPF, 2010.

ALMEIDA, A. **Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos anos 70 e 80**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1992.

ALVES, G.. Ocupar Wall Street... e depois? *In*: HARVEY, D. *et al.* **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

ASHER, F.. **Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour**. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.

AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração Pública**, 22(04), Rio de Janeiro. Out./Dez., 1988. pp. 107-119.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

BOTELHO, A.. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

BORJA, J.. **Movimentos Sociais Urbanos**. SI AP, 1975.

BOULOS, G.. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2014.

BUSQUET, Grégory; GARNIER, Jean-Pierre. Un pensamiento urbano todavía contemporáneo. Las vicisitudes de la herencia Lefebvriana. *In*: **Urban. Espectros de Lefebvre. Artículos y notas de investigación**. Sep2011-Feb2012 [pp. 41-57]. Disponível em <http://polired.upm.es/index.php/urban/article/viewFile/1490/1986>. Acessado em 12 de julho de 2015.

CAMPOS, Neio. A Segregação Planejada. *In*: PAVIANI, A. (Org). **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

CARLOS, A. F. A.. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1994.

_____. "Novas" Contradições do Espaço. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, H.S.. Rebeliões e ocupações de 2011. *In*: HARVEY, D. *et al.* **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CARPINTERO, Antônio Carlos. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Planificación Urbana Y Movimientos Sociales: El Caso de la Renovación urbana en París. In: Capel, H. (Org.) **Urbanismo y Práctica Política**. Los Libros de la Frontera. Barcelona. 1974.

CASTELLS, M. & BORJA, J.. As Cidades como Atores Políticos. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.45, São Paulo, 1996.

CODEPLAN, Demografia em Foco. Vol 7. Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal, 2013. Disponível em http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/demografia/Demografia_em_Foco_7_Evolucao_dos_Movimentos_Migratorios_para_o_Distrito_Federal.pdf

CODEPLAN, PDAD Paranoá, 2013a. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/PDADParano%C3%A1.pdf>

CODEPLAN, PDAD Ceilândia, 2013b. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/Ceil%C3%A2ndia-PDAD%202013.pdf>

CODEPLAN, PDAD, 2014. Disponível em http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf

CORDERO, Adrian Hernández. *Gentrificación: Orígenes y Perspectivas*. Revista del Departamento de Geografía. FFyH – UNC – Argentina. ISSN 2346-8734 Año 4. N° 6 -1° semestre 2016. Pp. 91–113 Disponível em http://www.academia.edu/27103515/GENTRIFICACION_ORIGENES_Y_PERSPECTIVAS

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

_____. **Com a palavra, Lúcio Costa**. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

DAMIANI, A.L.. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O. de L. (Orgs). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. [pp. 118-131]

_____. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: CARLOS, A. F. A.(Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002 [pp. 161-172]

DARDOT, P. & LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução Mariana Echalar.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOYLE, P.C.. Comercialização de habitações populares em Brasília. *In*: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

FARIAS, D.D.. **Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2006.

FARRET, Ricardo L.. O estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. *In*: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985. pp. 17-25.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações?. *In*: Alvaro Ferreira, João Rua, Glaucio José Marafon, Augusto Pinheiro da Silva. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. , p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João ; MATTOS, Regina Célia de . Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: Processos e Dinâmicas. Uma Introdução. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2015, v. 1, p. 15-32.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. *In*: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985. pp. 43-56

FERREIRA, J.S.W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização [Online], 2005. Acessado em 22/06/2014. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.fau.usp.br%2Fdocentes%2Fdeprojeto%2Fj_whitaker%2Fpropurbcred.doc&ei=rqXTU_1IIMSfyASe64Jo&usg=AFQjCNEfhihcUIZx-OZnRkSgNBDqxUnfHw&bvm=bv.71778758,d.aWw

FILIPPO, F.C. & MEDEIROS, E.L.. Ensaio sobre a política habitacional no DF. *In*: MTST. **Revista Territórios Transversais: Resistência Urbana em Movimento** [impressa]. Ano 1, nº 1, junho. São Paulo, 2014.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. *In*: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.2, n. 2, 2013 [pp. 173-184]

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES). **Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil**. São Paulo, 2016. Acessado em 23/10/16. Disponível em https://issuu.com/politicasocial/docs/pec_241_-_austeridade

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Deficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.

GIL, A.C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991

GIL, A.C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo Atlas, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Força da Periferia: luta das mulheres por creches em SP**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

_____. **Teoria sobre os Novos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONZALEZ, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. *In: PAVIANI, A. (Org.). Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985. pp. 81-99

GONZALEZ, E.. Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu: apontamentos metodológicos. *In: VIII Simpósio em História*, v. único, 2005. p. 13-13.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social. Uma avaliação da ação governamental na área da Habitação**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

_____. A capital e o controle de segregação social. *In: PAVIANI, A. (Org). A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

_____. Uma Política Habitacional de Interesse Social para o Distrito Federal. *In: PAVIANI, A. (Org). Brasília Gestão Urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981

GUIDI, Milza. **Incansáveis Moradores da Ceilândia: Uma história de lutas**. Brasília: Edição do Autor, 2013.

HARVEY, D.. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A liberdade da cidade. *In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HELLER, A.. **La teoría de la necesidad en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

HERREROS, T. El moviment okupa a finals del segle XX. *In: Assembleia D'Okupes de Terrasa* (Comp.), Okupació, represió i moviments socials, Kasa de la Muntanya-Diatriba, Barcelona, 1999.

IASI, M.L.. A rebelião, a cidade e a consciência. *In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Distrito Federal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. [online] Acessado em 11/12/2015. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n25_df.pdf

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. V.34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. [online] Acessado em 11/12/2015.

IERVOLINO, S.A.; PILECIONI, M.C.F.. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Ver Esc Enf USP [online]. São Paulo: USP, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03.pdf>

KLEIN, Juan-Luis; LAURIN, Suzanne (dir.). **L'éducation géographique, formation du citoyen et conscience territoriale**. Quebec: Presses Universitaires du Québec, 1998. (Coll. Géographie Contemporaine)

KOWARICK, L. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 1, nº 3. São Paulo. Fev./1987.

_____. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAUANDE, Francisco. **O projeto para o Plano-Piloto e o pensamento de Lucio Costa**. Vitruvius, ano 08, ago. 2007. Acessado em 23/01/2016. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/223>

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. A "práxis": a relação social como processo. *In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____. **Lógica Formal. Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 3. Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. [pp. 159-173]

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEITNER, Helga; PECK, Jamie; SHEPPARD, Eric. **Constesting Neoliberalism: Urban Frontiers**. New York: The Guilford Press, 2007.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzana; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. *In*: MARTINS, J.S.. **O retorno à dialética em Henri Lefebvre**. São Paulo: EDITIRA HUCITEC, 1996.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 188-221. Acessado em 24/08/2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a09n7.pdf>

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do Estado no Neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia**, Ano 18, Nº 37 (2016). pp. 35-60. Universidade Federal de Uberlândia. Acessado em 23/10/2016. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/711/622>

MARÉS, C.F.. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFE, 2003.

MARTIN, Jean-Yves. Uma geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. *In*: **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19. Jul/Dez, 2002. pp. 11-36

MARTINS, J.S.. **O retorno à dialética em Henri Lefebvre**. São Paulo: EDITIRA HUCITEC, 1996.

MARTINS, A.M.. **Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à Cidade em Recife – PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, Brasília, 2009.

MARTINS, A.M.. A disputa pela habitação em Brasília: é tempo de Resistência! *In*: **GeocritiQ** – Plataforma digital ibero-americana para la difusión del trabajo científico. 10 de julio de 2015, nº 152. [ISSN: 2385–5096]. <<http://www.geocritiq.com/2015/07/a-disputa-pela-habitacao-em-brasil-e-tempo-de-resistencia/>>

MARTINS, Karoline Ferreira. **O direito que nasce da luta: A construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB, Brasília, 2015.

MARX, K. **Manuscrtos econômicos-filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores.** Vol XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974. [pp. 107-138]

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: ANPOCS, 2000. Acessado em 23/04/2015. Disponível em http://www.academia.edu/2481467/James_C._Scott_e_a_resist%C3%Aancia_cotidiana_no_campo_uma_avaliao%C3%A7%C3%A3o_cr%C3%ADtica Acessado 03 de março de 2016.

MPL/SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: Fantasia Corporificada.** Brasília: Editora Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA JR, G.A.. **Novas expressões de centralidade e (re)produção do espaço urbano em cidades médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, Brasília, 2008.

PAVIANI, Aldo. Periferização Urbana. *In: PAVIANI, A. (Org.). Urbanização e Metropolização.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

PENNA, N.A.. **Brasília: do espaço concebido ao espaço vivido. A dinâmica de uma metrópole planejada.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, São Paulo, 2000.

PETRY, A.. **Os Movimentos Sociais na América Latina.** [online] 2008. Disponível em http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/mov_sociais.pdf

POGREBINSCHI, T.. **O Enigma do Político. Marx contra a política moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade da seringueira. Geografia e Movimento Social. *In: GEOgraphia.* Ano 1. Nº 2, 1999. Disponível em www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/19/17 Acessado em 02 de março de 2015.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo & IWAKAMI, Luiza Naomi. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. *In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: Movimentos Populares em Brasília.* Brasília: Editora da UnB, 1998. pp. 55-73

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. OSAL – **Observatório Social de América Latina.** Ano VII, nº 21, sep-dic 2006. Buenos Aires: CLACSO. pp. 23-32 Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110408105720/3TorresRibeiro.pdf>

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Redobra,** Salvador, n. 9, 2012. 2012

RIBEIRO, Romulo Jose da Costa; TENÓRIO, Gabriela de Souza. Estrutura social e organização social do território. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz *et al.* **Brasília: transformações na ordem urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. [Recursos eletrônico] Disponível online em http://www.observatoriodasmetroles.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_brasilia.pdf

RODRIGUES, A. M.. A cidade como direito. **IX colóquio Internacional de Geocrítica**, 2007 [online]. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>

_____. Ciência e ação política. Por uma abordagem crítica. *In*: OLIVEIRA, F.J.G. *et al* (Orgs.). **Geografia Urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Os geógrafos na luta pela cidade como direito. [online] *In*: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/.../2013v3n1_AMRodrigues. Acessado em 02 de novembro de 2015.

SÁNCHEZ, Joan Eugeni. **Espacio, Economía y Sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno S/A, 1991.

_____. Políticas Urbanas em Renovação: uma leitura dos modelos emergentes. *In*: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Nº1, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, R.E. dos. **Movimentos Sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCOTT, J.C. Exploração normal, resistência normal. *In*: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Dossiê “Dominação e contra Poder”. Nº 5. Brasília Jan/Jul, 2011. *Print version* ISSN 01033352

SILVA, E. R... O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 2, Dezembro, 2012. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. pp. 279 a 306. Disponível em http://observatoriodasmetroles.net/download/empreendedorismo_urbano.pdf

SILVEIRA, M.L.. Metrôpoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história. *In*: SILVA, C.A. & CAMPOS, A. **Metrôpoles em mutação: Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2008.

SMITH, Neil. Nuevo globalismo, nuevo urbanismo. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, nº 38, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

_____. El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal. *In: HARVEY, David; SMITH, Neil (Orgs.) Capital Financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: CCBB y Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

SOMECK, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs) **Teoria e Método de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUSA, N.H.B; MACHADO, M.S.; JACCOUD, L.B.. Taguatinga: uma história candanga. *In: PAVIANI, A. (Org.) Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SOUSA, N.H.B.. O movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. *In: PAVIANI, A. (Org.) A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SOUZA, M.L.. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *In: Revista CIDADES*. Vol. 7, n.11, 2010. [pp. 13-47]

SPOSITO, M.P.. A produção política da sociedade. *In: MARTINS, J. de S. (Org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

TOURAINÉ, A.. **Sociologie de L'Action**. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

VAINER, C.. Quando a cidade vai às ruas. *In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VANEIGEM, R.. **A arte de viver para novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. A Metrópole de Brasília na transição demográfica brasileira. *In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. Brasília: transformações na ordem urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. [Recursos eletrônico] Disponível online em http://www.observatoriodasmetrosoles.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_brasilia.pdf

VIEIRA, R.V.; OLIVEIRA JR, G.; MARTINS, A.M.. O empreendedorismo urbano na cidade de Brasília: a subordinação das políticas urbanas ao mercado imobiliário. **Revista GEOgraphia** [online]. Rio de Janeiro: UFF, 2010. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/379/298>>

VIEIRA, R.V.; FRANÇA, K.C.B.; MARTINS, A.M.. Brasília: as linhas retas pelo avesso ou no entrecortar do uso. **Cadernos Metrópole: Representação Política e Governança Metropolitana**. V. 14, n. 27, 2012. [pp. 197-215] Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metroполе/article/view/14787>

VIEIRA, Rosângela Viana. **A reprodução do espaço na metrópole: a habitação como negócio urbano**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, Goiânia, 2014.

ZIZEK, S.. O violento silêncio de um novo começo. *In: HARVEY, D. et al. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas***. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

Apêndice

APENDICE 1

Roteiros de entrevistas

Coletivo Político – Coordenação Nacional	
PARTE I – ESTRUTURADA	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Guilherme Boulos	
Idade:	
Estado civil:	
Quantos/as filhos/as:	
Escolaridade/Formação/Ocupação:	
Origem (se de Brasília, de que área/região): São Paulo	
HISTÓRICO	
RELAÇÃO ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A RESISTÊNCIA URBANA □ ELO PARA O ENGAJAMENTO	Já participou de outro movimento social organizado? Qual(is)? Por quanto tempo?
	Desde quando participa do MTST?
	O que condicionou o envolvimento?
	Como passou a compor a coordenação nacional?
	Como participou da composição do MTST/DF? Qual foi a estratégia pensada para a Capital Federal?
PARTE II – SEMI-ESTRUTURADA	
ANÁLISE ORIENTADA PELAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	
ESPAÇO VIVIDO	Como vê a inserção do DF no processo de fortalecimento da resistência urbana nacional?
	Como é a relação entre a organização nacional/estadual de São Paulo e a formação/consolidação da atuação no DF?
	Qual a relação pensada entre a ocupação urbana do MTST e o espaço ocupado na cidade?
PRÁTICA ESPACIAL	Dizer que a resistência é local, mas a luta é global se tornou um ponto forte nos discursos que ecoa em diferentes partes do mundo. Como lê essa expressão sob a perspectiva nacional/local?
	A prática do MTST em torno da habitação traz outros questionamentos quanto ao modo de vida urbano no contexto do neoliberalismo. A partir de que(ais) elemento(s) vislumbra a unificação dessas pautas? E qual o papel das ocupações urbanas nisso tudo?
	Em entrevista recente afirmou que o Brasil tem se tornado uma máquina de produzir sem tetos. Por outro lado, ciente da perversidade no movimento global nos termos do capitalismo Milton Santos dizia que está na pobreza o germe da verdadeira transformação social. Como potencializar na base práticas emancipatórias? Qual é a prática do MTST nesse sentido?
	Como analisa a tensão entre a habitação que ao mesmo tempo compõe a esfera da produção, sendo uma mercadoria diferenciada já que está relacionada ao uso da terra urbana cada vez mais valorizadas, e a casa

HABITAR	como objeto de sonho, segurança, conquista. Quais conflitos destacaria como centrais aí?
	É possível dizer que muitas famílias que militam já buscam mais que a casa? Quais as dificuldades nesse processo?
	Tem diferença quanto a localização do terreno conquistado? Se se ocupa uma área específica, mas ofertam outra nas bordas da cidade... Quais tem sido as estratégias?

Coletivo Político – Coordenação Nacional	
PARTE I – ESTRUTURADA	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Vitor Chokito	
Idade:	
Estado civil:	
Quantos/as filhos/as:	
Escolaridade/Formação/Ocupação:	
Origem (se de Brasília, de que área/região):	
HISTÓRICO	
RELAÇÃO ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A RESISTÊNCIA URBANA □ ELO PARA O ENGAJAMENTO	Já participou de outro movimento social organizado? Qual(is)? Por quanto tempo?
	Desde quando participa do MTST?
	O que condicionou o envolvimento?
	Qual seu papel no MTST atualmente?
	Participou da composição do MTST/DF? Qual a leitura que faz?
PARTE II – SEMI-ESTRUTURADA	
ANÁLISE ORIENTADA PELAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	
ESPAÇO VIVIDO	Como analisa a inserção do DF no processo de fortalecimento da resistência urbana?
	Como avalia o processo de ocupações no DF ao longo do tempo?
	Estrategicamente qual a relação entre a ocupação urbana do MTST e o espaço ocupado na cidade?
PRÁTICA ESPACIAL	Há diferença entre as diferentes ocupações urbanas do MTST? Se sim, a que atribui?
	A prática do MTST em torno da habitação traz outros questionamentos quanto ao modo de vida urbano no contexto do neoliberalismo. A partir de que(ais) elemento(s) vislumbra a unificação dessas pautas?
	Como uma estratégia nacional modifica, ou pode modificar, a atuação cotidiana das famílias que ingressam no MTST? Como tem visto o processo de engajamento por onde tem passado e no RJ?
HABITAR	Como tem observado a construção política no cotidiano das ocupações urbanas a partir da atuação do MTST?
	Nesse espaço ocupado a busca pela casa tem ganhado efetivamente outros significados? Como?
	Qual a essência da luta pela moradia?

Coletivo Político – Coordenação Distrital/Regional		
PARTE I – ESTRUTURADA		
IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Eduardo / Zezé		
Idade:		
Estado civil:		
Quantos/as filhos/as:		
Escolaridade/Formação/Ocupação:		
Origem (se de Brasília, de que área/região):		
HISTÓRICO		
RELAÇÃO ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A RESISTÊNCIA URBANA <input type="checkbox"/> ELO PARA O ENGAJAMENTO	Já participou de outro movimento social organizado? Qual(is)? Por quanto tempo?	
	Desde quando participa do MTST?	
	O que condicionou o envolvimento?	
	Como passou a fazer parte da coordenação distrital/regional/nacional?	
PARTE II – SEMI-ESTRUTURADA		
ANÁLISE ORIENTADA PELAS CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	Linguagem “acadêmica”	Linguagem coloquial
ESPAÇO VIVIDO	Como vê o processo de ocupações no DF? Como distingue as ocupações urbanas do MTST de outras?	O que diferencia as ocupações do MTST de outros tipos de ocupação na cidade?
	O que o espaço das ocupações urbanas representa na construção da luta pela moradia no DF?	Qual é o papel dessas ocupações?
	Como é o cotidiano de uma ocupação do MTST e quais são os elementos principais que a caracterizam?	O que é forte pra você no cotidiano da ocupação? É muito diferente das ocupações do MTST em São Paulo, por exemplo?
PRÁTICA ESPACIAL	Como vê as relações entre os/as acampados/as no ambiente das ocupações?	Que tipo de relação se constrói nesses espaços?
	Como é a troca de experiências com as demais regionais e de que maneira se constrói as definições distritais do MTST?	Qual é a dinâmica de unidade com as outras regionais no DF?
	A ocupação como símbolo de resistência urbana e estratégia de impacto territorial na cidade tem potencial de transformação? Como?	Como a luta tem se transformado a partir dos espaços das ocupações?
HABITAR	E a tensão entre a mercadoria habitação e o “sonho” de habitar? As negociações com o governo tem impactado na mobilização ou na dispersão?	Como as negociações com o governo impactam na mobilização?

	Nesse espaço ocupado a busca pela casa tem ganhado efetivamente outros significados? Como?	O que significa a conquista da casa?
	Qual a essência da luta pela moradia?	O que move a luta pela moradia efetivamente?

Coletivo Político – Coordenação Territorial		
PARTE I – ESTRUTURADA		
(Entrevista Coletiva – construção de painéis)		
IDENTIFICAÇÃO		
Ocupação/Regional:		
Grupo:		
Idade:		
Estado civil:		
Quantos/as filhos/as:		
Escolaridade/Formação/Ocupação:		
Origem (se de Brasília, de que área/região):		
HISTÓRICO		
RELAÇÃO ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A RESISTÊNCIA URBANA □ ELO PARA O ENGAJAMENTO	Já participou de outro movimento social organizado? Qual(is)? Por quanto tempo?	
	Desde quando participa do MTST?	
	O que condicionou o envolvimento?	
	Como passou a fazer parte da coordenação de acampamento?	
	Estavam na fila por moradia antes de fazer parte do MTST? Desde quando?	
PARTE II – SEMI-ESTRUTURADA		
ANÁLISE ORIENTADA PELAS CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	Linguagem “acadêmica”	Linguagem coloquial
ESPAÇO VIVIDO	O que é estar na ocupação? (pros antigos: tem diferença de outras ocupações que participaram? Quais?)	Como é fazer parte de uma ocupação? (pros antigos: tem diferença de outras ocupações que participaram? Quais?)
	Quais são as principais demandas do cotidiano da ocupação do MTST?	Como é o dia a dia na ocupação?
	Quais são as mudanças a partir da convivência e do trabalho na ocupação? Vocês que passam a cobrar e a não esperar promessas do governo, como a luta modifica a vida cotidiana?	Como essa experiência mudou a vida de vocês?
PRÁTICA ESPACIAL	A possibilidade de uma vida melhor mobiliza a luta; a luta parece ser o caminho para que a vida realmente tenha	Qual o papel dos coordenadores de acampamento na ocupação?

	transformações coletivas. Como se colocam nisso tudo? Como se veem? (São sujeitos de ação?)	
	Como veem as/os demais acampadas/os também nesse processo? Como as/os envolvem/mobilizam?	Quais as estratégias de envolver/mobilizar as/os acampadas/os?
	Quais os potenciais e as dificuldades no espaço da ocupação?	O que veem de positivo e negativo no espaço da ocupação?
HABITAR	Quando pensam na moradia o que vem à cabeça? Como se sentem hoje e como acham que vão se sentir quando conquistarem isso?	O que significa morar?
	Conquistar a casa é o suficiente? O que mais é necessário?	Conquistar a casa é o suficiente? O que mais é necessário?
	Veem diferença entre comprar uma casa diretamente no mercado e conquistar uma casa como direito pelo movimento social? Como é isso?	E quando vier a conquista da moradia, como vai ser?

Coletivo Político – Coordenação Territorial	
PARTE I – ESTRUTURADA	
(Entrevista Coletiva – construção de painéis)	
IDENTIFICAÇÃO	
Ocupação/Regional:	
Grupo:	
Idade:	
Estado civil:	
Quantos/as filhos/as:	
Escolaridade/Formação/Ocupação:	
Origem (se de Brasília, de que área/região):	
HISTÓRICO	
RELAÇÃO ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A RESISTÊNCIA URBANA <input type="checkbox"/> ELO PARA O ENGAJAMENTO	Já participou de outro movimento social organizado? Qual(is)? Por quanto tempo?
	Desde quando participa do MTST?
	O que condicionou o envolvimento?
	De quantas ocupações do MTST já participou?
	Estavam na fila por moradia antes de fazer parte do MTST? Desde quando?
PARTE II – SEMI-ESTRUTURADA	

ANÁLISE ORIENTADA PELAS CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	Linguagem “acadêmica”	Linguagem coloquial
ESPAÇO VIVIDO	O que é estar na ocupação? (pros antigos: tem diferença de outras ocupações que participaram? Quais?)	Como é fazer parte de uma ocupação? (pros antigos: tem diferença de outras ocupações que participaram? Quais?)
	Como é fazer parte do MTST, de um movimento social?	Como é fazer parte do MTST, de um movimento social?
	Quais são as mudanças a partir da convivência na ocupação? A participação em atos, assembleias, a contribuição nas tarefas coletivas... muda a forma que veem a vida, a forma que se relacionam com as/os outras/os acampadas/os?	Como é o dia a dia na ocupação (ato, assembleia, atividades coletivas)essa experiência mudou a vida de vocês?
PRÁTICA ESPACIAL	Pela experiência na ocupação o que acham que deveria ser de outra forma? Como seria?	Mudariam a forma de fazer alguma coisa na rotina da ocupação?
	Como contribuem na ocupação? Como veem a contribuição de outras/os companheiras/os?	Em que tipo de atividade coletiva costumam se envolver na ocupação?
	Quais são as principais dificuldades?	O que parece mais difícil no dia a dia da ocupação?
HABITAR	Quando pensam na moradia o que vem à cabeça? Como se sentem hoje e como acham que vão se sentir quando conquistarem isso?	O que significa morar?
	Conquistar a casa é o suficiente? O que mais é necessário?	Conquistar a casa é o suficiente? O que mais é necessário?
	Veem diferença entre comprar uma casa diretamente no mercado e conquistar uma casa como direito pelo movimento social? Como é isso?	E quando vier a conquista da moradia, como vai ser?

Anexos

Anexo 1 – Metodologia Observatório das Metrôpoles Categorias sócio-ocupacional

Agregados sócio-ocupacionais	Código	Categoria sócio-ocupacional	Tipologia	
Dirigentes	CAT 21	Grandes empregadores	Superior	
	CAT 22	Dirigentes do setor público		
	CAT 23	Dirigentes do setor privado		
Profissionais de nível superior	CAT 41	Profissionais autônomos de nível superior		
	CAT 42	Profissionais empregados de nível superior		
	CAT 43	Profissionais estatutários de nível superior		
	CAT 44	Professores de nível superior		
Pequenos empregadores	CAT 31	Pequenos empregadores		Médio
Ocupações médias	CAT 32	Artistas e similares		
	CAT 51	Ocupações de supervisão		
	CAT 52	Ocupações de escritório		
	CAT 53	Ocupações técnicas		
	CAT 54	Ocupações de saúde e educação		
	CAT 55	Ocupações de justiça, segurança pública, dos correios		
Trabalhadores do terciário especializado	CAT 61	Trabalhadores do comércio	Popular	
	CAT 62	Prestadores de serviço especializado		
Trabalhadores do secundário	CAT 71	Trabalhadores da indústria moderna		
	CAT 72	Trabalhadores da indústria tradicional		
	CAT 73	Trabalhadores de serviços auxiliares		
	CAT 74	Operários da construção civil		
Trabalhadores do terciário não-especializado	CAT 63	Prestadores de serviços não especializados		
	CAT 81	Trabalhadores domésticos		
	CAT 82	Ambulantes e biscateiros		
Trabalhadores rurais	CAT 10	Agricultores		Agrícola

Anexo 2 – Lista das RAs

Regiões Administrativas	Lei de criação
RA I Plano Piloto	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA II Gama	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA III Taguatinga	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA IV Brazlândia	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA V Sobradinho	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA VI Planaltina	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA VII Paranoá	Lei 4.545 de 10/12/1964(1)
RA VIII Núcleo Bandeirante	Lei 049 de 25/10/1989
RA IX Ceilândia	Lei 049 de 25/10/1989
RA X Guará	Lei 049 de 25/10/1989
RA XI Cruzeiro	Lei 049 de 25/10/1989
RA XII Samambaia	Lei 049 de 25/10/1989
RA XIII Santa Maria	Lei 348 de 4/11/1992
RA XIV São Sebastião	Lei 705 de 10/05/1994
RA XV Recanto das Emas	Lei 510 de 28/07/1993
RA XVI Lago Sul	Lei 643 de 10/01/1994
RA XVII Riacho Fundo	Lei 620 de 15/12/1993
RA XVIII Lago Norte	Lei 641 de 10/01/1994
RA XIX Candangolândia	Lei 658 de 27/01/1994
RA XX Águas Claras	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA XXI Riacho Fundo II	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA XXII Sudoeste/Octogonal	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA XXIII Varjão	Lei 3.153 de 06/05/2003
RA XXIV Park Way	Lei 3.255 de 29/12/2003
RA XXV SCIA(2)	Lei 3.315 de 27/01/2004
RA XXVI Sobradinho II	Lei 3.315 de 27/01/2004
RA XXVII Jardim Botânico	Lei 3.435 de 31/08/2004
RA XXVIII Itapoã	Lei 3.527 de 03/01/2005
RA XXIX SIA(3)	Lei 3.618 de 14/07/2005
RA XXX Vicente Pires	Lei 4.327 de 26/05/2009
RA XXXI Fercal	Lei 685 de 14/12/2011

(1) Data ratificada pela Lei 049 de 25/10/1989.

(2) Setor Complementar de Indústria e Abastecimento. Inclui-se a Estrutural.

(3) Setor de Indústria e Abastecimento.